

INFORME PUBLICITÁRIO

Foto: Talo de Almeida/Folhapress

# Espaço FOLHA cop30

## Faltam 5 dias para o principal debate sobre o futuro do clima e da Amazônia.

A Folha estará em Belém, com um espaço exclusivo,  
a 450 metros do principal endereço da COP30,  
para informar, provocar reflexões e conectar  
os protagonistas das transformações globais.

FOLHA DE S. PAULO  
★★★ Um jornal em defesa da energia limpa

Patrocínio: ambipar (JBS) Apoio: VALE BNDES GOVERNO DO BRASIL LIBERTA CRUX ALLIANCE Statkraft

Foto: Lalo de Almeida/Folhapress

Espaço

FOLHA

cop30

Conheça as principais frentes do Espaço Folha na COP30:

 **Redação local**

Cobertura jornalística completa, em tempo real e com multiplataforma.

 **Seminários Folha**

Painéis, entrevistas e debates com especialistas, autoridades e sociedade civil.

 **Área de convivência**

Hub de relacionamento com parceiros, marcas apoiadoras e gestores públicos.

Fique por dentro da programação:

11/11

Das 9h50 às 11h

O papel da energia renovável no combate às mudanças climáticas

Apoio: *Statkraft*



Das 14h às 18h

Sistema de Saúde e Clima: Desafios e Soluções

Apoio: *Ministério da Saúde e Proadi-SUS*

12/11

Às 10h

Lançamento do livro “A Palavra e o Poder”



13/11

Das 10h às 15h

Seminários Folha - Justiça Racial e Climática: desafios e caminhos para a população negra no Brasil

Apoio: *Ford Foundation*



14 e 16/11

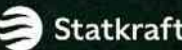
Talk Show Folha Social+



FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ Um jornal em defesa da energia limpa

Patrocínio: ambipar  (JBS) 

Apoio:  VALE  BNDES  GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO  LIBERTA  CRUX ALLIANCE  Statkraft

## Se fosse diretor do BC, votaria por redução dos juros, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que, se fosse do Banco Central, votaria pela redução da taxa básica de juros, atualmente em 15%. A reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) acontece hoje, e a expectativa de analistas é de manutenção da Selic no patamar atual. Haddad disse ainda que entende a preocupação do colegiado do BC com a inflação, mas o momento permite a queda da taxa. “Não tem como sustentar 10% de juro real.” **Mercado A19**

## cotidiano OS NOMES MAIS COMUNS NO BRASIL

Maria e José são os mais populares do país, segundo Censo; Silva lidera ranking de sobrenomes **A41**

## equilíbrio Livro mostra efeito de expor crianças nas redes **B9**

## ilustrada ‘Meridiana’ narra choque de classes em era pós-cotas **B6**

# Ampliação gradual da licença-paternidade para 20 dias passa na Câmara

Hoje, pais têm direito a cinco dias; mudança começa em 2027

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que amplia gradualmente a licença-paternidade a partir de 2027. A proposta previa 30 dias, mas não houve acordo em plenário e o período ficou limitado a 20 dias. Hoje, os pais têm direito a cinco dias com remuneração. O texto segue para análise no Senado.

Segundo a proposta, a licença será de dez dias em 2027. A cada ano, serão acrescidos cinco dias, até chegar a 20 em 2029. O projeto foi aprovado de forma simbólica. A medida foi endossada pelo governo Lula (PT), que a vê como vitrine para as eleições de 2026, e teve apoio da bancada feminina.

A licença-paternidade, hoje paga pelas empresas, passará a ser financiada pela Previdência Social, igualando as condições do benefício aos das mães, custeado pelo governo. A previsão é de impacto de R\$ 3,3 bilhões em 2027. O texto condiciona a ampliação ao cumprimento da meta fiscal. **Mercado A17**



O eleito Zohran Mamdani acena para apoiadores após a confirmação da vitória **Shannon Stapleton/Reuters**

## Mamdani será 1º prefeito muçulmano de NY

O democrata Zohran Mamdani, 34, foi eleito prefeito de Nova York e será o primeiro muçulmano a governar a maior cidade dos EUA e o mais jovem no cargo em 133 anos.

## análise Lúcia Guimarães Resultado amplia rota de colisão da cidade com Trump **A34**

Socialista, ele venceu a eleição com propostas como ônibus e creches gratuitos e congelamento de aluguéis. Sua eleição é derrota para o presidente Donald Trump. **Mundo A34**

## entrevista VICTOR SANTOS sec. de Segurança Pública do RJ

## Objetivo não era prisão dos líderes, mas pegar dados para asfixiar CV

Titular da Segurança fluminense disse que operação contra Comando Vermelho com 121 mortos buscou informações para atacar os negócios da facção. “É o que vai dar efetividade ao combate.” Ele lamentou as mortes, mas falou em “sucesso” da ação. **A37**

## Lula fala em ação desastrosa e matança no Rio

O presidente Lula (PT) disse que a ação no Rio foi “desastrosa”, em mudança de tom ao comentar o caso. Segundo ele, a Justiça havia determinado prisão dos suspeitos. “Não tinha ordem de matança, e houve matança.” **Cotidiano A38**

## Polícia da Bahia prende 37 suspeitos de integrar facção

Operação da Polícia Civil da Bahia para desarticular núcleos armado e financeiro do Comando Vermelho no estado prendeu 37 suspeitos de integrar a facção. Um homem resistiu à prisão e foi morto, afirma a polícia. **Cotidiano A38**

## Morre Dick Cheney, que foi o vice mais poderoso dos EUA

Dick Cheney, 84, considerado o mais poderoso vice dos EUA e conselheiro influente do presidente George W. Bush, morreu na segunda (3). Republicano foi o arquiteto da Guerra ao Terror após o 11 de Setembro. **Mundo A35**

## EDITORIAIS A2

**Disputa política trava cooperação contra o narcotráfico** Sobre entraves na segurança pública.

**Nota vermelha** Acerca de indicador que revela baixo aprendizado no ensino básico do país.

### A Claro tá na sua com conexões que ficam na memória.

Eleita, mais uma vez, a marca **mais lembrada do Brasil na categoria Banda Larga** no Top of Mind.

A nova geração da fibra agradece pela confiança.

CLARO.COM.BR/PORQUECLARO

Top of Mind na categoria Banda Larga – a Claro é a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria Banda Larga em 2025, segundo a Folha de S. Paulo.

35 ANOS

Claró

## JHSF

SURPREENDENTE

## FASANO

SÃO PAULO

www.fasano.com.br

EDITORIAIS

folha.com/editoriais  
editoriais@grupofolha.com.br

# Disputa política trava cooperação contra o narcotráfico

Contenda entre Rio e Brasília em torno da operação que gerou morticínio recorde no país é apenas uma amostra dos entraves para a ação integrada de entes federativos no combate ao crime organizado

Além de resultar em morticínio recorde e avanços duvidosos no combate ao narcotráfico, a Operação Contenção, promovida no Rio de Janeiro, expôs entraves de difícil solução para a cooperação entre diferentes órgãos e entes federativos na segurança pública. Já no dia da intervenção policial, o governador Cláudio Castro (PL) reclamou de alegadas negativas de colaboração por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, respondeu de modo insensato, recomendando que o estado, se não tivesse condição de combater a criminalidade, pedisse intervenção federal. É cristalino que o avanço de facções criminosas no território nacional e mesmo no exterior

exige mobilização de todos os níveis de governo. Fazê-lo, porém, depende da superação de obstáculos institucionais e políticos, dos quais a alteração entre Rio e Brasília é apenas uma amostra. Idealmente, deveria haver clareza na legislação sobre como integrar os esforços não apenas das polícias federais e estaduais, mas de agências como controladorias, Receita Federal e Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) —o aspecto econômico-financeiro, afinal, deve ser central no cerco ao narcotráfico. O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado por lei em 2018, foi iniciativa nesse sentido, mas não saiu do papel. Agora o governo petista tenta colocá-lo na Constituição, o que por ora dificilmente dará em algo palpável.

Com a aprovação da população do Rio atestada pelo Datafolha, a Contenção se tornou bandeira da direita nas campanhas do próximo ano. Já Lula a qualificou como “matança” nesta terça (4). O embate, mais estridente agora, reflete diferenças ideológicas enraizadas. A maioria dos governadores do centro-sul do país, com grande influência no Congresso, é adepta do endurecimento da ação policial —num exemplo, projeto na Câmara visa qualificar as facções como terroristas, para combatê-las como tal. Esses setores têm grande desconfiança de propostas que visam coordenar forças, por medo de que seja sacrificada a autonomia dos estados. Acusam ainda o governo federal de leniência com o crime por visões de esquerda

**Autoridades não precisam esperar leis para unir esforços, e legisladores devem buscar ao menos denominadores comuns em propostas capazes de dar ao Estado maior capacidade de ação contra facções que oprimem comunidades inteiras**

—e Lula não se ajudou ao declarar que traficantes também são vítimas de usuários, frase desastrosa pela qual se desculpou. Os entraves são muitos, mas não impedem mostras bem-sucedidas de ações integradas do poder público. A recente Operação Carbono Oculto, que apurou a infiltração de facções no setor de combustíveis, uniu Receita, Polícia Federal, Ministério Público de São Paulo e PM local. Autoridades não precisam esperar leis para unir esforços, e legisladores devem buscar ao menos denominadores comuns em propostas capazes de dar ao Estado maior capacidade de ação contra o narcotráfico que oprime comunidades inteiras. Que a comissão causada pela tragédia no Rio favoreça esse entendimento.

## Nota vermelha

Mais de 80% dos jovens não concluem o ensino médio na idade certa e com conhecimento adequado; problema histórico, que limita desenvolvimento do país, exige aulas de reforço e expansão do ensino integral

É inegável que o Brasil ampliou o acesso à educação nas últimas décadas. Mas tal avanço não se deu pari passu com a aprendizagem, como mostram avaliações domésticas e internacionais. E mais uma pesquisa, divulgada na última quinta (30), evidencia o problema. O Índice de Inclusão Educacional (IIE), desenvolvido pela organização Metas Sociais a pedido do Instituto Natura, é um indicador que cruza dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Censo Escolar e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) para mensurar a distorção entre série e idade dos alunos em conjun-

to com o nível de aprendizagem. O resultado é vexatório. Em 2023, só 15,5% dos jovens se formaram no ensino médio na idade correta (17 anos) ou com apenas 1 ano de atraso e demonstraram conhecimento mínimo desejável em português e matemática. Para piorar, a pandemia interrompeu uma trajetória de alta, e o país não conseguiu se recuperar. O IIE, que é medido a cada dois anos, era de 9,5% em 2015, subiu a 13,5% em 2017 e atingiu 18,9% em 2019. Em 2021, caiu a 17%. Há discrepâncias regionais. Dentre os 26 estados mais o Distrito Federal, 4 dos 5 piores colocados são do Norte: Amapá (5,6%), Amazonas e Roraima

(6,6%, ao lado do Maranhão) e Pará (6,9%). Já do topo da lista, consta só um estado do Nordeste, o Ceará (18,1%), atrás de São Paulo (18,6%), Goiás (19%), Espírito Santo (19,5%) e Paraná (20,4%). Baixos índices de aprendizagem estimulam a distorção série-idade com repetência que, por sua vez, leva à evasão escolar, o maior flagelo do ensino médio. Ademais, esse enorme montante de jovens com educação precária enfrentará dificuldades para continuar sua formação acadêmica ou encontrar trabalho e alcançar boa remuneração. Trata-se, portanto, de um ciclo de mediocridade que limita talentos individuais e o desenvolvi-

**Baixa aprendizagem incita a distorção série-idade, que leva à evasão escolar. Ademais, jovens com formação precária têm dificuldades para continuar sua formação ou encontrar trabalho**

to econômico do país. Tal gargalo precisa ser atacado já no ensino fundamental, com aulas de reforço para alunos em defasagem. O modelo de ensino integral, que melhora indicadores, deve ser expandido nas duas etapas da educação básica. A reforma do ensino médio, que ampliou a carga horária de disciplinas obrigatórias como português e matemática, além de adaptar o currículo aos interesses dos alunos inclusive com o ensino técnico, também tem potencial para minimizar a evasão e incrementar a aprendizagem. Espera-se, assim, que a expansão de matrículas possa enfim redundar num ensino de qualidade.

## FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA  
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias  
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito  
EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota  
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu  
DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), Marcelo Benez (comercial), João Cestari (tecnologia), Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Luciana Pandolfi (recursos humanos)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)  
877.134 - Fechamento 1º Semestre de 2025  
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.  
Veja os critérios em [folha.com.br/circulacao-verificada/](http://folha.com.br/circulacao-verificada/)

Laerte



COLONISTAS

SÃO PAULO

A hipocrisia de Tarcísio

Uirá Machado

Os governadores de direita, com o perdão do trocadilho, nem ficaram vermelhos. Dois dias após a operação que deixou 121 mortos no Rio de Janeiro, eles lançaram o Consórcio da Paz.

O nome remete de imediato ao livro “1984”, de George Orwell. No romance, um governo autoritário manipula a linguagem com o objetivo de controlar o pensamento. O órgão encarregado de promover a guerra, por exemplo, chama-se... Ministério da Paz.

Na distopia orwelliana, fala-se a novilíngua, idioma caracterizado pela distorção do vocabulário e a condensação de duas palavras em uma só —mesmo que tenham sentidos contraditórios entre si. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republica-

nos), bem que aproveitaria esse expediente. Só a novilíngua descreveria em bons termos o comportamento de alguém que, indeciso quanto ao futuro político, oscila entre o bolsonarismo raiz e a centro-direita civilizada.

Depois da ação contra o Comando Vermelho, por exemplo, ele se juntou ao Consórcio da Paz. Preferiu participar a distância, mas isso não o impediu de elogiar a operação mais letal da nossa história, dizendo que é preciso virar o jogo contra o crime e que o Rio “deu uma grande demonstração”. Para Tarcísio, todos os mortos (à exceção de quatro policiais) eram criminosos. De forma arbitrária, ele desprezou garantias básicas da modernidade, como a de poder se defender de

acusações criminais. Pior: falou como se vigorasse, no Brasil, a sentença de morte.

E não é que desconheça o básico do Estado de Direito. Após a condenação de Jair Bolsonaro (PL) e outros responsáveis pelo 8 de Janeiro, ele afirmou: “Não se pode desprezar o princípio da presunção da inocência, condenando sem provas”.

Tarcísio precisa decidir, afinal, que apito toca. Sua ambiguidade —e nisso alguns de seus colegas são iguais— poderia ser chamada de várias formas na novilíngua, mas, em português corrente, ela já tem nome: hipocrisia.

Editor da CasaFolha

Hélio Schwartzman

O colunista está em férias

BRASÍLIA

Não esperem muita coisa

Thaísa Oliveira

Por incrível que pareça, o governo Lula (PT) diz estar tranquilo com a recém-criada CPI do crime organizado. Por um voto, conseguiu emplacar o presidente, Fabiano Contarato (PT-ES). Também tem alguma confiança no relator, Alessandro Vieira (MDB-SE). Mas esse não é o motivo principal.

Um governista me pergunta quem estará no “banco dos réus” da CPI. Lula? O PT? Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça? Governadores? Cláudio Castro, do Rio? Ou convocarão Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho cujo paradeiro é conhecido (um presídio federal)?

A pergunta é capciosa porque um problema tão complexo há de ter muitos envolvidos. Enquanto não apontam os culpados pe-

lo atual estado da coisa, digo com relativa tranquilidade que os direitos humanos estarão no banco dos réus. O líder do PT, Rogério Carvalho (SE), afirma que a direita escalou o time número um da pirotecnia bandida para compor a CPI. Retiro o “bandida” da lista de adjetivos e sigo com o “pirotécnica”. Entre os bolsonaristas, o mais moderado foi vice-presidente de Jair Bolsonaro (PL) —Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

É verdade que Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Girão (Novo-CE) têm alguma expertise em fazer barulho. O ex-ministro da Segurança Pública Sérgio Moro (União Brasil-PR) idem. Mas essa não é a única vantagem da direita e da extrema direita.

Enquanto boa parte do centro e da esquerda não sabe o que falar nem sobre uma operação com 121 cadáveres em praça pública, a direita diz com bastante naturalidade que bandido bom é bandido morto. Se for atirar, que seja na cabecinha (Castro, nunca antes tão popular, que o diga).

Tenho a impressão de que até os membros da CPI sabem que ela não precisava existir. Muito menos a um ano das eleições, com uma disputa em curso por tempo de tela. Difícil esperar um debate honesto quando um lado precisa pisar em ovos e o outro pode pisar em corpos.

Repórter em Brasília

Dora Kramer

A colunista está em férias

Nobel 2025

No mês passado, o comitê finalmente reconheceu que foram as ideias, não o capital, que moldaram o mundo moderno

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Os economistas mais antigos acreditavam que o acúmulo de capital era a causa da riqueza das nações. É uma velha e óbvia verdade que alguém pode enriquecer roubando do vizinho.

Essa é a atração. Até mesmo Adam Smith, que se opunha veementemente ao furto, à escravização e à conquista —fosse por uma pessoa, fosse pelo Estado—, acreditava que o que contribuía para a riqueza nacional era o capital acumulado. Afinal, observou ele, a Holanda em 1776 era rica e possuía enorme quantidade de capital físico, enquanto as Terras Altas da Escócia eram pobres e tinham pouco.

Foram necessários dois séculos e meio para que os economistas se livrassem dessa aparente verdade.

Marx, que de muitas formas foi um seguidor de Smith, acreditava que a mais-valia extraída da classe trabalhadora era reinvestida pelos capitalistas, assim enriquecendo a nação e, principalmente, os capitalistas. O marxista francês Thomas Piketty baseou nessa crença seu livro sensacional de 2013 sobre desigualdade. Contudo não foram só os marxistas que continuaram acreditando que o acúmulo de capital —o empilhamento de tijolo sobre tijolo ou de diploma universitário sobre diploma universitário— é a fonte de nossas riquezas.

A ortodoxia do Banco Mundial durante décadas após sua fundação, em 1944, usou a receita “adicione capital e misture”. Não funcionou. Gana recebeu ajuda externa maciça e não enriqueceu. Durante a década de 1990, o banco adotou nova receita: “Adicione instituições (boas) e misture”. Também não funciona.

O capital às vezes foi necessário, especialmente nas ferrovias. Mas os economistas precisam perceber que as novas ideias surgiram da libertação das pessoas comuns

O que os economistas e seus seguidores não conseguiram perceber é que o bizarro Grande Enriquecimento do mundo desde 1776 envolveu inovação. Os inovadores, como já expliquei, criam novas maneiras de fazer as coisas. Ferrovias. Motores elétricos. A universidade moderna. A internet. O trabalho remunerado das mulheres. O fim das tarifas sobre o comércio exterior. E assim por diante, em bilhões de inovações típicas do mundo moderno.

O capital às vezes foi necessário, é claro, especialmente nas ferrovias. Mas também foram necessários todos os tipos de condições que, por si sós, não criam novas maneiras de fazer as coisas, como ter uma força de trabalho ou obedecer às leis. O que é suficiente, o molho secreto do crescimento econômico moderno, é a criatividade humana.

Joseph Schumpeter, em 1911, Allyn Young, em 1928, e G. T. Jones, em 1933, começaram a fugir do dogma de que capital implica riqueza. Vários economistas mais recentes pensam assim, o que chamam de “teoria do crescimento”. Mas Young e Jones morreram cedo, e Schumpeter voltou ao dogma. Foi preciso um artigo de Robert Solow, em 1957, para reiniciar a reflexão sobre a força das ideias na economia, o que ele chamou de “mudança técnica”. Mas os economistas ainda se apegavam ao dogma de Smith-Marx, e o Comitê do Nobel concedeu dezenas de prêmios a economistas que o expandiram.

No mês passado, o comitê finalmente reconheceu que as ideias, não o capital, moldaram o mundo moderno. Concederam o prêmio a um teórico francês e a dois cientistas empíricos: o canadense Peter Howitt e o meu querido amigo holandês-israelense-americano Joel Mokyr. Viva!

Mas quando é que os economistas vão perceber que as novas ideias surgiram da libertação das pessoas comuns? Esperemos que não demorem dois séculos e meio.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias  
debates@grupofolha.com.br

# Quando o FGTS alimenta o ciclo de superendividamento

Sistema atual transforma o crédito na armadilha do eterno endividado, não em instrumento de mobilidade; restrições ao saque-aniversário são positivas

Lauro Gonzalez

Professor da FGV/Eaes e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV

O Conselho Curador do FGTS anunciou um conjunto de restrições para o uso de modalidades de crédito que antecipavam recursos do chamado saque-aniversário, modalidade que permite ao trabalhador retirar, anualmente, no mês do seu aniversário, uma parte do saldo disponível no FGTS. Milhões de pessoas contraíram essa forma de empréstimo, cuja contrapartida é a perda do direito ao saque integral do fundo em caso de demissão.

As restrições são positivas. A ideia de contrair empréstimos tendo como garantia parcelas futuras do saque-aniversário não é boa por duas razões: as evidências apontando excesso de oferta de crédito para consumo no Brasil e o esvaziamento do FGTS das suas funções de poupança e reserva de emergência.

No primeiro caso, na atual configuração de mercado, a modalidade de crédito saque-aniversário, chamemos assim, se junta a diversas outras, tais como os cartões de crédito e o consignado, que formam um ecossistema de

oferta de crédito para consumo que precisa ser repensado.

Os dados mostram que, a partir de 2016, o volume de crédito do sistema financeiro nacional direcionado às pessoas físicas (PF) ultrapassou o volume direcionado às pessoas jurídicas (PJ). Em 2020, a diferença entre os dois volumes já representava 6% do PIB, a favor do crédito PF. Na fotografia do final de 2024, a diferença sobe para mais de 12% do PIB (crédito PF e PJ 33,5% e 21% do PIB, respectivamente). O Brasil parece ter se transformado no país do crédito para consumo. Vale dizer que a diferença acima não se explica pelo crédito imobiliário, que permaneceu estacionado entre 9% e 10% do PIB nos últimos anos.

Na ausência de mudanças regulatórias envolvendo outras modalidades de empréstimos, a azeitada máquina de oferta de crédito para consumo deve encontrar formas de compensar as restrições do crédito saque-aniversário. De fato, já há sinais dessa compensação na aceleração do novo consignado do setor privado (consignado do trabalhador),

lançado em 2025, e que também prevê a utilização do FGTS como garantia. Essa nova modalidade promete dar novo ímpeto ao consignado, cujas modalidades antigas, especialmente as direcionadas a aposentados e pensionistas, estão enredadas em denúncias de corrupção, com investigação em curso pela CPI do INSS.

Quais as consequências do funcionamento do mercado de crédito nos moldes acima? Segundo dados recentes do indicador de inadimplência da Serasa, havia 78,8 milhões de negativados em agosto deste ano, um aumento de 5,6% em relação aos 74,6 milhões de negativados em janeiro.

Portanto, a fotografia é ruim e o filme mostra o número de negativados subindo. Na mesma linha, conforme estimativas do Banco Central, para cada R\$ 100 de renda, R\$ 28 estão comprometidos com o pagamento do serviço da dívida. Em suma, o superendividamento das famílias é “óbvio ululante”.

Um das soluções já tentadas foi o Desenrola Brasil, programa

A poupança é fundamental para reduzir restrições de crédito e criar bases de segurança financeira. Contudo, quando convertida em colateral de empréstimos de curto prazo, perde sua função protetiva e alimenta o ciclo de vulnerabilidade

de renegociação de dívidas do governo federal. O programa teve méritos e deixa um legado, sobretudo a plataforma criada para negociação de dívidas. Entretanto, desde sua concepção, o Desenrola representava uma política pública de alívio financeiro de curto prazo e não um programa de combate estrutural ao superendividamento.

Uma segunda razão para justificar as restrições ao crédito saque-aniversário relaciona-se às distorções do uso do FGTS, cuja natureza original vincula-se à formação de poupança e reserva de emergência, tendo passado a ser utilizado como garantia para empréstimos cobrindo gastos correntes. A literatura de microfinanças mostra que a poupança é um instrumento fundamental para reduzir restrições de crédito e criar bases de segurança financeira. Contudo, quando convertida em colateral de empréstimos de curto prazo, a poupança perde sua função protetiva e alimenta o ciclo de vulnerabilidade.

Muito melhor do que esvaziar o FGTS de suas funções primordiais como poupança seria efetuar mudanças que garantissem uma rentabilidade maior, equivalente às obtidas em investimentos de risco semelhante.

Prepondera hoje um sistema que transforma o crédito na armadilha do eterno endividado e não em instrumento de mobilidade. O desafio não é oferecer mais crédito, mas um crédito de melhor qualidade para o bem-estar das famílias, que não comprometa a formação de poupança e a efetiva inclusão financeira.

# A ‘fusão’ entre Gol e Azul: o futuro de uma ilusão

Passageiro festeja derrocada do negócio: nova companhia poderia abocanhar 60% do mercado; caminho mais fácil não coincide com o bem-estar do cliente

Cristiane Alkmin J. Schmidt

Doutora em economia (EPGE/FGV-Rio), é professora da FGV-Rio, vice-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia e presidente da MSGás

Em 1927, Sigmund Freud publicou “O Futuro de Uma Ilusão”, obra em que argumenta que a religião é uma criação psíquica destinada a proteger o ser humano de suas angústias e de seus desejos em busca de segurança diante de um mundo incerto. Freud, assim, chama de ilusão aquilo que nasce de um desejo profundo, mas inviável, por este não ter lastro na realidade.

Algo semelhante pode ser dito sobre o “codeshare” (acordo entre duas ou mais companhias aéreas para comercializar assentos em um mesmo voo), assinado por Gol e Azul em 24 de maio de 2024, e sobre o MOU (“memorando de entendimento”) para uma possível fusão, firmado em 15 de ja-

neiro deste ano: a busca de duas empresas pela segurança de maiores margens, via redução da concorrência, em um ambiente de incertezas marcado por flutuações cambiais, variações no preço do combustível e sucessivas crises globais.

O desejo foi tão avassalador que suplantou a realidade e nem mesmo o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) foi previamente notificado sobre os dois atos. Felizmente, em 25 de setembro último, a realidade se impôs ao desejo desmedido: ambas as companhias informaram ao mercado o encerramento do “codeshare” (que poderia durar até 23 de maio de 2026) e das discussões sobre a fusão.

Parece ser, tomara, o fim da “Marcha da Insensatez”, livro de Barbara Tuchman (1984), em que a historiadora analisa episódios de governantes que insistiram em decisões desastrosas mesmo diante de evidências fracassadas.

O passageiro brasileiro agradece. A redução da concorrência, efetiva e potencial, já era um fato preocupante e a sociedade esteve diante da possibilidade de criação de uma companhia com cerca de 60% do mercado, o que deixaria o consumidor com poucas opções. Como ocorre com o fim de toda ilusão, apesar da frustração pela não concretização, resta o aprendizado: é preciso respeitar, nesse caso, as instituições de defesa da concorrência, Cade e Anac (Agên-

O desejo mostrou-se insuficiente para moldar a realidade, que, ao ser confrontada, expôs obstáculos concorrenciais intransponíveis

cia Nacional de Aviação Civil), e os ritos que as estruturam.

É inegável que a pandemia trouxe desafios expressivos, sobretudo financeiros, para as empresas aéreas no Brasil. O caminho mais fácil, contudo, a fusão entre concorrentes, não coincide com a trilha que maximiza o bem-estar do passageiro. Neste ponto, o desejo das firmas não coaduna com a realidade. Há alternativas mais sólidas, como já demonstrado: Latam e Gol ingressaram no Chapter 11 (recuperação judicial nos EUA) e saíram muito mais robustas e competitivas. A Azul, que fez o mesmo em maio, tende a seguir percurso semelhante e deverá sair igualmente fortalecida, se necessário com auxílio de empresas estrangeiras interessadas no mercado brasileiro. Vale lembrar que a American Airlines aportou US\$ 200 milhões à Gol em 2022.

O futuro, que parecia ameaçador sob a sombra de uma fusão, revelou-se, afinal, mais um capítulo do que Freud chamaria de o futuro de uma ilusão: um caso em que o desejo mostrou-se insuficiente para moldar a realidade, que, ao ser confrontada, expôs obstáculos concorrenciais intransponíveis.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor  
leitor@grupofolha.com.br

Inflação

“Lula 3 pode ter a menor inflação acumulada desde FHC, mas go-  
verno ainda vê desafio para 2026”  
(Economia, 3/11). Maravilha não  
está, mas tem emprego, contro-  
le de preços e já não temos fila  
do osso. Contamos de novo com  
uma racionalidade mínima. Fal-  
ta trocar o Congresso, que reúne  
ainda os piores ecos do passado.  
**Rafael Moraes** (João  
Monlevade, MG)



O problema dos índices é que eles  
representam apenas isso mesmo,  
índices. E que servem somente  
para a propaganda do governo  
da vez. O preço final, no merca-  
do, continua alto para o trabalha-  
dor, infelizmente.  
**Flavio Cesar Moreira**  
(São Paulo, SP)

Juros

“Se fosse diretor do BC, votaria  
pela queda dos juros, afirma Had-  
dad” (Economia, 4/11). Se o minis-  
tro sinalizar um mínimo de juízo  
com os gastos públicos crescen-  
tes, o Banco Central reduz os ju-  
ros. Mas vem aí o ano eleitoral...  
**Carlos Amorim** (São Paulo, SP)



É difícil tentar encontrar argu-  
mento para justificar a taxa de ju-  
ros reais do país. O Brasil é uma  
ilha quando adota essa postura.  
O Banco Central tem assumido  
estratégia que leva em conta os  
interesses dos especuladores da  
Faria Lima. Tentar conter a infla-  
ção com a Selic a 15% é contradi-  
tório sob todos os aspectos.  
**Luciano Prado** (Rio de Janeiro, RJ)

Mortes no Rio

“É muito cristão comemorando  
a morte alheia” (Michael Fran-  
ça, 3/11). Contraditória é a direi-  
ta conservadora. É antiabortista  
ferrenha e defensora de ma-  
tanças como a do Rio. Dizer que  
é a “favor da vida” é pura hipocris-  
ia; falácia.  
**Almerita de Lima** (Belo  
Horizonte, MG)



Nenhum país que se pretende ci-  
vilizado normaliza o narcoterro-  
rismo e deixa as comunidades à  
mercê dele. A esquerda caviar,  
desconectada como é, não en-  
tende como a maioria da popu-  
lação aprova a operação policial.  
O estado precisa ocupar o espaço  
retomado e avançar sobre muito  
mais, se a seita deixar, se a torre  
de marfim permitir.  
**Alexandre Pereira** (Rio  
de Janeiro, RJ)



O presidente Lula (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad  
Biló - 05.ago.2025/Folhapress

Cláudio Castro

“Relatora deve pedir cassação  
de Castro no TSE, mas desfecho  
do julgamento deve ser adiado”  
(3/11). Foi ventilada a possibili-  
dade de sincronização da ope-  
ração policial com o julgamen-  
to do governador no TSE? Muita  
coincidência a meu ver. Sabendo  
da possibilidade de condenação,  
Castro, sem pedir apoio do gover-  
no federal, mandou bala.  
**Elisabeth Slavick** (Salvador, BA)

Eduardo Bolsonaro

“STF marca julgamento da de-  
núncia contra Eduardo Bolsona-  
ro para 14 de novembro” (Políti-  
ca, 4/11). Caso seja condenado,  
não serão necessários um cabo  
e dois soldados para levá-lo pa-  
ra a prisão. A PF cuidará disso.  
**Jonas Nunes dos Santos**  
(Juiz de Fora, MG)

Última turnê

“Planet Hemp oferece seda na  
**Folha** para divulgar última tur-  
nê” (Economia, 3/11). Sensacio-  
nal a ideia da banda. Tudo a ver  
quem gosta de flores estar junto  
com a **Folha**. Em 1995, o jornal te-  
ve a coragem e a vanguarda de es-  
tampar um baseado na matéria  
de capa de sua revista. Parabéns!  
**Pedro de Luna**  
(São Paulo, SP)

Eleição em NY

“Brasileiros em Nova York hesi-  
tam em apoiar candidato socia-  
lista: ‘Medo de que a segurança  
piore’” (Mundo, 3/11). Sintomá-  
tico que dois encanadores e uma  
faxineira apoiem candidatos re-  
publicanos e uma cineasta apoie  
o candidato progressista. O mes-  
mo descolamento de represen-  
tatividade que ocorre no Brasil.  
**Rodrigo Jofré de Camargo**  
(São Paulo, SP)

Ex-vice americano

“Dick Cheney, considerado o  
mais poderoso vice dos EUA e  
arquiteto da Guerra ao Terror,  
morre aos 84” (Mundo, 4/11). A  
geração dos republicanos civili-  
zados vai chegando ao fim, dan-  
do lugar para a barbárie dos gru-  
pos da extrema direita trumpista.  
**Luis Bustamante** (Uberlândia, MG)



Expressão máxima da brutalida-  
de do imperialismo americano,  
com milhões de assassinatos nas  
costas. Dizem que a China é im-  
perialista, mas não tem figuras  
deletérias como essa, nem der-  
ruba governos com golpes de Es-  
tado e corrupção das elites inter-  
nas como foi feito sob comando  
de Cheney.  
**Antonio Melo** (São Paulo, SP)

Menopausa e andropausa

“Geração sem tesão” (Mirian Gol-  
denberg, 4/11). Para quem pode,  
entre as mulheres e homens en-  
velhecidos, a reposição hormo-  
nal é um grande aliado. Tenho  
60 anos e, entre namoro e casa-  
mento, mantenho uma relação  
de 32 anos. Com o passar do tem-  
po, criamos mais intimidade e o  
amor só aumentou.  
**Gisele Cezaro Burger**  
(Porto Alegre, RS)



Parece-me que tem faltado com-  
panheiros que valorizem o estar  
junto, o carinho, a intimidade. Se  
tivermos isso, também teremos  
o apetite sexual. Não vai dar pa-  
ra transar sete dias por semana  
mas, com certeza, vai aumentar  
a vontade de brincar com o seu  
parceiro.  
**Rodrigo Herman**  
(Arcos, MG)

ATMOSFERA



LOTERIA

Mega-Sena | CONCURSO 2.936

Os números sorteados pela Caixa Econômica Fede-  
ral nesta terça-feira (4) foram:

4 7 9 15 29 32

QUITAÇÃO DE DÍVIDAS

**O QUÊ** A Prefeitura de São Paulo está concedendo des-  
contos de até 95% nos juros e multas para contribu-  
intes que quitarem à vista seus débitos. A iniciativa,  
chamada de Fique em Dia, teve início na sexta (31).

**MAIS INFORMAÇÕES** O programa oferece condições es-  
peciais para a regularização de dívidas tributárias  
e não tributárias, como IPTU, ISS, ITBI, TPU, taxas,  
multas tributárias e multas de postura.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** Além da quitação à vista  
com desconto máximo, o programa também per-  
mite parcelamento em até 120 vezes, com reduções  
proporcionais de juros e multas de até 65%.

**PÚBLICO-ALVO** Podem participar pessoas físicas e ju-  
rídicas com débitos inscritos em dívida ativa gera-  
dos até 31 de dezembro de 2024.

**COMO ADERIR** Os interessados poderão aderir ao pro-  
grama pelo site [fiqueemdia.prefeitura.sp.gov.br](https://fiqueemdia.prefeitura.sp.gov.br) até o  
dia 12 de dezembro. Na plataforma, é possível consul-  
tar os débitos e simular as condições de pagamento.

ACERVO FOLHA

Leia mais em [acervo.folha.com.br](https://acervo.folha.com.br)

HÁ 100 ANOS | 5.NOV.1925



Ação para Aparecida virar cidade  
gera lamento em Guaratinguetá

O projeto que desmembra a célebre e pitoresca loca-  
lidade de Aparecida do Norte do município de Guara-  
tinguetá, no interior de São Paulo, transita pelo Con-  
gresso Estadual, bafejado pela simpatia oficial do go-  
vernador Carlos de Campos. Aparecida tem recursos  
para ser administrada livre da tutela das autoridades  
de Guaratinguetá, mas esse município não vê com  
bons olhos uma separação. Um dos órgãos de im-  
prensa guaratinguetaense escreveu que a iniciativa é  
uma “impatriótica e audaciosa tentativa de esfacela-  
mento territorial” e que ela repercute na cidade sob  
“profunda impressão de justa mágoa e santa revolta”.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

| EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA | R\$ 29,90 (plano mensal) |                    |               |
|--------------------------|--------------------------|--------------------|---------------|
| EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM   | R\$ 49,90 (plano mensal) |                    |               |
| EDIÇÃO IMPRESSA          | VENDA AVULSA             | ASSINATURA MENSAL* |               |
|                          | seg. a sáb.              | dom.               | Todos os dias |
| SP                       | R\$ 7,90                 | R\$ 9,90           | R\$ 204,90    |
| MG, PR e RJ              | R\$ 7,90                 | R\$ 9,90           | R\$ 209,90    |
| DF e SC                  | R\$ 8,90                 | R\$ 11             | R\$ 266,90    |
| ES, GO, MT, MS e RS      | R\$ 9,90                 | R\$ 12             | R\$ 334,90    |
| AL, BA, PE, SE e TO      | R\$ 14,90                | R\$ 15,50          | R\$ 361,90    |
| Outros estados           | R\$ 15,90                | R\$ 16,50          | R\$ 448,90    |

\* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

**REDAÇÃO SÃO PAULO**  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos  
Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

**OMBUDSMAN**  
[ombudsman@grupofolha.com.br](mailto:ombudsman@grupofolha.com.br)  
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

**ATENDIMENTO AO ASSINANTE**  
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Contra-ataque

A mudança de discurso de Lula sobre a ação policial no Rio, que definiu como “matança”, é apenas parte da reação do governo e do PT ao episódio, após dias em busca do tom certo. A aposta entre aliados do presidente é que a avaliação da população à operação, de apoio inicialmente, deve se tornar mais crítica se ficar claro que houve excessos e morte de inocentes. Petistas veem riscos, porém, de que a frase vire mais munição para a oposição, após declaração de que traficantes eram vítimas de usuários.

**PARALELO** Outra frente é contrapor a ação do governador Cláudio Castro (PL) com operação nesta terça (4) da gestão Jerônimo Rodrigues (PT) na Bahia contra o Comando Vermelho, com 37 presos e 1 morto. “No caso do Rio, houve uma opção por um tipo de confronto que negligenciou alto risco de perda de vidas”, diz o secretário de Justiça da Bahia, Felipe Freitas.

**REALISMO** O PSOL adotará uma estratégia eleitoral pragmática, priorizando alianças para derrotar a direita e abrindo mão de candidaturas próprias sem viabilidade, se for necessário. “Nosso objetivo nesta eleição não será o de utilizar a disputa com único intuito de projeção ou construção de figuras públicas”, diz resolução aprovada pela Executiva Nacional do partido na segunda (3). Em pleitos passados, os psolistas ficaram conhecidos por lançar nomes sem chance, apenas para marcar posição.

**TIRO N’ÁGUA** Lideranças do União Brasil veem chance zero de prosperar o movimento do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, para desfazer a federação com o PP. A avaliação é que Caiado busca preservar sua pré-candidatura a presidente, após uma discussão pública que teve com o cacique do PP, Ciro Nogueira. Mais do que isso, ele estaria buscando argumento para mudar de legenda caso sua candidatura seja barrada.

**SEM ALTERNATIVA** A decisão do MDB de lançar o ex-presidente da Câmara de Belo Horizonte Gabriel Azevedo para o governo de Minas Gerais representa novo entrave para uma candidatura do senador Rodrigo Pacheco (PSD). A legenda era uma opção para o ex-presidente do Senado, uma vez que o PSD deu uma guinada à direita com a filiação do vice-governador, Mateus Simões.

**CIUMEIRA** A negociação do Ministério da Cultura com o relator do projeto do streaming, Dr. Luizinho (PP-RJ), gerou incômodo em áreas do governo. Nesta terça (4), a pasta fechou acordo com o deputado sobre pontos do texto, enquanto uma reunião que incluiria Desenvolvimento, Fazenda, Relações Institucionais e Se-com foi cancelada. Uma das queixas foi sobre o timing, pois há receio de que votar o projeto agora atrapalhe as negociações tarifárias com os EUA.

**PROVOCAÇÃO** Pessoas que acompanham a discussão do projeto lembram que o Canadá aprovou uma lei parecida, que gerou resistência do governo dos EUA. A pasta da Cultura diz que “atua de forma coordenada com os demais ministérios para garantir uma regulamentação justa para o setor audiovisual”.

**QUEIMA** O Metrô de SP instalou na estação Consolação painel que estima em tempo real as emissões de gases de efeito estufa evitadas graças à opção por este modalidade em detrimento dos veículos movidos por combustíveis. Até esta terça (4), deixaram de ser despejadas no ar 348 mil toneladas de CO<sub>2</sub> em 2025.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

# Divergências entre STF e TCU põem em risco indenizações bilionárias aos cofres públicos

Controvérsia sobre prazo para prescrição emperra processos; corte de contas vê nova tese do Supremo, para quem casos precisam ter fim

Constança Rezende e César Feitoza

**BRASÍLIA** Uma divergência entre o STF (Supremo Tribunal Federal) e o TCU (Tribunal de Contas da União) sobre os prazos de prescrição de processos tem levado à anulação ou colocado sob risco indenizações bilionárias aos cofres públicos do país.

A controvérsia surgiu após o TCU demorar décadas para julgar empresas e gestores alvos de ações para indenizar a União por desvio de recursos. O STF viu na demora uma afronta à Constituição e passou a impor limites ao Tribunal de Contas.

Os principais casos são ligados à Operação Lava Jato. O desentendimento entre os tribunais já levou à anulação de dois processos do TCU cujas multas, somadas, poderiam passar de R\$ 1,2 bilhão.

O Supremo também se prepara para julgar outros dois casos relacionados a contratos da Petrobras que podem resultar na derubada de uma condenação a ressarcimento de R\$ 1,4 bilhão. Há ainda outro processo pendente de julgamento na corte de contas de cifra bilionária.

Desde 2016, o Supremo vem dando recados ao TCU de que os processos que pedem ressarcimento por irregularidades no uso de recursos públicos não são imprescritíveis — têm prazo de cinco anos para serem encerrados.

As empresas condenadas no TCU ao pagamento de indenizações passaram a recorrer ao Supremo alegando que seus processos já haviam superado esse tempo. Em 2020, os ministros do tribunal começaram a dar decisões que iam na contramão dos julgamentos da corte de contas.

Neste ano, a divergência se acentuou, com uma avalanche de processos no Supremo movidos por empresas contra o TCU. O STF acumula mais de 800 decisões monocráticas sobre o assunto — dessas, 158 foram levadas às turmas para serem referendadas.

Ministros do TCU ouvidos pela Folha argumentam que o problema surgiu quando o Supremo mudou de entendimento e passou a estabelecer prazo para os processos, aplicando a regra de forma retroativa.

Por outro lado, integrantes do STF afirmam que a solução encontrada foi razoável e garante o devido processo legal, evitando que as ações não tenham fim.

Até 2016, o Supremo entendia, com base no artigo 37 da Constituição, que os processos que buscavam ressarcimento aos cofres públicos eram imprescritíveis.

Na prática, uma irregularidade em contrato poderia ser jul-



Sede do TCU (Tribunal de Contas da União), corte que auxilia o Legislativo na fiscalização dos recursos públicos, em Brasília 13.jan.23/Divulgação TCU

gada décadas depois pelo Tribunal de Contas, e as indenizações deveriam ser pagas após a condenação das empresas.

Esse entendimento mudou em ação conduzida pelo ministro Teori Zavascki. O Supremo determinou que casos dessa natureza não podiam ser eternos. Um ano depois, o tribunal definiu que o prazo a ser aplicado seria de cinco anos. Em 2022, a corte aplicou o entendimento, de forma definitiva, para as ações no TCU.

O Tribunal de Contas, para se adequar, criou resolução estabelecendo o prazo de cinco anos para os processos. O documento, porém, incluiu brechas para que a contagem fosse interrompida em diversas circunstâncias.

A mudança das regras no STF e a demora do TCU para analisar os processos causaram um cenário de anulação em massa de condenações para ressarcimento das contas públicas. Esse embaraço tem afetado processos de diversas naturezas — como os decorrentes da Operação Lava Jato.

Entre os que causam preocupação no TCU está um aberto em 2014 para analisar possíveis prejuízos para o país com a venda de 50% dos ativos da Petrobras na África para o banco de investimentos BTG Pactual. A operação foi fechada por US\$ 1,5 bilhão.

O caso ainda não foi julgado, e as partes já recorreram alegando prescrição, o que foi negado pelo TCU, que citou diversas interrupções do prazo desde 2014.

Outra ação que corre o risco

de prescrever envolve uma multa de R\$ 1,4 bilhão aplicada pelo TCU contra o empresário Sérgio Cunha Mendes, processado sob acusação de fraude nas obras da refinaria Presidente Getúlio Vargas, da Petrobras.

Segundo a defesa de Mendes, o relatório do TCU usado para sua condenação não mostra sua participação nas suspeitas.

Em nota, o TCU afirmou que os ministros Vital do Rêgo (presidente), Antonio Anastasia e Bruno Dantas se preparam para solicitar audiências com os ministros do STF para pacificar o assunto, ainda sem data definida para isso.

O tribunal também disse elaborar um estudo sobre os processos que, segundo a regra do STF, estariam prescritos. O levantamento foi sugerido por Dantas.

Para Maria Rost, especialista em direito público e regulação econômica e sócia do Fenelon Barretto Rost Advogados, as recentes decisões do STF marcam um divisor de águas, e o TCU precisará dar celeridade aos atos, enquanto os gestores públicos devem examinar as responsabilidades que podem ter sido atingidas pela prescrição.

“Não se trata apenas de um ajuste técnico-processual, mas de um impacto estrutural no sistema de responsabilização no setor público. A segurança jurídica, tão relevante para gestores e operadores, exige clareza sobre quando começa e quando — de fato — se interrompe o prazo”, entendeu a advogada.

O Bradesco não  
te liga pedindo  
para instalar  
aplicativos ou  
transferir dinheiro  
para uma  
conta segura.



Busque por:

---

**Segurança Bradesco**

---

Fuja de cilada financeira.



O presidente Lula (PT) em entrevista com jornalistas da imprensa internacional sobre a COP30, em Belém, no Pará Pablo Porciuncula/AFP

# Novo discurso de Lula sobre ação no Rio intensifica embate com oposição

Presidente chama episódio de ‘matança’ e ‘operação desastrosa’; bolsonaristas reagem, criticando falta de menção a policiais mortos e convivência com tráfico

Mariana Brasil, Raquel Lopes e Victoria Azevedo

**BRASÍLIA** Ao chamar de “desastrosa” e “matança” a operação policial que matou 121 pessoas no Rio de Janeiro, o presidente Lula (PT) provocou novas reações de membros da oposição, que foram às redes sociais criticá-lo.

“O dado concreto é que a operação do ponto de vista da quantidade de mortes, ela foi considerada um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, eu acho que ela foi desastrosa”, disse o petista na manhã desta terça-feira (4) ao falar com jornalistas de veículos internacionais, durante agendas da COP30, em Belém.

Em reação, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder do PL na Câmara dos Deputados, criticou a fala e a falta de menção aos quatro policiais que morreram na operação.

“Finalmente Lula saiu do armário e quer investigar com a PF dele a ‘MATANÇA’ que houve no RJ. Não falou nada dos 4 policiais mortos na operação. Está ficando cada vez claro qual é o lado do descondenado nesse episódio! A direita sempre estará ao lado do lei, do Estado e da polícia! PT PARTIDO DOS TRAFICANTES”, escreveu no X (ex-Twitter).

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), um dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, rebateu declaração do petista afirmando que “matança é o que as facções e os narcoterroristas fazem com o

povo de bem do Rio de Janeiro”.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) recuperou uma afirmação de Lula de que traficantes também eram “vítimas de usuários”, da qual o petista depois se retratou, para criticar a declaração desta terça. “Lula prova de novo que acha que os traficantes são vítimas”, declarou o parlamentar.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, também foi às redes contra o presidente da República.

“Veja que a lógica da esquerda sobre segurança é sempre da perspectiva do ladrão, do assassino, daquele que comete o crime. Nunca é de empatia pela vítima, pelo cidadão de bem que não tem paz. Um recado para Lula: é a sociedade que merece dignidade, não aqueles que subvertem nossa democracia”, escreveu.

Horas após a divulgação da entrevista, a conta oficial do presidente no X publicou nota afirmando que o governo federal está atuando “para quebrar a espinha dorsal” do tráfico de drogas e do crime organizado. A publicação também reforçou linha adotada até então pelo Planalto de que é preciso investir em inteligência e integração das forças de segurança no combate às facções.

No post, o presidente também citou matérias do Executivo que foram enviadas ao Congresso Nacional e buscam combater o crime organizado, como a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Segurança Pública e o

**O dado concreto é que a operação do ponto de vista da quantidade de mortes, ela foi considerada um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, eu acho que ela foi desastrosa**

**Lula (PT)**  
presidente da República sobre a megaoperação no Rio de Janeiro

**Finalmente Lula saiu do armário e quer investigar com a PF dele a ‘matança’ que houve no RJ. Não falou nada dos 4 policiais mortos. Está ficando claro qual é o lado do descondenado nesse episódio!**

**Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)**  
líder do PL na Câmara dos Deputados sobre a fala de Lula

projeto de lei antifacção.

“Essas medidas completam o ciclo da segurança: investigação mais eficaz, integração institucional e base legal sólida —uma combinação que consolida o enfrentamento ao crime no Brasil”, diz a publicação.

Aliados do presidente em Brasília minimizaram as críticas sobre a declaração dada na entrevista. Eles dizem que não viram uma mudança no discurso de Lula sobre a megaoperação no Rio e insistiram que a estratégia adotada pelo Planalto será a de apostar na tramitação dessas propostas e nas ações que combinem inteligência e integração das forças.

O governo e o próprio presidente, por meio das redes sociais, já haviam se manifestado sobre o caso, falando a respeito da necessidade de haver um trabalho coordenado contra o narcotráfico.

A operação do Rio foi considerada a mais letal da história do estado. Diante do fato, o governo Lula travou embate com o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), que acusou o governo federal de não ter dado apoio à gestão estadual e negado três pedidos de ajuda das Forças Armadas para o combate ao crime.

As declarações foram rebatidas por falas públicas dos ministros. O chefe da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, negou as acusações de Cláudio Castro horas depois, durante entrevista.

## Boulos diz que operação no RJ fez ‘demagogia’ com a vida das pessoas

**BRASÍLIA** O ministro-chefe da Secretaria-Geral do governo Lula (PT), Guilherme Boulos (PSOL), recebeu homenagem na noite desta segunda (3), onde voltou a criticar a operação que matou mais de 100 pessoas no Rio de Janeiro.

“Temos que investir no combate ao crime organizado de maneira firme inteligente mas sem fazer demagogia com a vida das pessoas que é o que essa operação acabou mostrando”, disse durante evento com empresários, em Brasília.

Em seu discurso e a jornalistas, Boulos não poupou críticas às plataformas de transporte e delivery pela falta de suporte de trabalho aos entregadores. O evento teve representantes do setor.

Também criticou a atual taxa básica de juros (hoje em 15%), fez menções à lavagem de dinheiro em empresas, citando a tradicional avenida Faria Lima, como um dos epicentros do crime desta natureza. Boulos também fez um discurso contra as taifas dos Estados Unidos e referiu-se ao momento atual como de um “retorno do protecionismo”.

Apesar do discurso com críticas a empresas como fintechs, Boulos conversou e fez fotos ao longo da noite com os representantes do empresariado.

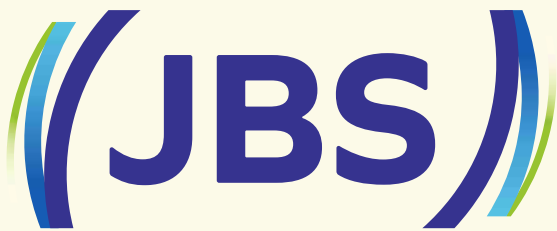
O diretor do conselho de administração do Esfera Brasil, João Camargo, fez um discurso elogioso a Boulos e ao governo, pelas operações realizadas contra os locais de origem do narcotráfico no Brasil. O diretor disse que “não fazia ideia” de que as fintechs estariam envolvidas em crimes desta natureza.

Sediado no Lago Sul, região nobre de Brasília, o evento serviu canapés e petiscos, além de bebidas, para todos os presentes.

Organizado pelo Esfera Brasil, grupo do setor empresarial que promove debates políticos, o evento reuniu ministros do governo, como o controlador-geral da República, Vinícius Marques, a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas, além do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues e líderes do Congresso Nacional, empresários e outras autoridades brasileiras.

De acordo com a organização, o encontro serviria para exaltar o diálogo e o compromisso com o Brasil entre os setores público e privado.

A festa estava marcada para terça-feira (4), a princípio. No entanto, foi antecipado para hoje pois o presidente Lula convocou Guilherme Boulos para ir a Belém, onde cumpre eventos relativos à COP30. **MB**  
**Leia mais em Cotidiano**



Tudo começou  
com uma pequena  
porta de um açougue  
há mais de 70 anos.

*Pode entrar.*

E daquela porta surgiram muitas outras. Não foi sorte, nem acaso. Foi acreditando em coisas simples: descomplicar. Fazer sempre melhor. Cada porta veio com o trabalho de muita gente.

Gente da fábrica, do campo, do balcão, do mercado. É assim que a JBS traz qualidade para a mesa. Abrindo portas para quem cresce ao nosso lado. E, assim, já estamos presentes em 5 continentes.

Sem nunca esquecer a nossa origem, aquela pequena porta onde tudo começou.

Porque a chave de toda porta é a mesma: trabalho duro, humildade e simplicidade.



JBS. A gente alimenta um futuro melhor

[jbs.com.br](http://jbs.com.br)



política

# PT disputa visibilidade na segurança e se contrapõe a ações da direita no Nordeste

Governistas destacam a importância de operações sem ‘matança’; oposição explora falas de Lula para criticar combate à criminalidade

João Pedro Pitombo e Marianna Holanda

SALVADOR E SÃO PAULO Uma semana após a operação policial que deixou 121 mortos no Rio de Janeiro, aliados do governo Lula (PT) nos estados iniciaram uma ofensiva em busca de visibilidade no campo da segurança pública, tema que deve ganhar centralidade no debate eleitoral para 2026. Em meio a críticas da oposição e a uma união de governadores do campo conservador, petistas destacam a necessidade de fazer uma disputa de narrativa com a direita, que adota uma postura linha-dura neste campo e tem mi-

nimizado episódios de letalidade como o da ação policial no Rio. A avaliação é que é possível fazer um discurso de combate im- placável ao crime, mas com ações baseadas em inteligência e investigação policial prévia, usando a força de forma proporcional, dentro dos limites da lei. Na prática, contudo, governos petistas têm enviado sinais trocados à sociedade no debate sobre a segurança pública. Em estados como Bahia e Ceará, governadores se equilibram entre a defesa de ações com letalidade e a preservação dos direitos humanos. Nacionalmente, o governo Lula acendeu o alerta sobre o impac-

to da operação no Rio de Janeiro. Pesquisas qualitativas e quantitativas a que o governo teve acesso apontavam uma defesa da ação letal pela maioria da população. Nesta terça-feira (24), o presidente falou em matança ao se referir à ação no Rio de Janeiro e a classificou como desastrosa. Um auxiliar do presidente criticou o uso do termo “matança”, segundo ele correto, mas que deu munição à oposição. Há cerca de duas semanas, o ex-presidente disse que traficantes também eram vítimas e teve de se retratar. Levantamento do Datafolha divulgado no último sábado (1º) mostrou que a megaoperação foi

**Apostas do governo Lula e do PT na segurança**

**PL Antifacção** Governo busca emplacar projeto no Congresso Nacional, aumentando penas sobre crime organizado e criando qualificantes sobre o tema

**PEC da Segurança Pública** Proposta que centraliza algumas ações contra o crime organizado no governo federal encontra resistências entre governadores e no Legislativo

**Operações da Polícia Federal** Governo quer se mostrar eficiente, sem letalidade, com ações como a Carbono Oculto, em São Paulo

vista como um sucesso por 57% dos moradores da capital e da região metropolitana da cidade. Outros 39% pensam o contrário. Diante desse cenário, o governo correu para entregar ao Congresso, na última sexta-feira (31) o PL Antifacção, que institui o tipo penal de “organização criminosa qualificada”, com pena que pode chegar a 30 anos de prisão. Secretário de Justiça da Bahia, Felipe Freitas afirma ser possível enfrentar o crime organizado “sem deixar pilhas de corpos” em operações policiais.

Ele destaca que os governos progressistas não podem adotar um discurso semelhante ao da direita na segurança: “Política é disputar opinião pública, não repetir que a opinião pública diz. É preciso apresentar alternativas ao debate público até momento em que essas ideias se tornem majoritárias”, defende Freitas. O calendário eleitoral, contudo, joga contra e desperta preocupações na cúpula do governo. Um interlocutor mais pessimista diz que o tema da segurança poderia apresentar, pela primeira vez, ameaça à avaliação de Lula, que vinha em rota de alta.

Um auxiliar do presidente destaca, contudo, que ele tem hoje três importantes trunfos para apresentar: o PL Antifacção; a PEC (Proposta de emenda à Constituição) da Segurança Pública; e as operações recentes da Polícia Federal, mais notadamente a Carbono Oculto, além de ações nos estados. Por outro lado, existe uma preocupação com o avanço das facções criminosas no Nordeste, território onde Lula tem eleitorado consolidado. A avaliação é que o cenário poderia criar um terreno fértil para candidaturas de direita. Além de Bahia e Ceará, citaram com preocupação o cenário no Rio Grande do Norte e partes de Pernambuco. Na semana passada, governadores da direita prestaram solidariedade ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e anunciaram a criação de um “Consórcio da Paz”. O fórum para discutir temas relacionados a segurança foi lançado com discursos em tom eleitoral e críticas aos governos petistas.



Policiais levam alvo de abordagem em operação nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli - 28.out.25/Folhapress

## Juiz manda X apagar post chamando sigla de ‘Partido dos Traficantes’

Ana Paula Bimbati

SÃO PAULO | UOL O Tribunal de Justiça do Distrito Federal mandou o X (ex-Twitter) apagar uma publicação do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) em que ele chama o PT de “Partido dos Traficantes”. Cabe recurso da decisão. A rede social deve apagar o post em até 48 horas após ser notificada pela Justiça. Caso não cumpra, fica “sob de apuração de responsabilidade civil por danos decorrentes da sobredita publicação”. A UOL procurou a equipe do deputado, mas não houve retorno até a publicação deste texto. A reportagem não localizou representantes do X no Brasil. O juiz disse que imunidade parlamentar vale para falas feitas na

Câmara. “Assertivas em ambientes externos àquela casa legislativa, inclusive virtuais, somente estão imunes quando estritamente vinculadas ao exercício do mandato”, disse o magistrado Wagner Pessoa Vieira, para quem as falas configuram dano moral. “A publicação de informações falsas ou desprovidas de autenticidade, imputando aos apelantes apoio a grupo terrorista, configura dano moral, uma vez que atinge diretamente a honra e a imagem deles. A gravidade do dano é acentuada pelo fato de que os apelados são figuras públicas com amplo alcance midiático.” A decisão veio após o PT mover cinco ações contra bolsonaristas por chamarem a sigla de “Partido dos Traficantes”. A sigla pediu in-

denização de R\$ 30 mil para cada parlamentar — além de Nikolas, processou os deputados Bia Kicis (PL-DF), Carlos Jordy (PL-RJ) e Gustavo Gayer (PL-GO), além do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Os conteúdos foram publicados após a operação policial mais letal do Brasil. Para o PT, as publicações são exemplo do “uso desonesto e abusivo da imunidade parlamentar e da liberdade de expressão”. E que o objetivo era “manipular a compreensão pública para mentir que o Partido dos Trabalhadores é apoiador, vinculado, associado ou de alguma forma defensor de traficantes”. O PT fala em “responsabilização” e nega tentativa de censura. “Espera-se a intervenção do Poder Judiciário para poder afastar

**Assertivas em ambientes externos àquela Casa Legislativa, inclusive virtuais, somente estão imunes quando estritamente vinculadas ao exercício do mandato** Wagner Pessoa Vieira juiz do Tribunal de Justiça do DF sobre liberdade de expressão do parlamentar

do cenário do debate público o discurso vazio de conteúdo, sem qualquer ideia, proposta ou crítica fundada, que serve apenas para macular a honra alheia, induzindo o ódio político na população”, diz a ação. “A conduta excedeu os limites da imunidade parlamentar, caracterizando abuso da liberdade de expressão e violação dos direitos de personalidade dos apelantes.” “A postagem feita pelo réu, em plataforma digital de comunicação em rede social, não guarda relação com a atividade parlamentar, pois constitui mera opinião pessoal, sem natureza fiscalizatória ou intenção informativa e, portanto, desprovida de proteção pela imunidade parlamentar.”

# Área técnica do TCU propõe que Motta explique funcionárias fantasmas

Proposta ainda precisa ser aprovada pelo relator do caso, ministro Jhonatan de Jesus

BRASÍLIA A área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) propôs que a corte requisi-te informações ao presiden-te da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) sobre duas funcionárias empregadas em seu gabinete com rotinas incompatíveis com as funções que deveriam exercer no Legislativo.

O parecer, de 29 de outubro, foi revelado pelo portal Metrô-poles e confirmado pela Folha. A proposta será analisada pelo relator do caso, ministro Jho-natan de Jesus. Se aprovada, Motta terá que explicar, em 15 dias, regime e escala de tra-balho das servidoras Gabrie-la Batista Pagidis e Monique Agra Magno.

Como a Folha revelou em julho, Gabriela é fisioterapeu-ta e atende em clínicas duran-te a semana. Já Monique é as-sistente social na Prefeitura de João Pessoa (PB) há qua-tro anos. Motta mandou de-mitir as duas após ser procu-rado pela reportagem em 8 de julho. Elas se recusaram a de-talhar os serviços no gabinete do deputado.

A área técnica do TCU tam-bém pede que o tribunal peça comprovantes de registro de frequência ou controle seme-lhante de escala de trabalho das duas. E requisita os regis-tros de acessos a ferramentas corporativas do órgão, como aplicativos de comunicação e de edição de documentos, e provas de entregas de trabalho ao longo do período que as ser-vidoras exerceram a função.

No caso de Gabriela, a uni-dade também pede que seja especificado se foi concedido horário especial de trabalho e, se sim, como se deu o cumpri-mento de sua escala.

Já para Monique é pedido que se especifique a escala de trabalho a partir de abril de 2021, quando ela passou a ocu-par outro cargo público na pre-feitura de João Pessoa.

“Sobre a acusação de con-tratação de funcionárias fan-tasmas relativa a Gabriela e Monique deve-se buscar com-provação de que as pessoas im-plicadas efetivamente exerce-ram as suas funções, e que não atuaram em cargos públicos inacumuláveis com a função comissionada exercida na Câ-mara”, disseram os técnicos.

A reportagem verificou que Gabriela atendia em uma clínica de Brasília às segundas e quartas durante todo o dia. Às terças e quintas à tarde, da-va expediente em outra clínica no Núcleo Bandeirante, a 18 km da Câmara. Os horári-os de trabalho foram confir-mados pelos dois estabeleci-mentos. Já a Prefeitura de Jo-ão Pessoa enviou a folha de

**15 dias**  
prazo para Hugo Motta explicar a situação das servidoras se a proposta for aceita pelo TCU

ponto de Monique, com 30 ho-ras semanais. Mesmo que o acú-mulo de funções não fosse pro-ibido, ela teria que trabalhar 14 horas por dia para cumprir as duas jornadas.

A reportagem pediu acesso ao registro de ponto dos funci-onários, mas o gabinete de Mot-ta se recusou a fornecer a docu-mentação.

Constança Rezende



O presidente da Câmara, Hugo Motta, em sessão em Brasília  
Pedro Ladeira - 1º.out.25/Folhapress

## INFORME PUBLICITÁRIO



### PEDIDO DE DESCULPAS DO ESTADO BRASILEIRO AO POVO AVÁ-GUARANI

*Pelas graves violações de direitos humanos sofridas pelo povo indígena Avá-Guarani durante a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu no lado brasileiro.*

Representado pela União, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Estado Brasileiro e a Itaipu Binacional (margem esquerda) reconhecem publicamente e pedem desculpas ao povo Avá-Guarani, do oeste do Paraná, pelos danos e violações de direitos humanos ocorridos durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu nas décadas de 1970 e 1980.

O presente pedido resulta de acordo firmado pelas partes perante a Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF/CGU/AGU) e homologado judicialmente na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.555, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizada por iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) e das Comunidades Avá-Guarani, com o objetivo de promover a reparação às comunidades indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná, tendo como um de seus requerimentos que “seguindo as recomendações da Comissão Nacional da Verdade”, o Estado brasileiro, realize “Pedido público de desculpas do Estado brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.” [...]”.

Os Avá-Guarani que hoje vivem na região são falantes do tronco linguístico tupi-guarani, que ocupavam no século XV vasto espaço correspondente às atuais regiões Sul, Sudeste e Centro- Oeste do território brasileiro. São sobreviventes de um longo processo de expropriação de suas terras e direitos, desde a colonização de seu território de ocupação tradicional até a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

#### Histórico de violações

Entre o final do século XIX e início do século XX, as populações Guarani sobreviventes deste longo histórico de escravização foram empregadas no oeste paranaense na produção de erva- mate e derrubada de madeira. Eles viviam em regime de trabalho análogo à escravidão, ou de escravidão por dívidas, em vastas áreas concedidas pelo Governo Imperial e, posteriormente, pelo Governo Republicano para companhias privadas. Com o declínio da atividade ervateira a partir da década de 1930, teve início um novo padrão de exploração e ocupação do território. Iniciada em 1938, a chamada marcha para o oeste causou a chegada massiva de colonos ao oeste do Paraná. As terras indígenas foram alvo dessa onda neocolonial e passaram a ser tituladas a não indígenas, por meio de iniciativas estatais dos governos federal e estadual, que partiam da premissa de existência de vazio demográfico. Portanto, a região oeste do Paraná estaria despovoada, cabendo ao Estado ocupá-la como estratégia de desenvolvimento. Contudo, esse pressuposto ignorava a existência dos povos originários que viviam há séculos no território, possibilitando a violação de seus direitos. A invisibilização nas narrativas oficiais e no imaginário social foi acompanhada do apagamento violento de sua existência concreta.

Mesmo existindo leis, desde a Constituição de 1934, que protegiam as terras ocupadas pelos povos originários, bem como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (Funai) negligenciaram a existência dos Avá-Guarani do oeste do Paraná até os anos 1970, não demarcando suas terras. Era comum na época, nas várias esferas governamentais e na sociedade regional, a concepção de que os indígenas deveriam estar confinados em reservas. Tanto o SPI quanto, posteriormente, a Funai pressionaram os Avá-Guarani a deixarem suas terras e a migrarem para reservas indígenas, localizadas a centenas de quilômetros de onde moravam, em muitos casos, para reservas já destinadas a outros povos indígenas. Desse modo, articulada com outras instâncias do Estado a nível nacional e regional, a ação dos órgãos indigenistas contribuiu para o desterro dos indígenas ao negar-lhes o reconhecimento pleno de seus territórios tradicionais. Isto promoveu o seu confinamento em áreas reservadas, com o propósito de disponibilizar terras à colonização, não bastando que a retirada dos indígenas de suas terras fosse proibida pelas leis da época.

Nem mesmo áreas antigas, reconhecidas pela sociedade regional e por agentes do Estado como de ocupação indígena, foram poupadas da espoliação. Casos como o da Colônia Guarani, situada em Foz do Iguaçu, e da área conhecida como Jakutinga - também chamada Ocoy, Jacutinga ou Barra do Ocoi - comprovam essa situação. Ainda que não tenham sido oficialmente demarcadas, embora existam documentos da época que demonstram a intenção do órgão indigenista em demarcá-las, essas terras mantinham condições ambientais consideradas adequadas pelos Guarani para o desenvolvimento de seu modo de vida. Eram consideradas por eles áreas mais seguras das pressões externas, servindo de refúgio para as famílias Guarani que saíam de outras localidades, em razão das diversas formas de violência sofridas. Em 1976, o Incra, em conjunto com a Funai, destinou as terras da Colônia Guarani para o assentamento de colonos, o que resultou na expulsão das comunidades indígenas.

#### Construção da Hidrelétrica de Itaipu

Após esse processo contínuo de esbulho das terras indígenas, nos anos 1970, os Avá-Guarani foram confinados nas margens do rio Paraná e logo foram impactadas com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Iniciadas em 1966 para o aproveitamento do potencial energético do rio Paraná, as negociações diplomáticas entre Brasil e Paraguai culminaram, no ano de 1973, na celebração de um acordo entre os dois países. O acordo previa o represamento do rio e a construção de uma grande usina hidrelétrica, conforme Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

No início dos anos 1970, o governo já implementava medidas para deslocar as populações que seriam atingidas pelo represamento do rio, incluindo os Avá-Guarani, aos quais foram negados indenização e reassentamento, pois tais medidas tiveram como pressuposto a existência de “título regular”. Evidentemente, os indígenas não possuíam títulos de suas terras e nem território demarcado pelos órgãos indigenistas, sendo apartados das políticas compensatórias e indenizatórias. Ademais, seus últimos refúgios foram utilizados para reassentamento de não indígenas.

Mencionada anteriormente, a Barra do Ocoi foi drasticamente reduzida pelo Incra para a implementação do Projeto Integrado de Colonização Ocoi (PIC-Ocoi), que visava reassentar posseiros que se encontravam instalados no Parque Nacional do Iguaçu, nas áreas de inundação do reservatório de Itaipu. A Funai corroborou com esse processo ao negar a identidade de famílias indígenas que permaneciam no local. Isso os confinou a uma estreita faixa de terra à beira do rio, a Reserva do Ocoi, que se tornou área de proteção permanente com a formação da barragem de Itaipu.

Diante da iminente inundação de várias áreas onde a população Avá-Guarani havia se refugiado, nas margens do Rio Paraná, a Funai estimulou a mudança dos indígenas para reservas Kaingang e outras áreas indígenas no interior do Paraná. Os Avá-Guarani relatam que o exílio em terras de outros povos e a forma autoritária como a Funai administrava estes espaços foi fonte de sofrimento para esse povo. No processo de desocupação do perímetro que seria alagado pelo enchimento da barragem de Itaipu, equipes do INCRA pressionaram os indígenas para que fossem embora de suas terras. Deste modo, os Avá-Guarani foram expulsos das últimas terras que ocupavam, como a Okoy Jakutinga e outras pequenas áreas espalhadas pelas margens do Rio Paraná. Posteriormente, a maior parte das terras ocupadas pelos Avá-Guarani foram definitivamente inundadas com o enchimento da barragem de Itaipu.

O alagamento das margens do rio Paraná atingiu as matas habitadas pelos Avá-Guarani e deixou totalmente submersa a maior cachoeira em volume de águas do mundo, a Sete Quedas. O local é sagrado para os Guarani e permitia aos pajés do povo uma conexão com outros patamares habitados por suas divindades. Também o local da Usina destruiu Itaipyte, outro sítio sagrado para os Avá-Guarani, onde os pajés conheciam os caminhos para Yvy Marã'e'y, ou Terra Imperecível.

O indígena Lourenço Figueiredo relata como foi vivenciar o deslocamento forçado:

*“Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas. Eu sou daqui de Santa Helena Velha, eu nasci, criei com os indígenas e tudo. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora. Não pagou nada, deixou só. A Itaipu chegou e só falou que ia vir a água e que ‘pode se mandar’. E o que nós ia fazer? Ficamos triste. Saímos tudo pelo rio Paraná, por outro lado, por Paraguai. Cada um foi pra um lado. Eu fiquei aqui. Itaipu voltou e falou: ‘vão embora tudo, a água vem vindo’. O que nós ia fazer? Itaipu disse ‘pode sair tudo’. Eu tinha 4 filhos, não podia sair, fui a Santa Helena. Sorte que encontrei o Prates, que era prefeito. Ele me arrumou serviço. Depois mandou tudo embora, não pagou nada nossa terra.” (Entrevista concedida por FIGUEIREDO, Lourenço, em junho de 2013. CTI, 2013, p. 76.).*

#### Desculpas aos Avá-Guarani

*Poucos percebem que o genocídio dos povos indígenas segue se repetindo e que a construção de uma nação democrática depende de uma justiça de transição ampla para com os povos originários dessa terra, alvos da opressão primeira, que deu origem a essa nação. Enquanto não houver esse reconhecimento, a violação histórica é continuada” (Sonia Guajajara, 2014, Discurso no julgamento do caso Aikewara-suruí, na Comissão da Anistia).*

Como se nota, foram empregadas à época medidas que desconsideraram os direitos, as tradições e os laços espirituais e culturais que os Avá-Guarani mantêm com suas terras ancestrais por força da colonização agrícola do território a partir do início do século XX e depois para a geração de energia elétrica, com a construção de Itaipu.

Diante desses fatos, por meio do presente ato, o ESTADO BRASILEIRO, representado pela União, FUNAI, INCRA e ITAIPU BINACIONAL(margem esquerda), reconhecem os impactos ocasionados às comunidades indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná antes e durante o processo de idealização e construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e expressam publicamente tudo que foi suportado pelas comunidades indígenas, submetidas a deslocamentos, perda de territórios sagrados e impactos em suas formas de vida e expressões culturais ao longo de todo esse período. Reconhecem, portanto, que a formação do reservatório e a subsequente expropriação de territórios contribuíram para desestruturar suas formas de vida e subsistência, ocasionando significativos impactos sociais, econômicos e culturais.

Por este ato, o Estado Brasileiro e Itaipu Binacional (margem esquerda) reconhecem suas responsabilidades e se desculpam publicamente pelas violações de direitos humanos cometidas contra o povo Avá-Guarani no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, divulgando esses fatos à sociedade no intuito de honrar a memória das vítimas que tiveram sua dignidade, identidade cultural e existência sistematicamente negadas e, em última instância, tiveram suas vidas destruídas.

Por fim, se comprometem a efetuar medidas concretas de reparação e preservação da memória histórica dos acontecimentos, como mecanismo de não repetição, fortalecendo o Estado Democrático de Direito no país.

# Relatora no TSE vota pela cassação de Castro, e julgamento é suspenso

Ministro Antonio Carlos pediu vista após análise de Gallotti; chefe da Assembleia do Rio e governador do estado são acusados de abuso de poder político e econômico

Ana Pompeu

**BRASÍLIA** A ministra Isabel Gallotti, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), votou pela cassação do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Na sequência, o ministro Antonio Carlos pediu vista —mais tempo para análise—, suspendendo as deliberações.

O presidente da Assembleia do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar (União Brasil) e o ex-vice-governador Thiago Pampolha, atual conselheiro do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), também receberam a mesma manifestação da relatora.

De acordo com a ministra, Castro teve papel central em esquema mirando a disputa eleitoral. Gallotti também votou pela inelegibilidade dos envolvidos e para determinar a realização de novas eleições no estado. O pedido de vista tem prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30.

O chamado escândalo da “folha secreta de pagamento” foi revelado pelo UOL em junho de 2022. Se refere ao uso da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e da Fundação Ceperj (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Pú-



O governador Claudio Castro (PL) em reunião no Rio de Janeiro Pablo Porciuncula - 29.out.25/AFP

blicos do Rio de Janeiro) para pagamento de funcionários de projetos sociais sem a divulgação de seus nomes. Dezenas de milhares de pessoas teriam sido contratadas sem transparência.

Uma investigação do Ministério Público do Rio descobriu saques de dinheiro vivo na “boca do caixa”. Ao todo, R\$ 248 milhões foram retirados em agências bancárias por dezenas de milhares de pessoas que integrariam o suposto esquema. As contratações

só foram interrompidas em agosto, após a ação civil pública do Ministério Público estadual.

O caso gerou duas ações de investigação judicial eleitoral, uma movida pela chapa de Marcelo Freixo (PT), derrotado na eleição daquele ano, e outra pela Procuradoria Eleitoral. O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio decidiu unir as duas num único processo. Há ainda em curso uma investigação criminal.

Segundo a ministra do TSE,



Isabel Gallotti, do TSE Alejandro Zambrana - 26.set.24/Divulgação TSE

as evidências, incluindo a magnitude dos valores envolvidos, a ilegalidade sistemática nas contratações e pagamentos, o uso indevido da força de trabalho custeada pelo poder público em eventos de pré-candidatos e o envolvimento direto dos investigados formam um “conjunto de circunstâncias extremamente grave” que configura o abuso de poder político e econômico, com o propósito de desequilibrar o pleito de 2022.

O uso de dinheiro em espécie no esquema investigado foi ressaltado pela relatora. “A sistemática de pagamentos feitos em espécie no guichê bancário, à míngua de fiscalização mínima, apresenta-se um DNA de dúvidas. Essa prática foi confirmada inclusive em depoimentos”, disse.

Gallotti afirmou que merece destaque a “extraordinária quantia resultante de saques” em agência do Bradesco em Campos dos Goytacazes, reduto eleitoral de Rodrigo Bacellar, mais de R\$ 200 milhões, o que foi alertado pelo banco às autoridades.

Depois de a corte pautar a ação, o governador ressaltou, por meio de nota, confiar na Justiça Eleitoral, além de lembrar que o Tribunal Regional Eleitoral fluminense julgou improcedentes as acusações por ausência de provas.

Castro e Bacellar foram absolvidos na corte regional eleitoral em maio de 2024 em votação apertada, por 4 a 3. O Ministério Público Eleitoral levou o caso ao TSE, ao recorrer da decisão.

Caso os dois sejam cassados, pela linha sucessória, assumiria interinamente o Palácio Guanabara o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Castro.

## Ex-prefeito ficha suja deixa cargo de confiança no governo Tarcísio 18 dias após ser nomeado por Kassab

Bruno Ribeiro

**SÃO PAULO** O secretário de Governo de São Paulo, Gilberto Kassab, presidente do PSD, indicou para um cargo de confiança da equipe de Tarcísio de Freitas (Republicanos) um ex-prefeito do interior paulista considerado ficha suja pelo TCU (Tribunal de Contas da União), impedido de disputar eleições até 2030, e o exonerou 18 dias depois, após a *Folha* questionar sua nomeação.

Décio Ventura, ex-prefeito de Ilha Comprida, no Vale do Ribeira, havia sido indicado para chefiar a divisão regional de Registro na Secretaria de Governo, com a função de articular a relação entre as prefeituras da região e a gestão Tarcísio, negociando convênios e repasses de emendas aos municípios.

O ex-prefeito tem histórico de problemas com os órgãos de controle externo das contas públicas. Ele foi eleito prefeito de Ilha Comprida em 2008 e reeleito em 2012, disputando nas duas ocasiões pelo PSDB. Nesse período, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) recomendou a reprovação das contas de 2010, 2013 e 2014.



O ex-prefeito de Ilha Comprida (SP) Décio Ventura em evento; ele ficou apenas 18 dias no governo Tarcísio Reprodução/Décio Ventura no Instagram

Ventura teve sua exoneração publicada no Diário Oficial nesta terça-feira (4), um dia após a *Folha* questionar a gestão Tarcísio sobre a nomeação. Ele disse à reportagem ter pedido para ser demitido por não querer “criar problemas para ninguém” — no texto oficial não houve menção à saída “a pedido”, como é comum nesses casos.

Em Ilha Comprida, a Câmara Municipal da cidade inicialmente optou por não rejeitar as contas nos dois primeiros anos de questionamentos do TCE, mas, em 2017, uma votação decidiu seguir a recomendação do tribunal e rejeitar as contas de 2014 — tornando-o inelegível por oito anos.

Antes da prefeitura, Ventura dirigiu a Agência de Desenvol-

**18** total de dias que Décio Ventura, ex-prefeito de Ilha Comprida, permaneceu em cargo de confiança da equipe de Tarcísio de Freitas (Republicanos)

**3** contas anuais com recomendação de rejeição pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

**R\$ 293 mil**

valor recebido por entidade comandada por Ventura do governo federal, sem prestação de contas

vimento dos Municípios da Mesorregião Vale do Ribeira/Guarariqueçaba, entidade sem fins lucrativos que recebeu recursos para financiar projetos de geração de emprego, mas que terminou extinta após decisão do TCU.

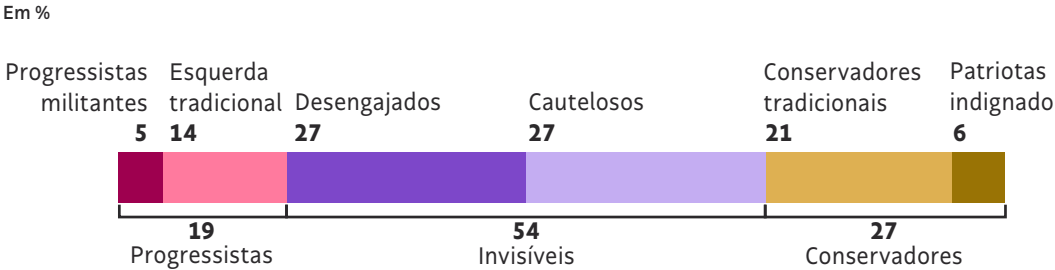
Ventura é citado em quatro processos diferentes no portal de Contas Irregulares do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) devido a repasses de recursos que a entidade recebeu sem ter prestado contas, de 2004 a 2007.

Na segunda-feira, quando a *Folha* questionou a gestão Tarcísio sobre a nomeação, o próprio Ventura respondeu, por nota, dizendo que “possui larga experiência na administração pública”.

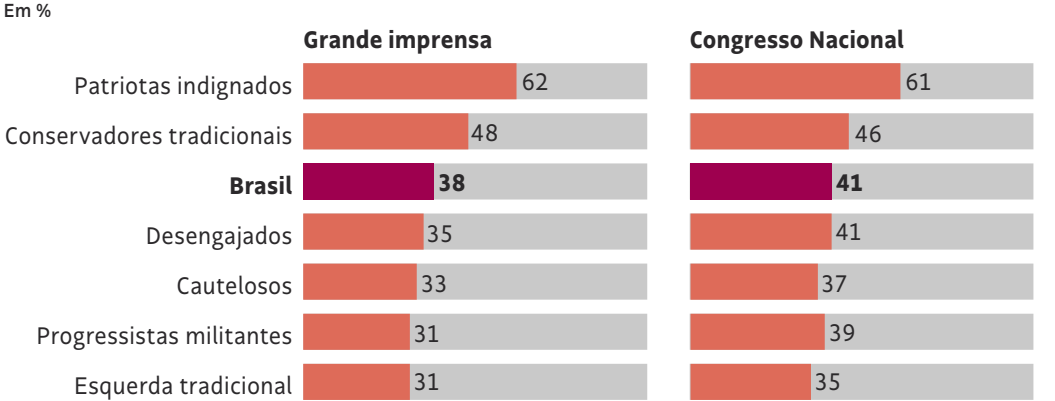
Na mensagem, ao comentar as contas rejeitadas, ele disse que a decisão “observou exclusivamente critérios políticos, não técnicos, sendo certo que a maior parte dos integrantes da Câmara Municipal à época decidiu se aliar a corrente política local contrária”, sem citar pareceres do TCE que recomendaram a rejeição.

Já o governo Tarcísio enviou nota dizendo que “a escolha de Décio José Ventura se deu por sua experiência administrativa”. A nomeação “cumpriu as exigências da legislação”. O posicionamento citava que havia “recursos em andamento” sobre os processos no TCU. Mesmo assim, Ventura foi exonerado do governo.

### Segmentos da sociedade brasileira na política



### Desconfiança nas instituições



Fonte: More in Common, em parceria com a Quaest, em pesquisa domiciliar face a face realizada com 10.002 pessoas de 16 anos ou mais entre 22.jan e 12.fev; a margem de erro geral é de 1 p.p., para mais ou para menos. Margem de erro por segmento: progressistas militantes: 4 p.p; esquerda tradicional: 3 p.p; desengajados: 2 p.p; cautelosos: 2 p.p; conservadores tradicionais: 2 p.p, patriotas indignados: 4 p.p.

# Maioria é pragmática e está fora da polarização no país, indica levantamento

Estudo da More in Common/Quaest classifica 54% de toda a população como não sendo de direita nem de esquerda

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Apesar do embate entre apoiadores de Lula (PT) e de Jair Bolsonaro (PL) que dominou a política brasileira nos últimos anos, a maior parte da sociedade está fora da polarização acentuada e adota postura pragmática sobre os principais temas, aponta levantamento do think tank More in Common em parceria com a Quaest.

Os pesquisadores classificaram a sociedade brasileira em seis segmentos, de progressistas a conservadores. Um grupo situado em um dos extremos dessa divisão, enquadrado como “patriotas indignados” e correspondente a 6% da população, foi destacado como ponto de atenção pelo grau elevado de desconfiança das instituições no país.

O estudo é resultado da análise de questionário com 168 perguntas aplicado a 10.002 pessoas de 16 anos ou mais, por meio de entrevistas domiciliares, de 22 de janeiro a 12 de fevereiro, com amostra representativa da população. A margem de erro é de 1 ponto percentual para os dados gerais, com nível de confiança de 95%.

O levantamento identificou visões que dividem os brasileiros em três grandes grupos, cada um com dois segmentos. A maior parte da população (54%) ficou no grupo identificado como “invisíveis”, caracterizado por não ser nem de es-

querda nem de direita.

Segundo Pablo Ortellado, diretor-executivo da More in Common Brasil, essa massa não tem a convicção de centro. Ela é caracterizada por ser mais pragmática, não polarizada e independente, incluindo um segmento de “desengajados”, ligeiramente com posições mais à esquerda, e outro de “cautelosos”, um pouco mais à direita. Cada um corresponde a 27% da população.

Por isso, os pesquisadores entendem que os brasileiros estão menos divididos do que pode supor o senso comum. “O debate político parece dividir toda a população porque os segmentos minoritários são muito engajados e vocais, e os segmentos que não estão polarizados preferem se afastar da política”, afirma o estudo.

O resultado indica que a maior parte da sociedade forma uma “maioria invisível não polarizada” em assuntos ligados à agenda de costumes.

Foram classificados como progressistas 19% da população, divididos em “militantes”, o grupo mais radical (com 5%), e “esquerda tradicional” (14%).

Os “militantes” são mais escolarizados (53% com ensino superior), mais ricos (37% com renda familiar maior que R\$ 10 mil) e mais sem religião (41%). Eles ficam isolados dos outros segmentos, inclusive da “esquerda tradicional”, em temas ligados a direitos humanos.

Já os conservadores representam 27% da população, conforme a pesquisa. Além do segmento mais radical, de 6%, chamado de “patriotas indignados”, há os “tradicionais”, que representam 21%.

Entre “patriotas indignados”, a maior parte não confia no Congresso Nacional (61%), na imprensa (62%), no Supremo Tribunal Federal (71%) e na Justiça Eleitoral (64%).

Considerando toda a população, 41% não confiam no Congresso, 38% na imprensa, 37% no STF, e 35% no TSE.

A margem de erro das perguntas sobre desconfiança é de 4 pontos percentuais entre “patriotas indignados”, 2 pontos para os “conservadores tradicionais” e 1 ponto para o total da amostra.

Embora o grupo conservador mais radical seja apenas 6% dos brasileiros, Ortellado diz que o segmento de “conservadores tradicionais” tende a acompanhar os “patriotas indignados”, formando um conjunto de mais de um quarto da população com alta taxa de desconfiança.

Os “patriotas indignados” são mais escolarizados, com 24% deles com ensino superior, contra 16% dos conservadores tradicionais. Os dois têm a maior taxa de evangélicos por segmento, cada um com cerca de 40%.

Esse grupo mais extremo também é bastante mobilizado, com 49% considerando importante participar de manifestações. Sobre partidos, 37% têm mais simpatia pelo PL, 70% se classificam como bolsonaristas, e a maioria se informa sobre política pelo WhatsApp (58%) e YouTube (59%).

**NOVA LEGENDA**

### TSE aprova criação do Missão, partido do MBL, que pode lançar candidatos em 2026

SÃO PAULO | UOL O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou por unanimidade a criação do Missão, partido ligado ao MBL (Movimento Brasil Livre).

Com a aprovação, o partido poderá participar das eleições de 2026. O MBL já havia obtido do Ministério Público Eleitoral, em setembro, um parecer favorável à criação da legenda. Para o órgão, a sigla cumpriu as exigências necessárias —entre elas, a coleta de assinaturas e a elaboração do programa partidário.

Os seis ministros seguiram voto do relator André Mendonça, que afirmou que a sigla obteve os números necessários para a criação. O MBL conseguiu mais de 589 mil assinaturas favoráveis —o número mínimo era 547.042.

A nova legenda usará o número 14 nas urnas e se torna o 34º partido do Brasil. O coordenador do MBL e presidente do partido Missão, Renan Santos, deve ser o candidato da legenda à Presidência da República no ano que vem.

Criado em 2014, o MBL ganhou força em meio aos protestos contra Dilma Rousseff (PT). Na época, o movimento puxou manifestações em capitais pedindo o impeachment da então presidente.

Ana Paula Bimbati

## Comunicado de recall

### Compromisso Hyundai com a segurança



A **HYUNDAI MOTOR BRASIL** convoca os proprietários dos veículos i30 equipados com motor 2.0 MPI, modelos 2011 e 2012, fabricados entre 1/12/2010 e 9/6/2011, de chassis KMHDC81EABU111376 a KMHDC51EACU352988, não sequenciais, para comparecer a uma concessionária Hyundai a fim de substituir, de forma gratuita, o inflador do airbag do motorista.

| Veículo/modelos | Período de fabricação   | Chassis (8 últimos dígitos) |
|-----------------|-------------------------|-----------------------------|
| i30 2011 e 2012 | De 1/12/2010 a 9/6/2011 | BU111376 a CU352988         |

**Razões técnicas:** foi identificado, em outro país, um veículo com defeito no inflador do airbag do motorista, que se rompeu ao ser acionado. Como consequência, o airbag deflagrou de forma irregular, deixando de oferecer a proteção esperada.

**Riscos e implicações:** a falha no inflador do airbag do motorista pode causar seu rompimento e a deflagração do airbag de forma irregular, o que pode resultar na falta de proteção adequada ao motorista em caso de acidente, com consequentes lesões físicas graves ou até fatais ao motorista.

**Importante:** embora nenhum veículo com esse defeito tenha sido identificado no Brasil, a Hyundai, por cautela e zelo aos consumidores, substituirá preventivamente todos os infladores do airbag do mesmo lote.

**Início do atendimento:** 5/11/2025

**Solução:** substituição do inflador do airbag do motorista de todos os veículos envolvidos na campanha.

**Contato:** o agendamento para reparo pode ser realizado diretamente na concessionária Hyundai de sua preferência. Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Relacionamento Hyundai pelo telefone 0800-770-3355, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e, aos sábados, das 9h às 15h, ou acesse: [www.hyundai.com.br/servicos/recall](http://www.hyundai.com.br/servicos/recall).

**Locais de atendimento e duração do reparo:** a inspeção gratuita de todos os veículos sujeitos a esta campanha e a substituição do inflador do airbag do motorista serão realizadas na rede de concessionárias HMB, com duração de, aproximadamente, 1 (uma) hora.

**Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus clientes, a Hyundai destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.**

 **Desacelere. Seu bem maior é a vida.**

 **HYUNDAI**

## política

# Chefe do STM diz que colega usa ‘tom misógino’ para criticar fala sobre ditadura

Maria Elizabeth rebate ministro após afirmação de que ela deveria ‘estudar mais’; sessão da corte militar tem bate-boca

**BRASÍLIA** A presidente do STM (Superior Tribunal Militar), Maria Elizabeth Rocha, disse nesta terça-feira (4) que conhece bem a história da ditadura militar e que não aceita o “tom misógino” usado por um de seus colegas de tribunal na última semana.

O discurso foi direcionado para o ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, tenente-brigadeiro da Aeronáutica. Na última quinta (30), ele fez críticas públicas a Elizabeth após ela pedir desculpas a vítimas da ditadura.

Em um dos trechos do discurso, Amaral insinuou que a ministra deveria “estudar um pouco mais da história do tribunal para opinar sobre o período histórico”.

Em resposta na abertura da sessão de julgamentos do STM nesta terça, Elizabeth disse que não aceitaria o desrespeito.

“Por certo, a divergência de ideias é legítima. O que não é legítimo é o tom misógino, traves-



A presidente do STM (Superior Tribunal Militar), ministra Maria Elizabeth Rocha, em Brasília. Pedro Ladeira - 30.set.25/Folhapress

tido de conselho paternalista sobre ‘estudar um pouco mais’ a história de instituição, adotado pelo interlocutor”, disse.

“Uma instituição que integro há quase duas décadas e bem conheço. Essa agressão desrespeitosa não atinge apenas esta magistrada; atinge a magistratura feminina, a quem devo respeito e proteção”, completou.

A chefe do STM disse que conhece bem a história da ditadura e da corte. “Uma memória bem catalogada, onde não há dúvidas sobre seus contornos”, disse.

Elizabeth esclareceu que o pedido de perdão foi feito em primeira pessoa, na condição de presidente do Superior Tribunal Militar, e não em nome de todos os ministros e juízes que integram a Justiça Militar da União.

Ela ainda afirmou que “jamais teria o que dizer” em nome de Amaral. “A tentativa de ampliar o alcance das minhas palavras demonstra pretexto para ataque pessoal”, disse.

A ministra concluiu seu discurso dizendo que o fato de ser a primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar em 217 anos de história revela o “marco de ruptura em uma das instituições dominadas por homens, com estruturas hierárquicas permeadas por valores patriarcais”.

O discurso desaguou em bate-boca entre os magistrados. Amaral reafirmou discordância e disse que não deu delegação a ela para falar em seu nome.

Amaral reclamou de ter sido chamado de misógino e disse que, como militar, é sempre “ético e transparente” em suas opiniões. “A senhora está confundindo, dizendo que é misógino. Mas eu não vou entrar nessa declaração porque a senhora pode achar o que quiser, eu realmente não ligo muito. Só estou dando uma correção ao tema que foi falado”, disse o ministro.

Ele ainda afirmou que, na gestão de Joseli Parente na presidência do tribunal, discordou de manifestações do colega e conversou com ele, em reservado, sobre o assunto. “E ele é homem, eu acho”, completou.

A presidente da corte fez um discurso de dois minutos no evento ecumênico do último sábado (25), na Catedral da Sé, em São Paulo, em memória do jornalista Vladimir Herzog — assassinado há 50 anos pela ditadura.

“Estou presente neste ato ecumênico de 2025 para, na qualidade de presidente da Justiça Militar da União, pedir perdão a todos que tombaram lutando pela liberdade no Brasil”, disse Elizabeth no início de seu discurso.

A ministra seguiu seu discurso pedindo perdão pelos “erros e omissões judiciais cometidas durante a ditadura” e citou vítimas de assassinato pela ditadura, como Herzog e Rubens Paiva, outros torturados pelo regime, como Dirceu, Miriam Leitão e José Genoino, entre outros.

César Feitoza

## FAB pode descartar Embraer KC-390 danificado por falta de verba

Igor Gielow

**SÃO PAULO** O avião de transporte e reabastecimento aéreo KC-390, estrela das exportações militares da fabricante paulista Embraer, vive uma situação paradoxal na FAB (Força Aérea Brasileira), que pagou por seu desenvolvimento.

Por falta de verbas, a Aeronáutica estuda descartar 1 dos 5 aviões que tem operacionais, que sofreu danos estruturais durante um pouso na Argentina. Se isso ocorrer, apenas metade da frota de oito ficará disponível para uso.

Neste ano, segundo o sistema de acompanhamento de execução orçamentária do Senado, apenas 31% dos R\$ 520,7 milhões autorizados para a aquisição do KC-390 foram pagos. Apenas R\$ 266 milhões foram empenhados, ou seja, de fato marcados para gasto.

Desse total, R\$ 74,2 milhões já foram desembolsados em dinheiro novo, enquanto outros R\$ 86,6 milhões gastos eram os chamados restos a pagar, empenhos de anos anteriores.

A falta de verba da FAB, que tem custos operacionais altos, tem virado assunto na discussão sobre formas de driblar o arcabouço fiscal. Com lobby do Ministério da Defesa, o governo Lula (PT) viu aprovado no Congresso um mecanismo para tirar R\$ 5 bilhões anuais das restrições para dotar programas estratégicos dos militares, como o KC-390, o caça Gripen e as fragatas Tamandaré.

O atraso marca tais iniciativas



A aeronave Embraer KC-390 Millennium, produzida para as FAB. Claudio Capucho - 19.set.25/Divulgação Embraer

**R\$ 5 bilhões**

valor aprovado pelo Congresso para repor investimentos militares apesar do arcabouço fiscal

**R\$ 13,5 bilhões**

total atualizado da compra de 19 aviões militares pelo Brasil, que devem ser entregues em 2030

e, no caso do avião de combate sueco, a FAB procura alternativas, como a cessão de modelos antigos do mesmo aparelho para tapar buracos pontuais.

Já o KC-390, que no nascedouro em 2009 teve R\$ 5 bilhões (hoje algo como R\$ 9 bilhões, corrigidos) do governo aplicados em seu desenvolvimento, traz elementos mais dramáticos.

Em 12 de setembro, conforme foi revelado pelo canal argentino Victor Defensa, um KC-390 voou de Ushuaia até a base do Brasil na Antártida para lançar provisões, como ocorre regularmente.

Na volta da missão, segundo a FAB informou por nota, “a ae-

ronave realizou pouso sob vento forte” e seguiu para o Rio com escala em Pelotas “sem intercorrências para as avaliações pertinentes”. Os detalhes do site, confirmados à reportagem por militares, são menos suaves.

Com o vento de cauda, o avião pousou com extrema violência. Segundo esses fardados, a perícia inicial feita por técnicos da Embraer Defesa na base do Galeão indicou que há rachaduras importantes na junção da asa e na fuselagem, que precisam de conserto e talvez substituição.

Segundo a Revista Força Aérea, com informações também confirmadas à Folha por pessoas

com conhecimento do assunto, há o risco de o avião de matrícula 2859, recebido em setembro de 2024, unir-se a outro danificado.

Também está no Galeão o KC-390 2853, danificado em 2021 ao entrar numa tempestade de forma indevida, atingido por granizo. Ele fez alguns voos com limitações e hoje se encontra parado.

A reportagem questionou à FAB a condição do modelo e se ele está sendo usado como fonte de peças, a famosa canibalização, mas ainda não houve resposta.

Com outros dois KC-390 em manutenção, um deles desde o começo de 2024 na fábrica da Embraer em Gavião Peixoto (SP), a frota atual do modelo só está 50% disponível. Ao todo, o Brasil comprou pelo valor atualizado de R\$ 13,5 bilhões 19 aviões, que só devem acabar de ser entregues na década de 2030.

A encomenda original era de 28 aeronaves, cortada em 2019, abrindo crise inédita entre a FAB e a Embraer. Antes, o cronograma já havia atrasado por falta de recursos. As contas não fecharam, mas depois do ajuste a situação parecia normalizada —até agora.

Com a produção atual, a capacidade da fábrica brasileira, de 18 aviões/ano a todo vapor, pode se tornar insuficiente. A Embraer negocia linhas no exterior com Índia e Arábia Saudita, mas isso depende de essas nações viarem clientes em grande escala do modelo, o que parece avançado no caso de Nova Déli.

Colaborou Gustavo Patu, de São Paulo

# Câmara aprova ampliação gradual da licença-paternidade para 20 dias

Proposta original falava em um mês, mas houve resistência no plenário; custo extra do projeto, que terá de passar pelo Senado, será bancado pela Previdência

Carolina Linhares  
e Thaísa Oliveira

**BRÁSILIA** A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (4), o projeto que aumenta gradualmente a licença-paternidade a partir de 2027, com gastos custeados pelo Tesouro Nacional, mas limitou o período a 20 dias. O texto segue para análise do Senado Federal.

A proposta previa até 30 dias, mas não houve acordo no plenário —apesar de o projeto ser defendido pela bancada feminina da esquerda à direita, houve resistência dos demais deputados. Em 2022, foram eleitas 91 mulheres deputadas e 422 homens deputados.

O texto, relatado pelo líder do PSB, deputado Pedro Campos (PE), estabelece que os pais terão 10 dias de licença a partir de 2027. A cada ano, serão acrescidos 5 dias de licença, até chegar a 20 dias a partir de 2029.

O projeto foi aprovado de forma simbólica, ou seja, sem que cada deputado precise registrar seu voto individualmente. Apenas o partido Novo e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP) registraram voto contrário.

Atualmente, a legislação prevê que o pai tem direito a cinco dias corridos de licença remunerada do trabalho para cuidar do filho recém-nascido. O programa Empresa Cidadã segue mantido e acrescenta 15 dias de folga remunerada para o pai em relação ao que está previsto no projeto.

A medida foi endossada pelo governo Lula (PT), que aposta na medida como vitrine eleitoral, e também teve apoio da bancada feminina e da frente parlamentar pela licença-paternidade, presidida pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Deputados de direita, como Nikolas Ferreira (PL-MG) e Chris Tonietto (PL-RJ), também discursaram a favor.

Na segunda-feira (3), a ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) se reuniu com Campos, Tabata e outros defensores da proposta.

O custo da licença-paternidade, que hoje é bancado pela empresa, passará a ser pago pela Previdência Social. A mudança visa evitar resistências por parte do setor privado e igualar esse direito às condições da licença-maternidade, que já é paga pelo governo federal.

Caberá às empresas pagar o benefício e, depois, haverá ressarcimento pela Previdência. Para alcançar um acordo, Campos acertou uma alteração para prever que pequenos empresários possam ser compensados por meio de qualquer imposto federal, o que acelera o recebimento do reembolso.

Entre as críticas ao projeto também estava o impacto fiscal



Deputados durante votação do projeto que amplia licença-paternidade Kayo Magalhães/Divulgação Câmara

da proposta. Para 2027, o custo previsto é de R\$ 3,3 bilhões. Para 2028, é de R\$ 4,35 bilhões, e, para 2029, R\$ 5,44 bilhões. Com os 30 dias originais, o montante chegaria a R\$ 6,55 bilhões em 2030.

O texto determina que a licença só será ampliada de 15 para 20 dias em 2029, se o governo alcançar a meta fiscal em 2027.

As fontes de custeio previstas para o projeto são o Reap (Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial), que foi aprovado pela Câmara na semana passada, mas ainda depende de aval do Senado, e o projeto do governo que prevê corte linear de 10% em benefícios fiscais, que sequer foi votado.

De acordo com deputados que participaram das negociações, além de entraves orçamentários, havia o argumento de que 30 dias seria tempo demais, o que foi rechaçado pelas deputadas como uma crítica ideológica e machista. Houve ainda pressão do setor industrial para que a licença não chegasse a 30 dias.

Diante da ameaça de que o projeto fosse retirado de pauta, Campos buscou o acordo para a redução do período —o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), participou da construção do acerto.

“Determinados projetos visam um benefício, mas no fundo acabam trazendo mais complicações tanto para empregabilidade como para a própria participação daqueles supostamente beneficiados no mercado de trabalho”, disse o líder do Novo, Marcel Van Hattem (RS).

“A grande vitória foi quadruplicar a licença-paternidade através

de um consenso da Casa, dando força política para que o Senado aprove esse texto”, disse Campos.

Na opinião do relator, o desafio é cultural. “Muitos não entendem a importância da divisão justa do trabalho de cuidado. Lógico que os argumentos colocados no debate aqui são da questão fiscal, mas a grande resistência é cultural”.

Para Tabata, a implementação da licença de 20 dias vai destravar o debate para um período maior.

“A gente sabe que há uma batalha cultural, e que não é com a sociedade, é aqui dentro da Câmara, com as lideranças políticas, homens, de entenderem que ser pai é estar presente. Com esse fato concreto de pais que terão 20 dias, vão nos ajudar a explicar no futuro que 20 dias é pouco”, diz.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) é apontado como provável relator da mudança no Senado por já relatar um projeto que amplia a licença-paternidade, mas ainda não houve a confirmação por parte do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

“Vamos avaliar como foi construído o acordo. Mesmo longe do ideal, já é um grande avanço”, afirmou Vieira à Folha sobre a redução de 30 para 20 dias aprovada pelos deputados.

O projeto da licença-paternidade garante estabilidade no emprego por 30 dias após o retorno do trabalhador; estende o benefício a pais adotantes e assegura até 120 dias de afastamento ao pai em caso de falecimento da mãe. Também prevê um terço a mais de licença em caso de crianças com deficiência.



## Aumento da licença-paternidade

### COMO É HOJE

Pai tem direito a 5 dias de licença remunerada, pagos pela empresa

### COMO FICA

Pais terão direito a 20 dias, pagos pela Previdência Social, com aumento escalonado a cada ano:

- **2027: 10 dias, com impacto estimado de R\$ 3,3 bilhões**
- **2028: 15 dias, com impacto estimado de R\$ 4,35 bilhões**
- **2029: 20 dias, com impacto estimado de R\$ 5,44 bilhões\***

\*Só será aumentada se o governo cumprir a meta fiscal em 2027

## Benefício pode reduzir desigualdade salarial de gênero, dizem especialistas

Cristiane Gercina

**SÃO PAULO** A ampliação da licença-paternidade é o principal caminho para reduzir a desigualdade salarial entre homens e mulheres, dizem especialistas ouvidos pela Folha. Porém, o projeto aprovado pela Câmara, que aumenta para até 20 dias o tempo em que pais ficarão com os filhos após o nascimento, é só um começo.

O ideal, dizem, seria uma licença parental, em que pais e mães tenham direito ao mesmo período de afastamento do trabalho.

“Essa licença-paternidade ampliada é necessária, mas não suficiente para a transformação social que precisamos”, diz Rodolfo Canônico, cofundador da Coalização Licença Paternidade e diretor-executivo da ONG Family Talks.

Pelo texto aprovado na Câmara, a licença subirá de forma gradual a partir de 2027, chegando a 20 dias em 2029.

Paula Montagner, subsecretária de estatísticas e estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, explica que licença ampliada e adoção de licença parental são considerados pelo ministério como justificativa para empresas que informam intenção de reduzir a diferença salarial entre empregados e empregadas.

Mulheres ganham 21% menos do que homens nas 54 mil companhias com cem funcionários ou mais no Brasil, diz relatório do governo. O percentual é pouco maior do que a média da América Latina, 20%.

A advogada Bárbara Ferrari, especialista em direito trabalhista e sócia da Ferrari Rodrigues Advogados, diz que, do ponto de vista do trabalho, a licença maior diminui o número de faltas de homens no início da vida de um filho, entre outros benefícios.

“Vejo como forma de possibilitar um convívio maior entre pais e filhos nos primeiros dias de vida. Em muitos casos, há solicitação dos trabalhadores para comparecer em consultas de rotinas do bebê”, diz.

Danilo Schettini, especialista em direito do trabalho e sócio da Advocacia Schettini, lembra que a discussão e a votação do projeto ganhou impulso direto a partir de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2023.

Na ocasião, os ministros reconheceram que o Congresso está em falta há mais de 40 anos por não regulamentar a licença-paternidade. A corte deu prazo de 18 meses para que o legislativo aprovar lei ou o próprio STF fixaria as regras.

“Com o prazo expirado em meados de 2025, o Congresso agiu para cumprir a determinação e preencher esse vácuo legal”, afirma ele.

mercado

PAINEL S.A.

Stéfanie Rigamonti  
painelsa@grupofolha.com.br

Ele não

Arando de entendimento com a SES, provedora luxemburguesa de serviços por satélite, para levar internet a regiões remotas do país. O documento é um acordo que demonstra intenção de ambas as partes de firmar uma parceria fixa. O valor que será desembolsado pela estatal caso um contrato seja assinado no futuro não foi revelado. A companhia brasileira de telecomunicações diz que a SES poderá prover conectividade dez vezes superior à fornecida pelas antenas da Starlink, do bilionário Elon Musk, que hoje é líder no Brasil em internet via satélite.

**OX DA QUESTÃO** Para o Brasil, a parceria reforça os interesses do governo na independência digital. Enquanto o tráfego de dados da internet da Starlink acontece por meio dos teleportos próprios da companhia de Musk, o acordo com a SES prevê a utilização de toda a infraestrutura em terra da Telebras, que se conectará aos satélites da provedora de Luxemburgo. A estatal hoje possui cinco teleportos no país.

**CONEXÃO VERDE** A parceria também fortalece os discursos pela transição energética. Isso porque, como a tecnologia da SES, de média órbita, exige menos satélites para conexão do que a internet de baixa órbita da Starlink, há menos lançamentos no espaço e, consequentemente, menos geração de lixo espacial.

**NOME...** As bancadas do agronegócio e do biodiesel no Congresso Nacional se articulam para que o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) seja relator do projeto do devedor contumaz. Na semana passada, a Câmara aprovou a tramitação em regime de urgência do texto, que já passou pelo Senado. Presidente da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel, Moreira é um nome alinhado aos produtores desses setores, que pressionam o Congresso para aprovar o projeto.

**...SUJO** O texto tipifica o devedor contumaz como aquele cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos, e impõe penas àqueles que adotam a sonegação como prática de mercado. O setor de combustíveis quer aproveitar enquanto ainda está quente nos noticiários as operações policiais que expuseram esquemas de lavagem de dinheiro do crime organizado e de fraudes nos setores de combustíveis e financeiro para emplacar a matéria.

**TURISMO...** O governo de São Paulo firmou parceria com o Banco do Brasil para uma nova linha de crédito que incentiva o turismo rural e de base comunitária no estado. O objetivo é atender a agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A Setur-SP (Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo) vai disponibilizar R\$ 20 milhões para projetos de infraestrutura, hospedagem, gastronomia e experiências turísticas sustentáveis.

**...ORIGINÁRIO** Cada interessado terá direito a financiamento de até R\$ 250 mil, com taxas de juros que vão de 0,5% a 3% ao ano e prazos estendidos —de oito anos para cooperativas e de dez anos para os demais. A nova linha vai ampliar o acesso ao Credtur SP, programa de turismo do governo paulista.

**INDÚSTRIA LIMPA** Brasil e Reino Unido lançam nesta quinta (6) um programa voltado à descarbonização industrial, com aporte inicial de R\$ 8 milhões, financiados pelo governo britânico. O objetivo é conectar setores como aço, alumínio, papel e celulose, petroquímica e cimento no Brasil a tecnologias com potencial de reduzir emissões em larga escala.

**SELEÇÃO**  
Batizado de “Industrial Decarbonisation Incubator”, a parceria entre Brasil e Reino Unido vai escolher até 20 projetos capazes de superar barreiras tecnológicas e regulamentárias para escalar suas soluções no mercado brasileiro e internacional, com investimentos entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões



Estátua 'A Justiça' na frente da sede do STF, que propôs os projetos Gabriela Biló - 1º.fev.23/Folhapress

# Câmara aprova aumento de 25,97% para servidor federal do Judiciário; texto vai ao Senado

Projeto não inclui salários de juízes e ministros; adicional de qualificação com base em cursos e pós-graduação também passa

VIDA PÚBLICA

**BRASÍLIA** A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (4), dois projetos propostos pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para aumentar os salários dos servidores do Poder Judiciário da União. As medidas não alcançam os pagamentos para juízes e ministros. Uma das propostas reajusta em 25,97% os vencimentos dos cargos efetivos e comissionados. O aumento é dividido da seguinte forma: 8% a partir de julho de 2026, 8% a partir de julho de 2027 e 8% a partir de julho de 2028 —todos acima da inflação projetada para esses anos.

O projeto teve 299 votos favoráveis e 119 contrários, além de quatro abstenções. O texto foi encaminhado ao Senado, onde também precisa ser aprovado para entrar em vigor.

O segundo projeto, aprovado de forma simbólica, em que não há votação individual de cada deputado, estabelece um adicional de qualificação para os servidores que tenham mestrado, doutorado, cursos de graduação ou pós, entre outros. O texto também segue para o Senado.

Em relação ao reajuste, o PL e o partido Novo se posicionaram contra a medida, mas deputados favoráveis argumentaram que não se trata de aumento salarial, mas apenas uma reposição

em relação à inflação. Os servidores alegam que não tiveram reajuste entre 2019 e 2022. O último reajuste, escalonado, concedeu aumentos reais entre 2023 e 2025. O relator, deputado Rafael Prudente (MDB-DF), afirmou que a perda de poder aquisitivo do Poder Judiciário da União, desde 2019, chega a 24,21% até julho de 2025, com projeções de alcançar 31,36% até junho de 2026. O deputado afirma que as des-

**Governo rejeita pleito e propõe reajuste de 17,5% do auxílio-alimentação**

O governo rejeitou a contraproposta de servidores públicos para reajustar o auxílio-alimentação em 35%, o que elevaria o valor do benefício de R\$ 1.000 para R\$ 1.350, segundo ofício recebido nesta terça (4) por entidades sindicais.

No documento, o governo afirma que a proposta apresentada pelo MGI (Ministério da Gestão e da Inovação), de reajuste de 17,5%, está em conformidade com limites e metas fiscais e com valores provisionados no Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2026. Se o aumento for aprovado pelos servidores, o auxílio vai para R\$ 1.175, a ser pago a partir de dezembro.

pesas correrão por conta própria dos tribunais e obedecem ao limite do arcabouço fiscal. “Tais previsões tornam o projeto sustentável e compatível com a responsabilidade fiscal. [...] O Poder Judiciário da União tem possui capacidade orçamentária para implementar a proposta nos exercícios de 2026, 2027 e 2028”, diz o parecer.

Domingos Sávio (PL-MG) afirmou, durante a votação, que o PL preza pelo equilíbrio das contas públicas e não quer aumento de impostos e, por isso, seria contrário ao projeto. “Votar aumento salarial requer, no mínimo, uma discussão mais profunda”, declarou. Já a deputada Erika Kokay (PT-DF) afirmou que o reajuste nem sequer repõe a inflação. “Precisamos reparar uma injustiça que foi feita com os servidores do Poder Judiciário”, disse.

O governo Lula (PT) orientou voto favorável. “Não há aumento de despesas, esse orçamento está a cargo do Judiciário”, disse o líder Alencar Santa (PT-SP).

O adicional de qualificação, por sua vez, tem um valor de referência, que atualmente corresponde a R\$ 714,40. Servidores com título de doutorado passam a receber a mais cinco vezes o valor de referência (R\$ 3.572). Para aqueles com título de mestrado, o pagamento adicional é de 3,5 vezes o valor de referência (R\$ 2.500). Carolina Linhares

colunistas da semana

**DOM.** Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi  
**SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon  
**QUA.** Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srouf, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva  
**SEX.** Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado

# Se fosse diretor do BC, votaria pela queda dos juros, afirma Haddad

Ministro diz que permanência do patamar atual da taxa real é insustentável; Copom deve manter Selic em 15% hoje e optar por uma comunicação conservadora

SÃO PAULO E BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender a queda dos juros e afirmou que votaria pela redução da atual taxa de 15% se fosse integrante do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central.

“Não sou diretor do Banco Central. Se fosse, votava pela queda, porque não se sustenta 10% de juros reais”, disse ele nesta terça (4).

O Brasil tem a segunda maior taxa de juro real do mundo, com 9,51%, atrás da Turquia (12,34%), diz levantamento considerando 40 países feito por MoneYou e Lev Intelligence em setembro.

Nesta terça, o Copom iniciou sua reunião para definir a nova Selic. O anúncio será nesta quarta (5) e a previsão de analistas, segundo o boletim Focus divulgado pelo BC, é que a taxa siga em 15%.

Haddad afirmou que entende a preocupação do Copom com a inflação, mas que o momento atual permite a redução. “Eu tenho alergia de inflação. Sei o que a inflação provoca na vida das pessoas. Agora, tem uma questão de razoabilidade”, afirmou.

Para ele, a redução da Selic é inevitável. “Por mais pressão que os bancos façam sobre o Banco Central para não baixar juros, elas vão ter que cair, não tem como sustentar 10% de juro real”.

Na ata da última reunião, em setembro, o Copom destacou que o patamar de 15% deve seguir por um “período bastante prolongado” e que analisará se esta política foi suficiente para levar a inflação à meta de 3%.

Os economistas vêm reduzindo seguidamente a previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano. Na última segunda, a estimativa era de 4,55%, bem próxima do teto da meta, 4,5%, já que há tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O Copom destacou na ata de setembro que persiste maior incerteza no cenário externo e, por isso, deve manter a cautela.

O colegiado chamou a atenção para o início do ciclo de corte de juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) de 0,25 ponto percentual e para o ritmo de crescimento dos EUA. O Fed fez um segundo corte do mesmo nível, na semana passada, mas os dados da economia não vêm sendo divulgados devido à paralisação do governo norte-americano.

Por outro lado, o Copom reconheceu que persistem dúvidas sobre o impacto das tarifas impostas pelo governo de Donald Trump sobre a inflação dos EUA.

No ambiente doméstico, o colegiado do BC disse ver “moderação gradual” da atividade econômica, “certa diminuição” da inflação corrente e “alguma redução” nas expectativas dos agentes econômicos —tema de desconforto para todos os membros

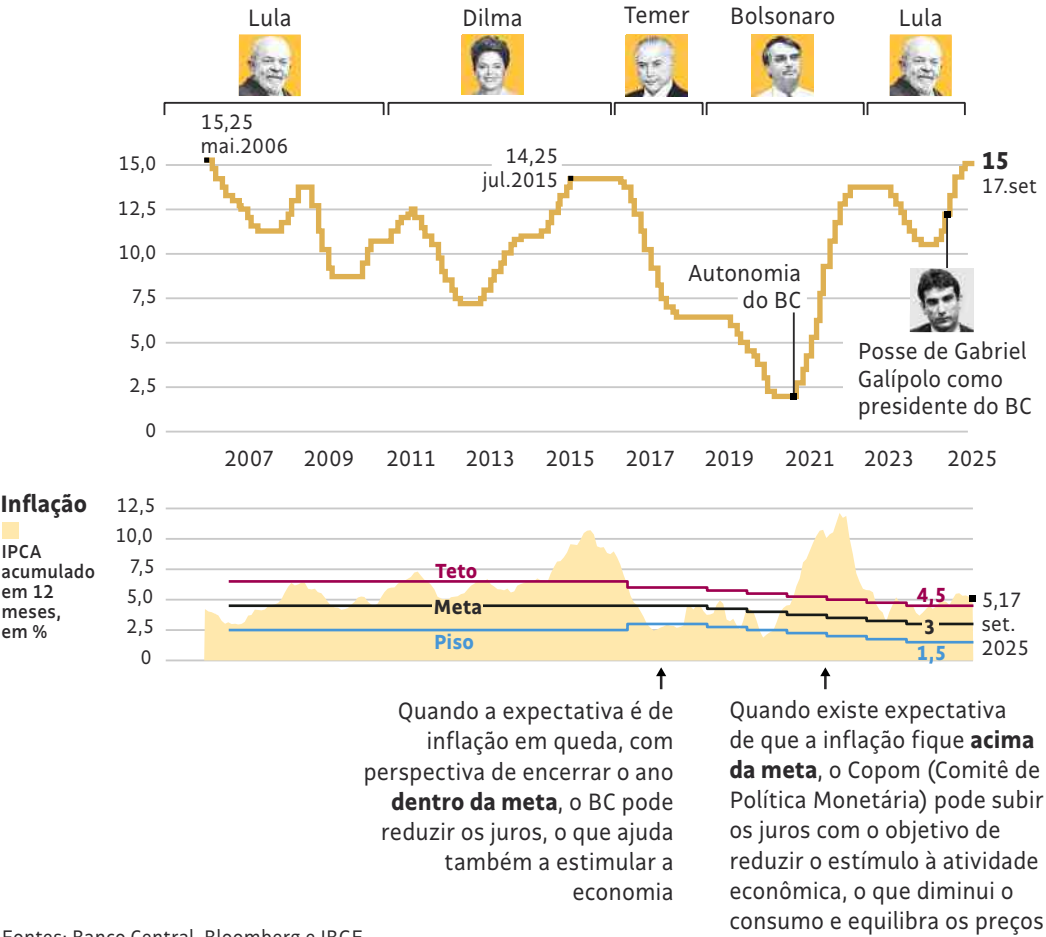


O ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Valter Campanato - 20.out.25/Agência Brasil

## Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

## 4,55%

é a previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para este ano, de acordo com o último boletim Focus; cifra é só 0,05 ponto percentual superior ao teto da meta de inflação para 2025

do colegiado.

Além de manter a taxa inalterada, o Copom deve optar por uma comunicação conservadora, apesar da recente melhora nas expectativas de inflação.

Entre 31 instituições consultadas pela Bloomberg, todas esperam a manutenção da taxa.

A tendência, na visão dos economistas, é que o colegiado evite dar pistas sobre quando pretende iniciar o ciclo de corte de juros. A aposta do mercado é que o afrouxamento venha só em 2026.

Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC e consultor da Pinotti & Schwartzman, espera que o Copom reconheça a evolução favorável do cenário econômico nas últimas semanas, mas adote um

tom mais sóbrio para evitar um clima “de oba-oba” no mercado.

“Acho que o Banco Central vai saudar a melhora das expectativas, ponto que era bastante incômodo para eles [diretores], mas não vai cantar vitória, porque as expectativas seguem muito descoladas da meta”, afirma.

Desde a reunião anterior, em setembro, as projeções para a inflação coletadas pelo boletim Focus recuaram de 4,3% para 4,2% para 2026 e de 3,93% para 3,8% para 2027 —janela de tempo na mira do Banco Central devido aos efeitos defasados da política de juros sobre a economia.

O objetivo perseguido pelo BC, de 3%, é considerado descumprido quando a inflação acumula-

da segue por seis meses seguidos fora do intervalo de tolerância, que de 1,5% (piso) a 4,5% (teto).

Schwartzman vê chances “bastante sólidas” de o colegiado começar o processo de redução dos juros no primeiro trimestre de 2026. Ele se diz mais propenso a apostar em cortes em janeiro, na primeira reunião do ano, do que em março.

Para Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, a manutenção da Selic em 15% ao ano reforçará a estratégia do Copom de demonstrar prudência e compromisso com o processo de desinflação.

Ela considera que, ao citar a necessidade de avaliar “se a manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta”, o Copom adota uma comunicação eficaz no controle das expectativas.

Mas a economista não descarta um ajuste marginal no texto desta quarta, com chance de supressão do advérbio “bastante” no trecho utilizado no encontro anterior. “Se deixar o ‘bastante prolongado’, a chance de corte em janeiro vai a zero”, afirma.

O cenário mais provável hoje para ela é que o ciclo de cortes comece na largada de 2026. Mas alguns fatores podem empurrar a flexibilização para março.

Entre os riscos para a inflação em 2026, ano eleitoral, Andréa cita a possibilidade de a atividade econômica se mostrar mais forte que o esperado. Há preocupação de que medidas de estímulo fiscal, como a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000 mensais, em tramitação no Congresso, impulsionem a demanda doméstica.

A chance de deterioração do câmbio, hoje mais comportado com o dólar global mais fraco, também preocupa. “O mercado pode colocar alguma coisa de risco implícito de ambiente externo aqui dentro. Prêmio de risco [rentabilidade adicional cobrada pelos investidores no Brasil] aumentar aqui por alguma ingerência do governo no momento eleitoral”, afirma.

O economista Gustavo Rostelato, Armor Capital, projeta que os juros comecem a cair a partir de março, mas não descarta que os cortes comecem em janeiro se houver melhora das expectativas de inflação. “A gente tem visto uma inflação corrente um pouco melhor do que o esperado. Se isso se concretizar até o final do ano, poderia fazer com que as expectativas cedessem mais rápido. Seria um cenário para trazer o corte de março para janeiro, por exemplo”, diz.

Para o economista, a revisão para baixo das expectativas para prazos mais longos, como 2027 e 2028, pode dar “algum conforto” para o Copom observar ligeira melhora em suas próprias projeções para a inflação, de 0,1 ponto percentual. No encontro anterior, a estimativa para o primeiro trimestre de 2027 era 3,4%. “Não é uma alteração muito substancial, mas é uma sinalização”, diz.

Fernando Narazaki e Gabriel Gama e Nathalia Garcia

Leia mais na coluna Vinicius Torres Freire, na pág. A20

mercado

# Haddad contra o Banco Central

Ministro da Fazenda agora prega corte de juros como qualquer político do governo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

No Banco Central, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) daria um talho da Selic, pois taxa real de juros de 10% ao ano “não se sustenta”, afirmou nesta terça (4). Não se sustenta, é verdade. Dá em aumento ainda mais descontrolado da dívida pública, crescimento menor da economia, aumento ou estagnação da desigualdade de renda etc. É óbvio.

Supõe-se então que o ministro acredite no seguinte: se a direção do BC diminuir a Selic nesta quarta (5), não haverá efeito colateral, prejuízo para a atividade econômica. Ou, então, tais efeitos seriam menores do que os custos de manter a Selic no nível em que está.

Mesmo que alguém pudesse acreditar nesse balanço positivo de perdas e ganhos, o problema nem é esse. Dados o nível de inflação, a inflação esperada para 2027 (3,8%, meta de 3%) e o descrédito dos credores no controle do tamanho da dívida e na moeda brasileira, BC não vai cortar a Selic. Nem mudar a meta de inflação, “na prática” — não agora.

Mas suponha-se que a direção do BC, submetida a lavagem cerebral, decidiu dar uma mãozinha eleitoral a Lula 3 e passasse a baixar a Selic. Ainda que não acontecesse mais nada depois de tal decisão, hipótese “tudo mais constante” desvairada, o corte da Selic pouco efeito teria no desempenho econômico e 2026. Não seria nem pragmático, assim como seria contraproducente elevar ainda mais o gasto.

Mas isso tudo é conversa doída. Na hipótese de lavagem cerebral bem-sucedida, essa dobradinha BC-governo teria como resultado alguma fuga do real, “alta do dólar”, e um aumento de taxas de juros para todos os demais prazos (a Selic é uma taxa de curtíssimo prazo).

Os donos do dinheiro grosso que não dessem o fora cobrariam mais para emprestar ao governo, ainda deficitário e que precisa tomar mais empréstimos a fim de pagar a conta de juros. É óbvio.

Então, supõe-se que o governo queira fazer “hedge” político-eleitoral (proteção contra a potencial “desvalorização” da carteira de votos governista). Se o desaquecimento da economia for maior do que ora se espera, se o salário médio parar de subir, se houver menos emprego novo, o bode expiatório seria o BC. Cola? Atribuir à política monetária um aumento de mal-estar (que aliás deve ser marginal) vai render voto extra de quem, da massa do povo?

Ainda que se tratasse de “hedge” político bem-sucedido, também essa operação teria custo. Se o governo acredita que a inflação está controlada e que a taxa de juros não tem influência na compensação do descrédito financeiro do governo, isso tem custo de reputação — a inflação está entre 4,5% e 5% ao ano, e o déficit externo é grande e crescente, sinais de economia inflacionada. Isso para começar.

Para continuar, a atitude do ministro reforça suspeitas, exageradas, de que o governo pisaria mais no acelerador do gasto a fim de dar um gás ao PIB no ano eleitoral. Tem gente pesada na praça do mercado que acha possível até o governo aparecer com um projeto de “tarifa zero” já no ano que vem. Pois é.

Lula 3 poderia ajudar a antecipar o corte da Selic (e das taxas do mercado) com um plano de contenção de gasto. Não vai acontecer. O governo dá até agora dribles no arcabouço. Terá mais déficits. Em anos de crescimento bom de PIB e receita, a dívida pública vai subir de 72% do PIB para uns 83% sob Lula 3.

O que quer o governo com essa conversa de juros do BC?

Na hipótese de lavagem cerebral bem-sucedida do BC e dobradinha com o governo, o corte imediato da Selic teria como resultado alguma ‘alta do dólar’ e um aumento de taxas de juros para todos os demais prazos

# Lula 3 pode ter menor inflação do regime de metas, mas governo vê desafio para 2026

Expectativa é que mandato tenha IPCA acumulado de 19%; disparidade entre números e percepção popular pode ser problema para campanha

Mariana Brasil

BRÁSILIA Ao término do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a inflação acumulada no período de quatro anos pode ser a menor vista no país desde 1999, quando foi implementado o regime de metas — sistema que orienta a política de juros do Banco Central para manter a estabilidade de preços.

Segundo cálculo do economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), feito a pedido da Folha, a inflação pode chegar ao final do governo Lula 3 acumulada em 19,11%. Se as projeções para este e para o próximo ano se concretizarem, será o menor índice observado em um mandato em mais de 25 anos.

Desde que o regime de metas para inflação entrou em vigor, o menor resultado ocorreu no segundo mandato de Lula. No acumulado de 2006 a 2010, o IPCA totalizou 22,21%.

Mesmo com a perspectiva de queda na inflação acumulada, o sentimento do brasileiro ainda é de peso no orçamento. De acordo com Braz, isso pode ser explicado porque esse indicador se difere de outros, podendo gerar diferenças entre os números realizados e a percepção pública com relação aos preços. Para o economista, é necessário avaliar quais itens subiram acima da média durante o governo.

Pesquisa Datafolha de abril deste ano mostrou que, para 54% dos brasileiros, o governo Lula seria o principal responsável pelo aumento dos preços dos alimentos nos meses anteriores.

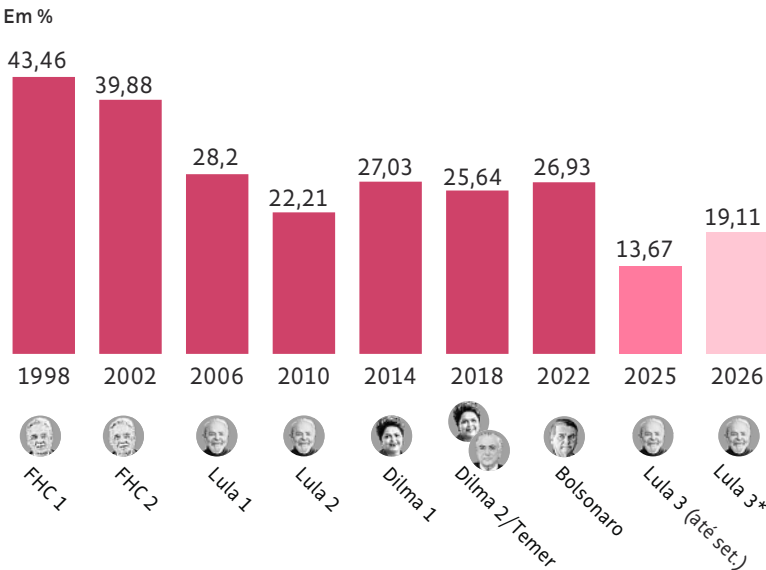
Para integrantes da equipe de comunicação do governo, ouvidos pela Folha sob reserva, essa disparidade entre os números realizados e a percepção popular ainda pode demonstrar um desafio a ser enfrentado para a campanha eleitoral de 2026.

Mas, na avaliação desses interlocutores, isso deve ser atenuado com pautas voltadas à renda, emplacadas pela gestão petista ao longo dos quatro anos — como o Auxílio Gás e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 por mês (ainda em tramitação no Congresso).

Eles apontam, ainda, que os efeitos de indicativos como a queda da inflação demoram mais a serem sentidos na ponta. Isso porque a queda dos preços não significa que os itens estejam tão baratos quanto a população gostaria.

Na mais recente campanha eleitoral, Lula teve como mote a promessa de que as famílias poderiam voltar a comer picanha

## Histórico da inflação acumulada no Brasil nos últimos 30 anos



\*Projeção com base no boletim Focus de 27.out  
Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e cálculo do economista André Braz

e tomar uma “cervejinha” nos fins de semana. Em 2023, os preços das carnes registraram queda de janeiro a agosto, mas voltaram a subir a partir de setembro. A promessa pela queda dos preços é pauta cara ao governo desde a campanha de 2022.

Em dezembro de 2024, a inflação da picanha estava em 8,74%, acima do IPCA cheio, que havia fechado o ano em 4,83%. Já o cenário em 2022 ia na direção oposta. Enquanto o índice oficial fechou o ano em 5,79%, a inflação da picanha estava em 0,49%.

“Os salários dos trabalhadores são corrigidos pela inflação, então, se a picanha sobe igual ao IPCA, por exemplo, isso não é um problema, porque o seu salário vai acompanhar”, afirma Braz.

## Dólar tem forte alta com exterior e Copom no radar; Bolsa renova recorde

O dólar fechou esta terça-feira (4) em forte alta, de 0,77%, cotado a R\$ 5,399, com os investidores buscando proteção na divisa americana diante das preocupações com o cenário econômico global.

No exterior, a redução das apostas em futuros cortes de juros pelo Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos) e declarações de executivos de Wall Street alertando para preços elevados no mercado de ações americano embalarão o pregão.

No Brasil, analistas acompanharam o primeiro dia da reunião do Copom, que definirá nesta quarta (5) a taxa básica de juros. A maior aversão ao risco do pregão não freou o desempenho da Bolsa brasileira, que fechou com alta de 0,16%, a 150.704 pontos.

“O que acontece é que às vezes a carne sobe 20%, e o seu salário, 4%. Então, um item de primeira necessidade subir 20% significa que você vai comer menos carne, você vai substituir carne por ovo, vai comer menos vezes na semana, vai comprar uma quantidade de quilo menor. Então você vai perder qualidade de vida.”

A perspectiva de que a gestão petista crave em 2026, ano eleitoral, um novo recorde de menor inflação acumulada tem sido motivo de celebração no governo petista. Um dos membros do primeiro escalão que tem incorporado esse discurso é o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“O senhor [Lula] vai terminar o terceiro mandato com a menor inflação acumulada da história do Brasil. O mais importante é que o senhor está batendo esse próprio recorde. Porque o senhor já tinha batido esse recorde no segundo mandato”, disse Haddad no lançamento do Reforma Casa Brasil.

O sistema de metas para inflação foi adotado em 1999. Naquela época, o alvo foi inicialmente fixado em 8% ao ano. Com o passar do tempo, o objetivo a ser perseguido pelo BC foi sendo reduzido gradualmente.

Desde o início do ano, está em vigor o regime de avaliação contínua. O alvo central é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

A estrategista de inflação da Warren Investimentos Andréa Angelo afirma que a alta de preços é o aspecto de maior impacto para a população. “É você chegar ao mercado com R\$ 100 e não conseguir comprar o que a sua cesta de consumo precisa”, diz.

# BC desidrata Drex, adia moeda digital e testará serviço para facilitar garantias de crédito

Função de pagamento não é mais ponto central da iniciativa hoje, diz coordenador; obstáculos de tecnologia travam desenvolvimento

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O BC (Banco Central) resolveu adiar a criação de sua moeda digital e reduzir as funcionalidades em desenvolvimento da iniciativa Drex, que tinha a ambição de democratizar o acesso a serviços financeiros operando ativos tokenizados e contratos inteligentes. Obstáculos tecnológicos e impasses relacionados à privacidade foram decisivos para a mudança de rota para 2026. De acordo com o coordenador do projeto, Fabio Araujo, a função de pagamento deixa de ser prioridade do Drex, que passará a focar em um serviço para facilitar o uso de garantias.

“A expressão moeda digital, de fato, não captura toda a extensão da iniciativa Drex, uma vez que remete a pagamentos, o que não é seu ponto central”, admite Araujo à *Folha*.

Dois anos atrás, no lançamento da iniciativa, a expectativa era que clientes pudessem fazer as primeiras operações com o real digital entre o fim de 2024 e o início de 2025 —o que não se concretizou. O avanço do sistema esbarrou em questões envolvendo privacidade, segurança e entraves na capacidade de atendimento em larga escala sem comprometer as operações.

Segundo Araujo, o Banco Central tentou nos testes —sem sucesso— preservar a privacidade dos usuários e, ao mesmo tempo, garantir a operação integrada dos diversos serviços disponíveis na plataforma (o que é chamado de componibilidade).

“As soluções testadas até o momento, apesar de promissoras, ainda não apresentam nível de maturidade compatível com o que é requerido pelos serviços operados no sistema financeiro nacional”, afirma ele.

Na segunda fase do piloto Drex, que terminou em julho, o Banco Central procurou trabalhar em casos de uso com potencial impacto sobre a vida cotidiana das pessoas, abrangendo temas como operações com imóveis, negociações de veículos e transações com ativos do agronegócio.

Foi testada a implementação de contratos inteligentes —documentos digitais programados por meio de tecnologia para serem executados automaticamente conforme as condições estabelecidas—, enquanto na primeira etapa deu-se maior ênfase à tecnologia em si.

Outros pontos de dificuldade citados por Araujo envolvem segurança e escalabilidade —capacidade de a infraestrutura crescer de forma eficiente sem comprometer a qualidade— das soluções



Fabio Araujo, coordenador do projeto do Drex Pedro Ladeira - 22.jun.23/Folhapress

testadas, que ainda necessitam de aperfeiçoamento.

“As questões tecnológicas constituem o principal obstáculo para o avanço da Iniciativa Drex. Associada a essas questões, há ainda a dificuldade em relação à atual escassez de recursos humanos nos quadros do BC”, acrescenta.

Os consórcios que participam do desenvolvimento do sistema foram informados nesta terça-feira (4) de que parte da infraestrutura DLT (tecnologia de registro distribuído) usada nos testes será desligada na próxima segunda-feira (10).

A próxima fase do piloto do Drex vai trazer como tema central os gravames, registros que sinalizam quando um ativo está atrelado a um financiamento na forma de garantia.

Gravame é um termo bastante usado no setor automotivo, com o objetivo de informar que um veículo está relacionado a um contrato. Na prática, um carro financiado não pode ser transferido para terceiros sem o conhecimento ou a autorização da instituição financeira.

O objetivo dessa nova etapa de trabalho é desenvolver um serviço de reconciliação de informações de gravames. Isso significa dar visibilidade a esse regis-

tro em diferentes ambientes de negociação (entidade registradora ou central depositária, por exemplo).

Hoje, como a visibilidade é reduzida, não é possível fatiar os direitos sobre um mesmo bem para servirem de garantia em diferentes operações.

Com a mudança em estudo, a partir do momento em que se tem segurança de que esse bem não está sendo totalmente utilizado como garantia em outras operações de crédito, a parte disponível dele (sem gravame) pode ser empregada em novos financiamentos.

Por exemplo, parte de uma carteira de títulos públicos pode ser apresentada a um banco para facilitar uma operação de capital de giro, já outra parcela dela pode ser dada como garantia em um financiamento para compra de equipamentos.

“Atualmente, cada ambiente de negociação registra os gravames dos ativos sob sua custódia e interoperam de maneira não sistemática com outros ambientes”, afirma Araujo. Segundo ele, com o novo serviço, “os gravames registrados em um ambiente de negociação seriam disponibilizados em qualquer outro ambiente”.

Questionado sobre o principal ganho com a entrada do Drex nesse tipo de serviço, o coordenador ressalta que ativos de diferentes classes —bancários, valores mobiliários ou virtuais— poderão ser facilmente utilizados como garantia em operações de crédito.

Ainda não há uma definição da tecnologia que será empregada nessa etapa do piloto do Drex, prevista para ter início no primeiro semestre de 2026. Devido à elevada incerteza que envolve o desenvolvimento do projeto, o Banco Central evita estimar um prazo para disponibilizar esse novo serviço.

## Quão importante é a Selic?

Taxa afeta mais pessoa jurídica e tem efeito limitado em outras modalidades de crédito

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

O Copom decide nesta quarta (5) a taxa Selic que vigorará até a próxima reunião, em dezembro. Quão importante é essa taxa básica de juros?

Costumamos falar que a taxa básica de juros afeta o custo de crédito em toda a economia. Afinal, se o Banco Central eleva os juros que paga, bancos e empresas também precisam aumentar o que oferecem, ou ninguém aceitaria emprestar a eles. Há, porém, algumas coisas que a gente se esquece de dizer.

Laura Elias e eu, em artigo publicado no ano passado, mostramos que mudanças na taxa Selic de fato afetam as taxas de juros em várias modalidades de crédito, mas não parecem ter efeito significativo em muitas outras. É surpreendente esse resultado? Pensando bem, não muito.

A taxa do cheque especial é limitada por lei a 8% ao mês, que equivale a 150% ao ano. No crédito pessoal, os juros são próximos desses 150%. Taxas de juros no cartão de crédito nos maiores bancos privados estão próximas a 400% anuais.

O que importa para essas taxas se a Selic vai de 14,75% para 15%?

**Precisamos pensar além do bem e do mal e lembrar que os atalhos que criamos para possibilitar juros baixos e estáveis em algumas modalidades de crédito tornam mais altos e instáveis os juros para outros**

A taxa da caderneta de poupança depende da TR (Taxa Referencial), que acompanha a Selic bem de longe. A TR estava parada em zero, enquanto a Selic subia de 2% a 9%, e hoje está em 1,8%, ao mesmo tempo que a Selic continuou aumentando até os 15% atuais.

A maior parte do dinheiro captado na caderneta de poupança precisa ser destinada ao crédito habitacional. Assim, variações na taxa básica do BC acabam não tendo efeito tão forte nas taxas de hipotecas. Além disso, os juros do programa Minha Casa, Minha Vida não têm relação com a Selic.

Em países com Estados Unidos e Reino Unido, decisões de política monetária afetam em cheio o custo do crédito habitacional. Aqui, esse efeito é bem menor.

As taxas do crédito rural são definidas pelo CMN, não pelo BC. Elas variam de acordo com a modalidade do empréstimo e, importante, não flutuam com a Selic.

Por fim, o BNDES é responsável por parte substancial do crédito à indústria. Até 2017, a taxa básica do BNDES não tinha relação com a taxa de juros dos títulos públicos. Isso, felizmente, mudou em 2018. Porém, o problema não se resolve por completo se o governo aumenta os subsídios dos empréstimos quando a Selic está mais alta.

A conclusão é que, no Brasil, a taxa de juros do Banco Central tem efeito significativo nas taxas de juros do crédito de mercado a pessoas jurídicas, mas efeito limitado nas outras diversas modalidades de empréstimo.

Em países onde a taxa do BC afeta quase todas as modalidades de empréstimos, um pequeno aumento nos juros tem um efeito substancial na economia. Aqui, precisamos de aumentos bem maiores nos juros para um efeito significativo no crédito total.

Eu entendo a indignação com os juros a 15%. Fico chateado. Sonho com a Selic em 6% com inflação baixa e estável. Porém, o debate maniqueísta em torno de todas as reuniões do Copom não tem ajudado.

Dizem que sonhos não envelhecem, mas, para fazer o sonho dos juros baixos acontecer, precisamos pensar além do bem e do mal e lembrar que os atalhos que criamos para possibilitar juros baixos e estáveis em algumas modalidades de crédito tornam mais altos e instáveis os juros para outros, quando a taxa de juros é o instrumento do BC para conter a demanda e a inflação.

mercado



O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD) *Rafa Neddermeyer - 22.mai.24/Agência Brasil*

# Cashback de imposto vai a R\$ 1 bi no RS e deve avançar no país a partir de 2027

Isenção fiscal personalizada por CPF já atendeu 1 milhão de famílias; iniciativa serviu de referência para reforma tributária

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Há quatro anos, o Rio Grande do Sul implantou um programa de devolução de impostos para pessoas de baixa renda, algo inédito no Brasil, que alcançou no mês passado a marca de R\$ 1 bilhão devolvidos para as famílias gaúchas nesse período. A iniciativa serviu de referência para o mecanismo de “cashback” previsto na reforma tributária e ajudou a reduzir distorções que oneram os mais pobres, segundo o governador Eduardo Leite (PSD). A devolução parte da ideia de que as desonerações por tipo de produto nem sempre chegam ao consumidor e beneficiam mais quem tem maior renda em termos absolutos. “A lógica é muito clara. Em vez de você desonerar o item, você beneficia as pessoas que realmente precisam”, diz o governador em entrevista à Folha.

O Devolve ICMS prevê pagamento fixo de R\$ 100 por trimestre às famílias gaúchas que estão no Cadastro Único, referência para programas sociais, como o Bolsa Família. Os beneficiados que pedem notas fiscais recebem ainda um complemento que varia de acordo com seus gastos no período e pode chegar a mais R\$ 54. Mulheres são responsáveis por mais de 80% desses lares.

Os repasses são feitos por meio de um cartão de compras. A maior parte dos valores (80%) é usada na aquisição de alimentos, diz Leite. Ele explica que o ICMS é um

“O imposto pago sobre uma garrafa d’água ou outro item tem muito mais peso na renda de uma pessoa com um salário mínimo do que na de alguém que ganha dez. Para corrigir essa característica de regressividade entendemos que era possível criar uma ferramenta de cashback, dando um cartão de compras na mão das famílias do Cadastro Único

Eduardo Leite  
governador do RS

imposto regressivo, ou seja, onera mais quem tem menor renda. “O imposto pago sobre uma garrafa d’água ou outro item tem muito mais peso na renda de uma pessoa com um salário mínimo do que na de alguém que ganha dez. Para corrigir essa característica de regressividade entendemos que era possível criar uma ferramenta de cashback, dando um cartão de compras na mão das famílias do Cadastro Único no estado”, diz. O programa já alcançou mais de 1 milhão de famílias gaúchas. Segundo o governo, beneficia sobretudo aquelas com renda de até um salário mínimo, que representam 95% dos contemplados. O governador afirma que, por se tratar de ação inovadora no país, havia um questionamento sobre se o estado seria capaz de fazer com que o benefício chegasse às famílias mais pobres. Para ele, os números do programa mostram que essa é uma política

ca bem-sucedida e que será mantida até a extinção do ICMS, prevista na reforma tributária, quando haverá um programa nacional de devolução dos novos tributos. A primeira lei que regulamenta a reforma tributária tem um capítulo dedicado à “devolução personalizada” dos tributos que começam a ser cobrados em 2027, também registrada no texto legal como “cashback”. Ainda não está definido como será feito esse pagamento, mas a legislação já diz que serão beneficiadas as famílias do CadÚnico (hoje 95 milhões de pessoas, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo). Haverá devolução de 100% da CBS (contribuição federal) e pelo menos 20% do IBS (imposto de estados e municípios) para gás de botijão e canalizado, energia elétrica, serviços de saneamento e de telecomunicações. Para os demais bens e serviços, serão devolvidos pelo menos 20% dos dois tributos — cada governo pode fixar percentuais superiores a esses. A devolução da CBS começa em janeiro de 2027. Para o IBS, em janeiro de 2029. A devolução pode ser feita em tempo real, com o contribuinte se identificando com o número do CPF ou utilizando um cartão de benefício social. Pode ser pago antecipadamente, como um complemento no Bolsa Família, por exemplo. Outra possibilidade é devolver posteriormente, como uma espécie de Nota Fiscal Paulista (SP) ou Nota Legal (DF). O RS combina os dois últimos mecanismos: pagamento antecipado fixo e complemento com base na Nota Fiscal Gaúcha. Nas Américas, destacam-se experiências em Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia e Equador. Há também programas em algumas províncias do Canadá (que se somam à devolução na esfera federal). Fora da região, outro programa de referência é o japonês. A ideia foi apresentada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) há mais de dez anos. Ela parte da conclusão de que o sistema adotado por vários países ao longo do século passado — de dar benefícios tributários para determinados produtos — beneficiou principalmente a parcela mais rica da população, e não os mais pobres. Por isso, muitas economias optam agora por mecanismos de tributação personalizada: o imposto depende de quem consome e não do produto.

## Financeiras terão de suspender cobrança de seguro no consignado

Júlia Galvão

SÃO PAULO O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) firmou um termo de compromisso para que o Banco Inter, a Facta Financeira e a Cobucio Sociedade de Crédito Direto suspendam a cobrança do seguro prestamista nas operações de crédito consignado oferecidas a aposentados e pensionistas. O seguro prestamista (também conhecido como “proteção financeira” ou “seguro de vida prestamista”) é uma modalidade de seguro de vida atrelada ao crédito, que garante o pagamento da dívida em caso de morte, invalidez, desemprego ou outras situações previstas na apólice. As financeiras ficam proibidas de ofertar ou incluir esse seguro na contratação ou no refinanciamento de consignados quando o pagamento for feito por meio de desconto no benefício previdenciário. As instituições também se comprometem a devolver valores cobrados indevidamente a título de seguro prestamista, caso seja comprovada a irregularidade após processo administrativo, com garantia de ampla defesa e contraditório. Em 15 de outubro, o INSS suspendeu novas operações de consignado com essas instituições, que estavam sob investigação de órgãos do governo federal, incluindo a CGU (Controladoria-Geral da União). O instituto diz que irá restabelecer a possibilidade de as instituições oferecerem novos consignados até o fim dos processos administrativos. O Inter confirma que assinou termo de compromisso com o INSS, para restabelecer a oferta do consignado, sem detalhar como era feita a cobrança do seguro e os valores. A Facta confirmou que assinou o acordo e diz que a oferta de consignado voltará assim que for publicado no Diário Oficial da União e que sempre atuou de acordo com as regras do setor. A Cobuccio não respondeu até a publicação deste texto.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**  
**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 288/2025 - PROCESSO Nº 568/2025**  
OBJETO: Locação de imóvel residencial para moradia do Instrutor do Tiro de Guerra 02-088, por período de 12 (doze) meses, da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP. DATA DA SESSÃO: 25/11/2025. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico [www.votuporanga.sp.gov.br](http://www.votuporanga.sp.gov.br). LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração - 04/11/2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo  
**Abertura do Pregão Eletrônico nº 48/2025** - Contratação de empresa especializada para aquisição de tubulações, para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do município de São José do Rio Pardo, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **Abertura da sessão dia 18/11/2025 às 09h00min.** O edital estará disponível nos endereços eletrônicos: <http://saajosedoriopardosp.gov.br/>, <https://www.bll.org.br> e no PNCP. **Início do envio da proposta eletrônica: 06/11/2025.**

**SAAE PALMITAL – SP**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Concorrência Eletrônica nº 002/2025 - Proc. nº 022/2025** - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e recuperação da lagoa anaeróbia 2 da ETE Palmital, conforme convênio firmado junto ao Fehidro. Abertura: 19/11/2025 às 08h10min. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis nos endereços da internet: [www.saaepalmital.sp.gov.br](http://www.saaepalmital.sp.gov.br), [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e no PNCP. Ptal, 04/11/2025. Fábio Calório Pereira - Diretor.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS**  
**RESUMO DE EDITAL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8445/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025**  
**OBJETO:** Contratação de empresa para instalação e fornecimento de coberturas externas.  
**DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 12/11/2025 às 9h00.  
**DATA/HORA PARA A VISITA TÉCNICA FACULTATIVA:** a partir do dia 25/10/2025 até o dia 11/11/2025, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18749/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2025**  
**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de cestas de produtos natalinos e kit congelado.  
**DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 18/11/2025 às 9h00.  
Os editais poderão ser consultados gratuitamente no portal eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no site [www.valinhos.sp.gov.br](http://www.valinhos.sp.gov.br). Informações: (19) 3871-1213.  
**RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**  
Secretário de Licitações

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS**  
Aviso de Licitação - **RETIFICADO** - Processo nº 64/2025. **Pregão Eletrônico nº 15/2025.** Encontra-se aberto o processo de licitação epígrafado, sob o sistema de registro de preços, visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS A DIFERENTES SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DIRCE REIS/SP. A data inicial para apresentação das propostas será das 00h00min do dia 05 de novembro de 2025 e a final às 7h30min do dia 19 de novembro de 2025, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 19 de novembro de 2025, a partir das 8h00min, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis/SP, 04 de novembro de 2025. Marcelo José Bernardo – Prefeito Municipal.

# BID emite US\$ 100 milhões em bônus amazônicos, títulos para investimentos na região

Emissão marca estreia de programa que somará US\$ 1 bilhão; recursos serão usados em áreas como urbanização, saneamento e infraestrutura



Ilan Goldfajn, presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) Amanda Perobelli - 3.nov.25/Reuters

Carolina Mandl

SÃO PAULO O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) fechou nesta terça-feira (4) a captação de US\$ 100 milhões (R\$ 540 milhões) por meio dos chamados bônus amazônicos, títulos usados para levantar recursos voltados para investimentos na Amazônia.

Esses papéis foram idealizados pelo BID há cerca de dois anos, com o objetivo de criar regras comuns para diferentes emissores interessados em captar recursos que financiem projetos com impacto ambiental, social e econômico positivo na região amazônica.

Os papéis podem ser captados por bancos multilaterais, privados, empresas e pelos oito países que compartilham o território amazônico, desde que as emissões sigam os mesmos parâmetros de emissão e destinação dos recursos. Essas regras foram construídas em parceria com o Banco Mundial.

O Tesouro Nacional do Brasil disse tem estudos em andamento para avaliar a emissão de bônus amazônicos.

“A dificuldade desse tipo de bônus é garantir que os recursos captados sejam de fato usados na Amazônia e sejam bem usados”, disse Ilan Goldfajn, presidente do BID. A ideia é que os investidores dos bônus amazônicos acompanhem a adequação dos investimentos às regras.

Os títulos de cinco anos emitidos nesta terça-feira pagarão um cupom anual de 3,802% ao ano. A emissão foi coordenada pelo banco de investimento Crédit Agricole CIB.

O BID vai aplicar o dinheiro levantado em projetos de áreas como urbanização, saneamento, infraestrutura, saúde, educação e bioeconomia, entre outras, segundo Goldfajn.

Essa emissão marca a estreia de um programa que somará no total US\$ 1 bilhão, de acordo com o BID, e faz parte dos anúncios que a entidade fará nos próximos dias durante a COP30, conferência da ONU sobre mudanças climáticas, que será realizada de 10 a 21 deste mês em Belém, no Pará.

Ao todo, o BID anunciará US\$ 6 bilhões em investimentos durante o evento, marcando o maior volume de recursos de uma COP, de acordo com Goldfajn. Metade disso será via um programa de proteção contra a volatilidade cambial para investimentos sustentáveis.

## 6 crianças sofrem violência sexual a cada hora no Brasil

Falar sobre isso é o primeiro passo para mudar essa realidade. A informação é o começo da prevenção.



**Acesse o Guia Saber Liberta de Educação para Prevenção**

Escaneie o QR Code ao lado ou acesse [www.liberta.org.br/guia](http://www.liberta.org.br/guia) e saiba como agir para proteger crianças e adolescentes.





LIBERTA

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

www.liberta.org.br | @institutoliberta

# Ana Toni COP não é bala de prata, e consumidores têm alternativas sustentáveis contra crise climática

CEO da COP30, que acontece neste mês em Belém, diz que o público pode e deve fazer escolhas ambientalmente mais conscientes e que o combate ao aquecimento global vai requerer um casamento com a economia

★★★  
**C-LEVEL**  
**ENTREVISTA**  
**COP30**

Adriana Fernandes,  
Fábio Pupo e João Gabriel

**BRASÍLIA** A busca por soluções para a crise climática deixou de ser responsabilidade só de chefes de Estado e tem chegado às pessoas comuns. Conforme novos produtos sustentáveis ficam disponíveis, os consumidores podem e devem fazer escolhas ambientalmente mais conscientes.

A visão é de Ana Toni, CEO da COP30 (conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas), que começa na segunda (10), em Belém (PA). Para ela, o evento precisa alcançar um conjunto de objetivos para ser considerado bem-sucedido —mas, sozinho, não vai causar a mudança de que o planeta precisa.

“Parece que a cada COP é uma bala de prata que vai resolver o problema da mudança do clima. Não é”, diz, em entrevista ao C-Level, videocast semanal da Folha.

“O problema se resolve com decisões tomadas todos os dias por diferentes pessoas. Por congressistas e chefes de Estado, mas também por nós, consumidores, por eleitores e como eles votam.”

\*

**O anúncio da realização da COP30 em Belém foi em maio de 2023. De lá para cá, qual foi o maior entrave?** O maior desafio está na geopolítica, que independe de todos nós. Quando o presidente Lula convidou o planeta para vir para a COP30, na Amazônia, a geopolítica era muito diferente do que é hoje. Hoje a gente tem guerras comerciais, tributárias, tarifárias, militares. O mundo está muito tensionado. A COP não está isolada da geopolítica.

**O Brasil não deveria apresentar um mapa do caminho para fazer a transição para longe dos combustíveis fósseis e servir de exemplo para outros países?** Não só o Brasil mas todos os países precisam ter planos. Se a gente não fizer um plano para diminuir, seja desmatamento, sejam emissões na área de energia, de agricultura ou de qualquer setor, a gente não vai chegar lá.

**O Brasil avançou na prevenção do desmatamento, mas o governo parece atrasado no tema da energia e do uso de combustíveis fósseis.** Eu diria que não é o

governo, é a sociedade brasileira. Olha como a gente se movimentou como sociedade brasileira para falar de desmatamento, há décadas, e [esse debate] está cada vez mais ficando maduro, isso é excelente. Da mesma forma a gente tem que falar sobre energia.

**Então na COP30 a gente vai ter um mapa do caminho para como se afastar dos fósseis?** A gente vai amadurecer esse debate, para que a sociedade brasileira e, globalmente, as pessoas percebam a necessidade desse mapa. [Se] vai sair ou não, aí, obviamente, não depende só do Brasil, depende de todos os governos.

**Como chegar ao valor de US\$ 1,3 trilhão para os países em desenvolvimento?** Esse US\$ 1,3 trilhão existe no mundo. É uma escolha política mobilizá-lo ou não.

Quando tivemos a Covid, conseguimos mobilizar os recursos para enfrentar a crise. Agora temos uma crise climática.

**Após as enchentes do Rio Grande do Sul houve uma discussão muito grande sobre medidas de adaptação, mas parece que, conforme o tempo passa, o tema esfria e cai no esquecimento...** Há três, quatro anos, quem falava de painel solar? Quem podia comprar painéis solares? Como a gente falava sobre energia eólica? Quem falava de carros híbridos? De agricultura regenerativa? Desmatamento zero? Isso mudou muito num tempo muito pequeno e é por causa da Convenção de Clima e do Acordo de Paris [que compõe a COP]. A gente não está traduzindo como é que essas convenções estão afetando, sim, o dia a dia das pessoas.

“  
As forças políticas ainda são as forças do modelo econômico e de energia do passado. O modelo econômico [atual] foi pensado numa economia linear, baseada em combustível fóssil, como se o planeta não fosse reclamar de jeito nenhum

**Por que essa dificuldade de tradução?** Uma das dificuldades é que a gente está falando de um novo modelo de desenvolvimento, de setores que antes não tinham uma expressão na sociedade, não tinham seus lobbies, suas propagandas. Há todo um novo vocabulário, a gente está no meio dessa transição.

Agora a gente começa a ver na área de energia, até mais do que na bioeconomia ou na alimentação, esses produtos. Quando vira produto, a gente consegue ver. Então a gente consegue hoje em dia falar de painel solar ou eólica porque a gente sabe que virou um produto. Ou carro elétrico, olha quantos carros elétricos a gente vê na rua.

**O financiamento climático foi a trava das últimas COPs. Quais são as alternativas?** Um dos grandes debates que o Ministério da Fazenda tem feito é como bancos multilaterais podem alavancar mais recursos, por exemplo, privados, para o mesmo tanto de recursos públicos que é colocado. Em média, a alavancagem desses bancos para recursos concessionais é pequena, e há um debate, que a gente tem feito com os bancos, sobre como aumentar.

Outros instrumentos estão sendo colocados, [como] troca de dívida por financiamento climático. Alguns países muito endividados que agora não pagam os juros das dívidas e investem nos seus próprios países, seja em adaptação, seja em mitigação.

**O investimento em energias renováveis cresceu, mas o dos fósseis não diminuiu. Como inverter essa curva?** A gente está com o pé no acelerador nos renováveis, que é maravilhoso, fundamental, mas o pé no acelerador de combustíveis fósseis segue lá, porque a demanda de energia está crescendo. Ao tirar os subsídios de alguns fósseis, você começa a dar essa diferenciação. A energia solar, por exemplo, está se tornando muito mais barata do que algumas de combustível fóssil.

**O Congresso acaba de aprovar uma MP que prevê a contratação de usinas a carvão até 2040. Como mudar essa realidade?** Essas contradições não estão só no Brasil, estão no mundo. As forças políticas ainda são as forças do modelo econômico e de energia do passado. O modelo econômico [atual] foi pensado numa economia linear, baseada em combustível fóssil, como se o planeta não fosse reclamar de jeito nenhum, que a gente podia derrubar a floresta, fazer agricultura de expansão.

Qual é a força hoje em dia, no Congresso, das energias renováveis? É tão forte quanto dos combustíveis fósseis?

**Será que as novas empresas de bioeconomia, de biometano, de reflorestamento, têm as mesmas forças políticas que o outro modelo econômico?** Não tenho dúvida de que [a transição] é um processo irreversível. Só que a gente não tem tempo. Estamos numa crise climática.

*Continua na pág. A25*



Reprodução

**Ana Toni, 61**  
**São Paulo** Doutora em ciência política pela Uerj, foi diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade, de onde saiu para assumir a secretaria nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente; já presidiu o Greenpeace Internacional

















## DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2025 - **Nº Processo:** 024.00146447/2025-11 - **Objeto:** Aquisição de medicamento(s) sem marca específica, não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados:** 11 itens **Valor total da licitação:** sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 06/11/2025. **Horário:** das 08h00 às 18hs. **Endereço:** Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). **Entrega das Propostas:** a partir de 06/11/2025 às 08h00 no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). **Abertura das Propostas:** 18/11/2025 às 09hs no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). **Fonte:** DOESP e PNCP **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**GIOVANNI LUIZA TISSIANI MARTINS, Leiloeira Oficial, CJCEP nº 1162,** devidamente autorizada pelo proprietário/credor para a realização do leilão público, inscrita no CNPJ/MF nº 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Simão, nº 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.672-074, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei nº 9.514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituiu a alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelos fiduciantes: **CARLOS ALEXANDRE FELIX DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob nº 410.972.478-30, e **ANA PAULA DE GÓES**, inscrita no CPF/MF sob nº 448.848.798-05, promoverá o 2º (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: **Primeiro Leilão: Dia 19 de novembro de 2025, às 9:30 horas; e Segundo Leilão: Dia 26 de novembro de 2025, às 9:30 horas. Local:** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Simão, nº 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.672-074, e ficam os fiduciantes, intimados das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel:** **Um lote de terreno, sob nº 37 (trinta e sete), da Quadra D, do loteamento denominado "JARDIM TERRAZUL CG",** situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,00 metros de frente para a Rua 12; do lado direito de quem da rua alha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 38; do lado esquerdo, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 36; e nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o lote 42; encerrando assim uma área total de **140,00 metros quadrados. Matrícula sob nº 33.431.32.2001.00000 (área maior). Condições e Valor de Venda:** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para o mesmo seja levado a leilão leve em conta a avaliação do lote em questão é de **R\$ 165.056,80** (cento e sessenta e cinco mil, cinquenta e seis reais e oitenta centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será superior o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrá por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Forô, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartórios, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra descupescado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a descupescação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.


**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**



**1º Leilão: dia 14/11/2025 às 14h30    2º Leilão: dia 24/11/2025 às 14h30**

**EDUARDO CONSENTINO**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VITOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório em Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Agelão, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VEENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Afonso Egiptio de Souza e Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiado com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 1017/11/00011, firmado em 13/01/2022, no qual figuram como compradores o casal **DEBORA CARLA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, empresária, RG nº 43.607.712-7-SSP/SP, CPF/MF nº 296.418.828-42, convênies em união estável, sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Guarujá/leão, levando a **PUBLICILIA LELIAO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, no dia **14 de novembro de 2025**, às **14:30 horas**, em Av. (Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Agelão, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LELIAO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 5.313.536,11**. (Cinco milhões, trezentos e duas mil, quinhentos e trinta e seis reais e onze centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade constituída em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO formado pelos lotes nºs 04, 05 e 07, da Rua das Seringueiras, nº 20, Bairro das Seringueiras, no Município de São Paulo/SP, com área total de 1.000,00 m², com 10,20m,30m de frente para a Avenida das Tartarugas; em curva, na confluência da Avenida das Tartarugas com a Rua das Seringueiras, mede 15,22m; pelo lado direito de quem da referida Avenida das Tartarugas olha para o imóvel mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras com a qual faz esquina; em curva, na confluência da Rua das Seringueiras com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranjeiras, mede 13,90m; pelo lado direito de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 60,70m, da frente aos fundos, confrontando com a Rua das Seringueiras, mede 13,90m; pelo lado esquerdo, de quem da Avenida das Tartarugas olha para o imóvel, mede 76,50m da frente aos fundos, confrontando com os lotes 03 e 08 da mesma quadra; e pelos fundos mede 21,00m confrontando com a Rua das Laranje**

**Mais informações: (11) 4083-2575 | [www.biasileiloes.com.br](http://www.biasileiloes.com.br)**

**UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

REPÚBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025. ID BB Nº 1082079 – UNEB - DCHT CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS/BA. Abertura: 19/11/2025, às 14 h 30 min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Local da sessão: Site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> Objeto: Aquisição dos itens permanentes, conforme lista contida no edital de convocação, com o objetivo de aprimorar as atividades didáticas e práticas dos laboratórios dos Colegiados de História, Letras, Administração e Turismo do DCHT Campus XVIII – Eunápolis/BA. Nº Processo: 074.7800.204.0066617-23 Regência legal: Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto nº 22.885, de 20 de junho de 2024, e do Decreto nº 22.888, de 26 de junho de 2024, e respectivas alterações. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> ou [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [dafsilva@uneb.br](mailto:dafsilva@uneb.br), telefone (71) 983913873 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 14 h às 18h no endereço: Avenida David Jonas Fadini, 300 – Bairro Stella Reis, CEP: 45-823-035 – Eunápolis/BA. Eunápolis/BA, 04/11/2025, Darlan Ferreira da Silva – Pregoeiro Oficial.

REPUBLIÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025. ID BB Nº 1082081 – UNEB - DCHT CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS/BA. Abertura: 19/11/2025, às 16 h 30 min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Local da sessão: Site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop/inter-estatico/> Objeto: Aquisição de um Nobreak 40kva, conforme lista contida no edital de convocação, afim de garantir a proteção eficaz contra quedas de energia e surtos elétricos, aos equipamentos do DCHT Campus XVIII – Eunápolis/BA. Nº Processo: 704.7797.2024.0070680-52. Regência legal: Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto nº 22.885, de 20 de junho de 2024, e do Decreto nº 22.888, de 26 de junho de 2024, e respectivas alterações. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop/inter-estatico/> ou [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [dafsilva@uneb.br](mailto:dafsilva@uneb.br), telefone (71) 983913873 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 14 h às 18h no endereço: Avenida David Jonas Fadini, 300 – Bairro Stella Reis, CEP: 45.823-035 – Eunápolis/BA. Eunápolis/BA, 04/11/2025, Darlan Ferreira da Silva – Pregoeiro Oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - UNEB/DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - CAMPUS I – BB 1828401 - Abertura: 19/11/2025 às 10h00min. (horário local) – Objeto: SOLUCAO, de videoconferencia para salas de reuniao, composto de camera, microfone, caixa de som e controle remoto. Família: 58.30, Local: Departamento de Ciências Exatas e da Terra - Campus I – Salvador. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos (gratuitamente) à Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula, Salvador, Bahia, das 08:00 às 15:00 horas, pelo telefone (071) 3711-2315 ou pelo site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br). Salvador, 04 de Novembro de 2025. Luiz Eduardo Vale Passos – Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/UNEB/CAMPUS XXIV – XIQUE-XIQUE/BA – BB LICITAÇÕES: Nº 1082412 – Abertura: 18/11/2025, às 14:30h (horário de Brasília). Local da sessão: Site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-intern-estatico/> Objeto: Aquisição de Nobreak Trifásico on-line de 40 kVA/32KW, Nº do Processo 74.7860.2023.0076958-68, Regência Legal: Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, das normas gerais da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, e respectivas alterações. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites: [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-intern-estatico/> ou [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [hnoqueira@uneb.br](mailto:hnoqueira@uneb.br), telefone: (074)99955-0512 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h, no endereço: rua João Guimarães, 1032 – bairro São Francisco, Xique-Xique/BA, 04/11/2025. Helder Fernandes Nogueira – Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - UNEB/DEDC-X/ Teixeira de Freitas – BB 1082470 - Abertura: 19/11/2025 às 09h00 min. (Horário de Brasília). Local da sessão: Site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-intern-estacio/>. Objeto: Aquisição de Bens de Consumo para o Almacoxari da DEDC-X/Teixeira de Freitas – Bahia. Famílias: 40.20; 58.05; 65.15; 67.50; 68.40; 70.15; 71.95; 72.40; 73.40; 73.50; 75.10; 75.20; 75.30; 79.20; 79.30; 80.10; 80.20; 80.40; 81.05; 81.15; 85.40. Nº Processo: 074.8451.2025.0071527-89, Regência legal: Lei 14.133/2021, Lei 14.634/2023 e LC 123/2006. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-intern-estacio/> ou [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [cp1dedc10@uneb.br](mailto:cp1dedc10@uneb.br), pelo Telefone (73) 3263-8068 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, na UNEB/DEDC-X no setor da CPL, situado na Avenida Kaikan, S/N, Bairro Kaikan em Teixeira de Freitas/BA. 04/11/2025. Rozineide da Silva Carneiro Sousa - Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM**

**MG - FMS/SMS. Chamamento Público**  
**para Contrato de Gestão nº 004/2025 -**  
**PA nº 67.619/2025 - Objeto:** Selecionar  
Organização Social qualificada na  
área da saúde para a celebração de  
Contrato de Gestão com o Município  
de Betim, visando a administração,  
operacionalização e execução de ações  
e serviços de saúde, relacionadas à linha  
de cuidados oncológicos do município  
de Betim e região pactuada, inclusive  
obras de manutenção e ampliação de  
infraestrutura física, em atendimento às  
demandas da Secretaria Municipal de  
Saúde, em consonância com as políticas  
do Sistema Único de Saúde, inscrita no  
Cadastro Nacional de Estabelecimentos  
de Saúde (CNES nº 2126494). **Abertura**  
**de proposta dia 19/11/2025 às 09:00h.**  
Edital completo no Órgão Oficial do  
Município de Betim do dia 03/11/2025,  
no portal da Prefeitura de Betim pelo  
site [www.betim.mg.gov.br](http://www.betim.mg.gov.br). Informações:  
(31)3512-3670 - Diretoria de Regulação,  
Controle e Avaliação (31)3512-3463  
- Secretaria Adjunta de Convênios e  
Parcerias, no horário das 09h00 às  
16h00 - 03/11/2025.

**SINPROVESP**

Sindicato Dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 31 de Dezembro de 1954, com extensão e Representação aos Vendedores de Produtos Farmacêuticos, aprovada em 6 de Maio de 1969. (Categoria Profissional Diferenciada)

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato Dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, pelo presente Edital ficam convocados todos os integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, associados e não associados da nossa base territorial, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **24 de novembro de 2025 (vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco)**, através de vídeo conferência plataforma Google Meet, para assim facilitar acesso de todos da base territorial do estado de São Paulo, através do link da videochamada: [https://teams.live.com/join/\\_?url=https%3A%2F%2Fmeet.google.com/yfz-tyqj-qyq](https://teams.live.com/join/_?url=https%3A%2F%2Fmeet.google.com/yfz-tyqj-qyq)

Será iniciado as 13hs, em primeira convocação, para deliberarem sobre a seguinte matéria na Ordem do Dia:

a) apresentação, discussão e aprovação da proposta orçamentária do exercício 2026.

Não havendo na hora acima indicada número de trabalhadores para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a assembleia será realizada uma hora após portanto mais precisamente as 14hs, no mesmo dia, e em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes e no mesmo endereço virtual acima.

São Paulo, 04 de Novembro de 2025  
Adriana Bazaglia Soares - Presidente Sinprovesp

## EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

**1º Público Leilão: 13/11/2025, às 10h00 | 2º Público Leilão: 17/11/2025, às 10h00 (Horário de Brasília)**

**DANILO RODRIGUES BRAGA**, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 1.492, autorizado por **SP 19 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, CNPJ nº 13.550.976/0001-80 e **CRISTOFORO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, CNPJ nº 10.818.926/0001-42, em razão da consolidação da propriedade do imóvel descrito abaixo, averbada em 17/10/2025, decorrente da execução do contrato de alienação fiduciária em garantia firmado em 04/06/2011. **IMÓVEL: LOTE nº 04, QUADRA nº 14 do loteamento RESIDENCIAL JARDIM SÃO CAMILO**, Araraquara/SP. Medidas e Confrontações: 10,40m de frente para a Rua 11; 10,40m na linha dos fundos, onde divide com o Lote nº 13; 25,00m de frente aos fundos, do lado direito vista da via pública, onde confronta com o Lote nº 05; e 25,00m da frente aos fundos, do lado esquerdo, onde confronta com o Lote nº 03, com **ÁREA TOTAL DE 260,00m²**. Matrícula nº 116.080 do 1º CRl de Araraquara/SP. Inscrição Municipal: 29.060.004.00. **VALORES MÍNIMOS: 1º Leilão: R\$ 267.707,96. 2º Leilão: R\$ 362.656,70.**

**CONDIÇÕES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES:** **1.** O imóvel será vendido no estado de conservação em que se encontra (*ad corpus*), cabendo ao interessado verificar a situação física e documental, inclusive eventuais áreas não averbadas, dívidas ou ações judiciais; **2.** O arrematante pagará, à vista, o valor do lance vencedor, a comissão do leiloeiro (5%) e todas as despesas decorrentes da transferência do bem, inclusive ITBI, emolumentos, custas e tributos; **3.** Débitos de **IPU** e **Condomínio** vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do arrematante; **4.** Despesas de água, energia elétrica, gás e outras utilidades, vencidas ou vincendas, correrão por conta do arrematante; **5.** A desocupação será de responsabilidade exclusiva do arrematante; **6.** O devedor fiduciante poderá exercer o direito de preferência até a realização do segundo leilão, conforme previsto no §2º-B art. 27 da Lei nº 9.514/97; **7.** Caso existam ações judiciais em trâmite ou averbações pendentes, suas regularizações futuras, bem como os custos e encargos delas decorrentes, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante; **8.** A participação no leilão implica na aceitação integral dos termos deste edital e das Regras para Participação disponíveis no site [www.bl.leilao.br](http://www.bl.leilao.br), por o interessado declara ter lido e compreendido. **Fica o devedor fiduciante MARCOS HENRIQUE TITA GRANZOTTO**, CPF nº 339.305.648-40, formalmente intimado das datas e condições dos leilões também por meio deste edital. Informações adicionais: [juridico@bl.leilao.br](mailto:juridico@bl.leilao.br) | WhatsApp: (11) 92048-9691

## EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

**1º Público Leilão: 10/11/2025, às 10h00 | 2º Público Leilão: 12/11/2025, às 10h00 (Horário de Brasília)**

**DANILO RODRIGUES BRAGA**, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 1.492, autorizado por **RM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, CNPJ nº 19.389.447/0001-22, promoverá a venda em leilão (1º ou 2º), nos termos das arts. 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, em razão da consolidação da propriedade do imóvel descrito abaixo, decorrente da execução do contrato de compra e venda com garantia de alienação fiduciária, firmado em 28/11/2016, com posterior averbação da consolidação da propriedade em 13/10/2025. **IMÓVEL: LOTE nº 28, QUADRA nº 02, do RESIDENCIAL RESERVA DA MATA, Mogi Mirim/SP.** Medidas e Confrontações: 10,00m em reta de frente para a Rua 08; do lado direito de quem dessa rua olha para o imóvel, mede 20,00m em reta e confronta com o Lote nº 27; do lado esquerdo mede 20,00m em reta e confronta com o Lote nº 27; no fundo mede 10,00m em reta e confronta com os Lotes nºs 01 e 02, com **ÁREA TOTAL DE 200,00m²**. Matrícula nº 96.515 do CRI de Mogi Mirim/SP. Inscrição Municipal: 101336. **VALORES MÍNIMOS: 1º Leilão: R\$ 145.759,51. 2º Leilão: R\$ 144.783,63.** **CONDIÇÕES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES:** 1. O imóvel será vendido no estado de conservação em que se encontra (*ad corpus*), cabendo ao interessado verificar a situação física e documental, inclusive áreas e construções não averbadas, dívidas ou ações judiciais; 2. O arrematante pagará, à vista, o valor do lance vencedor, a comissão do leiloeiro (5%) e todas as despesas decorrentes da transferência do bem, inclusive ITBI, emolumentos, custas e tributos; 3. Débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do arrematante; 4. Despesas de água, energia elétrica, gás e outras utilidades, vencidas ou vincendas, correrão por conta do arrematante; 5. A desocupação será de responsabilidade exclusiva do arrematante; 6. A devedora fiduciante poderá exercer o direito de preferência até a realização do segundo leilão, conforme previsto no §2º-B do art. 27 da Lei nº 9.514/97; 7. Caso existam ações judiciais em trâmite ou averbações pendentes, suas regularizações futuras, bem como os custos e encargos delas decorrentes, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante; 8. A participação no leilão implica na aceitação integral dos termos deste edital e das Regras para Participação disponíveis no site [www.bl.leilao.br](http://www.bl.leilao.br), que o interessado declara ter lido e compreendido. Fica a devedora fiduciante **ANA LUCIA MIRANDA**, CPF nº 188.145.618-85, formalmente intimada das datas e condições dos leilões também por meio deste edital. Informações adicionais: [juridico@bl.leilao.br](mailto:juridico@bl.leilao.br) | WhatsApp: (11) 92048-9691

## Nexloop Capital Holding S.A.

**Companhia Fechada - CNPJ em Constituição**  
**Ata da Assembleia Geral de Constituição**

**Local:** 30/07/2025, às 19h, São Paulo/SP, Av. Paulista, 1636, Cj. 4, Pav. 15, Condomínio Paulista Corporate, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 04177-460. **Presença:** Presente a totalidade dos subscritores do capital social da **Nexloop Capital Holding S/A**, com o sobrenome: **1. Star Mi Holding Ltd**, pessoa jurídica estrangeira, CNPJ nº 61.520.800/0001-00, localizada nos Estados Unidos, 30N Gould St, Ste R, Sheridan, WY 82801, representada pelo procurador Sr. David Luiz Martins Maximiano, portador da cédula de identidade nº 30.909.178-0 e inscrito no CPF sob o nº 230.818.378-04, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Oliverio Vieira, 197, Jardim Climax, São Paulo/SP, CEP 04177-460. **2. Kali S. Empreendimentos e Serviços Ltda.**, pessoa jurídica, CNPJ nº 14.007.030/0001-34 e registrada perante a Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35233298567, localizada na Av. Paulista, 1636, sala 1601, 16º andar, 1623B, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-200, representada pelo seu administrador Sr. David Luiz Martins Maximiano, portador da cédula de identidade nº 30.909.178-0 e inscrito no CPF sob o nº 230.818.378-04, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Oliverio Vieira, 197, Jardim Climax, São Paulo/SP, CEP 04177-460. **Mesa:** David Luiz Martins Maximiano - Presidente, e Luciano Carlos da Silva Dantas - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada **Nexloop Capital Holding S/A**, delimitando o endereço de sua sede e de seu objeto social; (ii) a subscrição e a integralização do capital social da Companhia; (iii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) a escolha do jornal no qual a Companhia fará as suas publicações legais. **Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) Constituir uma sociedade por ações a ser denominada **Nexloop Capital Holding S/A**, com sede na Av. Paulista, 1636, Cj. 4, Pav. 15, Condomínio Paulista Corporate, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01310-200, a qual terá como atividade o CNAE 6810202 - aluguel de imóveis próprios. (ii) Declarar que o capital social da Companhia é de R\$ 100.000,00, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato pelos acionistas abaixo indicados, e integralizadas em conformidade com o Boletim de Subscrição que se encontra anexo à presente Ata na forma do Anexo I. **Acionista - Ações Ordinárias:** **Star MI Holding Ltd**, 90,00%, 90%; **Kali S. Empreendimentos e Serviços Ltda.**, 10,00%, 10%; **Total**, 100,00%, 100%. (iii) Aprovar, após leitura e aprovação, o Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo II à presente Ata; Nos termos do Estatuto Social ora aprovado, elege, para o mandato de 2 anos, com data de início de mandato em 30/07/2021 e término em 30/07/2027, o Diretor da Companhia: David Luiz Martins Maximiano, portador da cédula de identidade nº 30.909.178-0 e inscrito no CPF sob o nº 230.818.378-04, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Oliverio Vieira, 197, Jardim Climax, São Paulo/SP, CEP 04177-460, para ocupar o cargo de Diretor, sem designação específica, para ocupar o cargo de Diretor, sem designação específica conforme os termos de posse constantes no Anexo III desta ata; e (iv) Escolher o "Diário Oficial do Distrito Federal", como o jornal onde serão realizadas as publicações legais da Companhia. **Na mais.** São Paulo/SP, 30/07/2025. **Mesa:** David Luiz Martins Maximiano - Presidente, Luciano Carlos da Silva Dantas - Secretário. **JUCESP/NIRE S/A** nº 3530067540-1 em 17/09/2025. **Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Objeto, Sedes e Duração da Sociedade - Art. 1º - Nexloop Capital Holding S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social, nos termos da Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º -** A sociedade tem como objeto social a atividade de aluguel de imóveis próprios. **Art. 3º -** A sociedade tem a sua sede na Av. Paulista, 1636, Cj. 4, Pav. 15, Condomínio Paulista Corporate, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01310-200, podendo por decisão da diretoria abrir filiais em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 4º -** O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do capital social e das ações - Art. 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100.000,00, dividido em 100.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o valor de R\$ 100.000 integralizadas em moeda corrente do país. **Art. 6º -** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, observado o prazo decenal de 30 dias, contado da data de publicação do aviso no órgão oficial, e demais disposições pertinentes. **Art. 7º -** Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 8º -** A propriedade de cada ação será assentada exclusivamente no Livro de "Registro das Ações nominativas". **Art. 9º -** As futuras transferências de ações poderão também ser formalizadas apenas no Livro de Transferência de Ações nominativas, livro este que ficará na sede da empresa. **Art. 10º -** Qualquer empresa poderá emitir qualquer título de dívida, desde que apresente a composição acionária da sociedade em determinada data, isto mediante solicitação de qualquer acionista. **Art. 11º -** O acionista que pretender transferir suas ações, deverá expressamente comunicar o fato à Diretoria, apresentando as condições da negociação para que os demais acionistas possam exercer o direito de preferência dentro do prazo de 30 dias. **Art. 12º -** A limitação de circulação, contida no artigo anterior, somente se aplicará ao acionista que assim concordar, mediante averbação no livro de Registros e Ações nominativas, conforme dispõe o § único do art. 36 da Lei 6.404/76. **Capítulo III - Da organização social - Art. 13º -** São órgãos sociais: a) a Assembleia Geral; b) o Conselho de Administração; c) a Diretoria; d) o Conselho Fiscal. **Seção I - Da Assembleia Geral - Art. 14º -** As Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, serão convocadas pelo Conselho de Administração ou Diretores, na forma prevista em lei (art. 123 da Lei nº 6.404/76). **§1º -** As Assembleias Gerais ordinárias serão realizadas-se-ão a cada ano, que terá por objeto: a) tomar as contas dos administradores; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; d) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. **§2º -** As Assembleias Gerais extraordinárias serão convocadas sempre que houver interesse da Companhia, e convocadas com antecedência mínima de 8 dias. **Art. 15º -** Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por sua mesa composta pelo Diretor-Presidente da sociedade ou, na sua falta, qualquer outro diretor, que indicará um ou dois acionistas presentes para servir de secretários. **Art. 16º -** Nas Assembleias Gerais, os acionistas que não puderem comparecer poderão fazer-se representar por procuradores com instrumento procuratório devidamente assinado com firma reconhecida. **Art. 17º -** Antes da abertura da assembleia, os acionistas deverão assinar o Livro de Presença, indicando nome, nacionalidade, residência e a quantidade e natureza das ações de que são titulares. **Art. 18º -** As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, sendo que os votos em branco não serão computados. **Art. 19º -** Encerrada a assembleia, será lavrada, em livro próprio, a dívida ata, assinada pelos membros da mesa e acionistas presentes. **Seção II - Da Diretoria - Art. 20º -** A administração da sociedade competirá à Diretoria, na forma deste estatuto. **Art. 21º -** A Diretoria, composta de 02 membros, será eleita pela Assembleia Geral para um mandato de 02 anos, permitida a reeleição para o período seguinte. **Parágrafo único -** Os diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo. **Art. 22º -** Compete à Diretoria: I) por um só diretor: a - a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade; b - a representação da sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, e perante terceiros, quer sejam pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. II) por, no mínimo, 1 de seus diretores: a - a prática de atos que obriguem a sociedade onerar seus bens ou envolvam sua responsabilidade; b - o exercício de todos os demais direitos e deveres que a lei lhe confere. **Art. 23º -** A remuneração dos diretores será estabelecida, anualmente, pela Assembleia Geral, ficando-lhes atribuída a participação de 1% no lucro líquido da sociedade. **Art. 24º -** A Assembleia Geral de Acionistas deverá fixar e distribuir a remuneração dos Diretores. **Art. 25º -** Os Diretores poderão renunciar à remuneração pelo exercício do cargo. **Seção III - Do Conselho Fiscal. Art. 26º -** A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 03 membros, sendo 02 eleitos pela Assembleia Geral e 01 indicado pelo Conselho Fiscal. **Art. 27º -** O Conselho Fiscal será composto por até 03 membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **Art. 28º -** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1% das ações com direito a voto. **Art. 29º -** O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste da ordem do dia, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **Art. 30º -** O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **Capítulo IV - Do exercício social, reservas e lucros - Art. 31º -** O exercício social terá a duração de um ano, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será realizado o balanço patrimonial, com demonstrativo dos lucros e perdas, do resultado do exercício e das origens e aplicações dos recursos. **§ único -** Poderão ser feitos balanços gerais sempre que a administração julgar oportuno. **Art. 32º -** Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras: (a) Balanço Patrimonial; (b) demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) demonstração do fluxo de caixa. **Art. 33º -** O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. **Artigo 34º -** Do lucro líquido serão deduzidos: (a) uma parcela de 5%, destinada à constituição da reserva a que se refere o Artigo 193 da Lei 6.404/76; (b) uma parcela destinada à formação de reservas para contingências, caso necessário, na forma do Artigo 195 da Lei 6.404/76 e (c) para acionistas que terão direito a um dividendo obrigatório, equivalente à parcela de, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. **Artigo 35º -** Os dividendos não reclamados dentro de 03 anos, a contar da data do anúncio de sua distribuição, serão considerados perdidos. **Art. 36º -** Poderão ser levantados Balanços Intermediários, ficando a Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, autorizada a distribuir dividendos antecipados. **Art. 37º -** Por deliberação dos Diretores e, observadas as disposições legais aplicáveis, a Sociedade poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio. **Capítulo V - Do juízo arbitral - Art. 38º -** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e execução dos efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76. **§ único -** Sem prejuízo da validade da cláusula principal, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário. **Capítulo VI - Da liquidação - Art. 39º -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral de Acionistas determinar o modo da liquidação e indicar o liquidante. **Art. 40º -** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Art. 41º -** Os casos e omissões neste Estatuto serão regulados pela Lei 6.404/76, e demais normas pertinentes à matéria. **Capítulo VII - Do foro - Art. 42º -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo - SP, para o único competente para dirimir questões oriundas da interpretação do presente documento. São Paulo/SP, 30/07/2025. **Mesa:** David Luiz Martins Maximiano - Presidente, Luciano Carlos da Silva Dantas - Secretário.



O prefeito eleito de Nova York, Zohran Mamdani, agradece aos apoiadores em comício no bairro do Brooklyn após a vitória Jeenah Moon/Reuters

# Mamdani é eleito e será o primeiro prefeito muçulmano de Nova York

Com plataforma centrada em baixar custo de vida, socialista de 34 anos será o mais jovem político a gerir maior cidade dos EUA em 133 anos, em derrota para Trump

Julia Chaib

NOVA YORK Zohran Mamdani, 34, será o primeiro prefeito muçulmano de Nova York e o mais jovem em pouco mais de um século a gerir a maior cidade dos EUA. Autodeclarado socialista, o deputado estadual democrata confirmou o favoritismo nas pesquisas, superou forte campanha contrária feita por Donald Trump e foi eleito prefeito na noite desta terça-feira (4), para substituir o democrata Eric Adams a partir de 1º de janeiro de 2026.

Ele derrotou os candidatos Andrew Cuomo, ex-governador de

Nova York que concorreu como independente neste pleito justamente por ter perdido para Mamdani nas prévias do Partido Democrata, e o republicano Curtis Sliwa, que não tinha chance.

À oh30 desta quarta (5), horário de Brasília, com 89% das urnas apuradas, Mamdani marcava 50,3% dos votos contra 41,6% de Cuomo, uma tendência irreversível de vitória. Sliwa obteve 7,1%.

Mamdani garantiu sua ascensão com propostas que tocam em um dos principais problemas de Nova York hoje: o custo de vida. O foco foi propor ao eleitor tornar a cidade mais acessível.

Nascido em Uganda, ele se mudou para os EUA com os pais, que têm origem indiana, aos sete anos. Em 2018, obteve a cidadania americana. Sua trajetória na campanha pela Prefeitura de Nova York surpreendeu tanto republicanos como democratas.

Mamdani faz parte da ala mais à esquerda do Partido Democrata e conseguiu, em julho, vencer as primárias contra Cuomo, que tinha o apoio majoritário dos integrantes moderados da legenda —apesar de ser alvo de acusações de assédio sexual no final de seu mandato como governador.

O agora prefeito eleito teve o



Escolhemos a esperança diante do dinheiro graúdo e das ideias pequenas

Zohran Mamdani  
prefeito eleito de Nova York, que passará a gerir a maior cidade dos EUA em 1º de janeiro de 2026

respaldo de líderes da corrente socialista do partido, como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, e sua eleição representa a consagração dessa ala. A Prefeitura de Nova York é o maior cargo Executivo ocupado por esse grupo desde os anos 1990.

A vitória desagradou a uma parte dos democratas, que considera a corrente socialista do partido muito radical e teme as repercussões nacionais da eleição desta terça. Um dos sinais é que o próprio líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, não declarou apoio a Mamdani.

O receio é de que republicanos usem o suposto radicalismo do novo prefeito para atacar o Partido Democrata nas eleições de meio de mandato, em novembro de 2026, que podem reconfigurar o poder de Trump no Congresso.

As propostas do eleito incluem ônibus gratuitos por toda a cidade, uma rede de supermercados públicos administrados pela prefeitura, congelamento de aluguéis e creche gratuita. A mais fácil de implementar, segundo especialistas, é a que tenta resolver a crise imobiliária —a política não teria custo direto para o orçamento e foi adotada de forma semelhante na gestão de Bill de Blasio (2014-2022), por exemplo.

Creche universal e gratuita, por outro lado, teria um custo estimado de US\$ 6 bilhões por ano, de acordo com o jornal americano The New York Times, e precisaria ser autorizada pela Assembleia Legislativa e pela governadora de Nova York, Kathy Hochul. Atualmente, a cidade já oferece pré-escola sem custo para todas as crianças de 4 anos e para muitas de 3 anos. O plano ampliaria esse benefício para bebês e crianças menores de 3 anos.

Mamdani é deputado estadual desde 2021, quando foi eleito para representar a região do Queens. Antes de ingressar na política, trabalhou como conselheiro habitacional. Formado em estudos africanos pela Bowdoin College, criou na universidade um grupo de defesa da Palestina, bandeira que também levou à campanha para prefeito.

## Resultado da eleição amplia rota de colisão da cidade com Trump

Análise

Lúcia Guimarães

A vitória e o desafio são históricos. Ao eleger o primeiro prefeito muçulmano e socialista, Nova York abre um novo capítulo no drama que coloca a cidade em rota de colisão com o governo federal. O sorriso constante de Zohran Mamdani não há de esconder o conhecimento de que, a partir desta quarta (5), a artilharia da Casa Branca, já voltada contra ele, deve se concentrar em medidas punitivas que o tornem governante de um único mandato, como dificultar o envio de mais de US\$ 7 bilhões (R\$ 37,8 bilhões) em fundos já alocados para 2026.

Mamdani, nascido em Uganda, é o primeiro candidato na história da cidade a sair do quase ano-

nimato para a vitória. Outro político estreante, Michael Bloomberg já era reconhecido por seu conglomerado de mídia quando se candidatou, em 2001.

O triunfo é mais extraordinário quando se observa que a máquina do Partido Democrata tentou deter seu avanço e o esnobou após as primárias, negando ou atrasando endossos de um candidato oficial; quando se considera que doadores bilionários investiram na campanha de Andrew Cuomo, e quando se examina parte da cobertura política repetindo o discurso de que Mamdani é comunista e antisemita.

Nas próximas semanas, devemos ter uma medida do peso do nova-iorquino Donald Trump na eleição da cidade que o rejeita nas

urnas. Leituras apressadas do resultado podem concluir que a viabilidade eleitoral dos democratas depende de um deslocamento maior para a esquerda. Afinal, o mais popular político esquerdista dos EUA, Bernie Sanders, abraçou Mamdani com o simbolismo de quem indica um herdeiro.

Eleições especiais em outros estados nesta semana não sugeriam uma guinada monolítica para a esquerda, mas o Partido Democrata vai ter que acomodar um espectro ideológico mais amplo num momento em que o sistema bipartidário americano está em crise e os legisladores republicanos no Congresso não exercem sua função de contrapeso ao Executivo.

Desta vez, Nova York desmentiu



A campanha de Mamdani pode ser resumida na palavra engajamento. Com registro em massa de novos eleitores e maratona de interações pessoais com grupos desconfiados de suas ideias, o prefeito eleito injetou inegável otimismo na cínica política da capital financeira dos EUA

o adágio “toda a política é local” cunhado por um ex-presidente da Câmara. A guerra em Gaza dominou parte do debate ao longo da campanha na cidade com a maior população judaica fora de Israel.

Se pleitos municipais costumam ser dominados por segurança pública, transportes e educação, o de Nova York destacou, como nenhum outro, a crise nacional de escassez de habitação.

A campanha de Mamdani pode ser resumida na palavra engajamento. Com o registro em massa de novos eleitores e a maratona de interações pessoais com grupos desconfiados de suas ideias, como judeus ortodoxos e líderes cristãos negros, ele injetou inegável otimismo na cínica política da capital financeira americana.



O então vice-presidente americano, Dick Cheney, discursa em conferência da União Conservadora Americana, em Washington, em 2008; republicano era conselheiro de George W. Bush Larry Downing - 7.fev.08/Reuters

# Dick Cheney, considerado o mais poderoso vice-presidente americano, morre aos 84 anos

Arquiteto da Guerra ao Terror, companheiro de chapa de George W. Bush defendeu políticas agressivas depois do 11 de Setembro

Robert D. McFadden

THE NEW YORK TIMES Dick Cheney, amplamente considerado o vice-presidente mais poderoso da história dos Estados Unidos, companheiro de chapa de George W. Bush em duas campanhas vitoriosas à Presidência e seu conselheiro mais influente na Casa Branca em uma era marcada por terrorismo, guerra e transformações econômicas, morreu nesta segunda-feira (3). Ele tinha 84 anos.

A causa da morte foram complicações de pneumonia e doenças cardíaca e vascular, segundo comunicado divulgado por sua família. Ele deixa a esposa, Lynne Ann Vincent, duas filhas e sete netos.

Mais recentemente, Cheney surpreendeu os americanos ao anunciar que votaria na vice-presidente democrata Kamala Harris nas eleições de 2024, chamando o atual presidente Donald Trump, então candidato republicano, de inapto para ocupar a Casa Branca e de grave ameaça à democracia americana.

“Temos o dever de colocar o país acima do partidismo para defender nossa Constituição”, declarou Cheney à época. Seu posicionamento ecoou o da filha, Liz Cheney, ex-deputada republicana por Wyoming, que rompeu com Trump após o ataque ao Capitólio. Ela também afirmou que votaria em Kamala.

A trajetória de Cheney foi contada no filme “Vice” (2018), de Adam McKay. No longa, ele é vivido pelo ator Christian Bale, cuja caracterização foi elogiada pe-

la crítica. Indicada a oito Oscars, inclusive de melhor filme, diretor e ator, a obra levou um, o de cabelo e maquiagem.

Um insider político consumado, Cheney foi arquiteto e executor das principais iniciativas do governo Bush: o uso do poder militar para promover a democracia no exterior, a defesa de cortes de impostos e de uma economia forte internamente, e o fortalecimento dos poderes presidenciais —que, segundo ele e Bush, haviam sido indevidamente restringidos pelo Congresso e pelos tribunais após a Guerra do Vietnã e o escândalo de Watergate.

Como o conselheiro mais confiável e influente do presidente, Cheney atuava livremente nas áreas de política externa e doméstica. Funcionava como uma espécie de “superministro” com um portfólio ilimitado, usando sua autoridade para defender a guerra, propor ou barrar legislações, recomendar candidatos à Suprema Corte, influenciar cortes de impostos, promover aliados e neutralizar adversários.

Mas foi na área de segurança nacional que teve seu impacto mais profundo. Como secretário de Defesa, ajudou a conduzir a Guerra do Golfo, que expulsou com sucesso os invasores iraquianos do Kuwait em 1991, e, uma década depois, desempenhou um papel central na resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Para prevenir novos atentados, defendeu políticas agressivas, incluindo espionagem sem mandato judicial, detenções por tempo indeterminado e técnicas de in-

terrogatório brutais. Também foi um dos principais defensores da invasão do Iraque em 2003, para derrubar Saddam Hussein —completando, segundo ele, o “trabalho inacabado” de sua gestão anterior, mas dando início a anos de guerra sangrenta.

No início do primeiro mandato de Bush, muitos democratas —e até alguns republicanos— se perguntavam se Dick Cheney não seria o verdadeiro detentor do poder na Casa Branca, ocupada por um presidente inexperiente, cuja qualificação havia sido questionada. Embora Bush tenha eventualmente afirmado sua autoridade e a influência de Cheney tenha diminuído no segundo mandato, a imagem dele como um “patriarca maquiavélico” nunca foi totalmente dissipada.

Em 11 de setembro de 2001, quando aviões sequestrados destruíram o World Trade Center em Nova York e atingiram o Pentágono e um campo na Pensilvânia —matando quase 3.000 pessoas no pior ataque terrorista da história do país—, foi Cheney quem assumiu o comando na Casa Branca.

Enquanto Bush, que visitava uma escola na Flórida, era levado a locais seguros na Louisiana e em Nebraska, o vice-presidente ativou medidas de Defesa em todo o país, colocou as Forças Armadas em alerta global, ordenou a evacuação do Capitólio e a retirada de líderes do governo para locais seguros. De um bunker na Casa Branca, manteve contato constante com o presidente e outros altos funcionários, demonstrando firmeza e controle durante a crise.

## Mamdani simplificou o que parecia complicado

A esquerda pode aprender muito com a campanha para prefeito de Nova York

Rui Tavares

Historiador, deputado na Assembleia da República de Portugal e autor de “Agora, Agora e Mais Agora”

A simplicidade é um valor democrático. Porque o que é simples é mais compreensível, e chega a mais gente. Porque, como dizia Antônio Vieira, “o sermão deve ser como as estrelas, simples e mui distintas, e não temais que por isso o estilo vos pareça baixo, porque as estrelas são simples e distintas e são altíssimas”.

Porque quem escreve ou fala para ser entendido por uma velhinha analfabeta de noventa anos (com pouca educação formal, mas provavelmente sábia) também vai ser entendido por um catedrático (com muita educação formal, mas talvez obtuso). Mas quem escreve ou fala para ser entendido só pelo catedrático não será entendido por mais ninguém.

E a simplicidade é um valor democrático noutra sentença ainda. Quem é simples, genuíno e de aparência comum é valorizado por ser “um de nós”, e a democracia é o regime no qual o cidadão comum pode exercer o poder.

A democracia, na sua origem republicana, sabia disso. “Liberdade, igualdade, fraternidade” é simples. “Ordem e progresso” também. Complicada pode ser a forma de chegar lá.

Infelizmente, a minha família política, que é a dos intelectuais de esquerda, adora complexidade. E isso ficou pior ainda numa época em que a direita abraçou uma espécie de simplicidade estúpida e bruta, o que levou a esquerda a distanciar-se mais ainda: se os populistas de direita propõem soluções

simples para problemas complexos, eles que fiquem com a simplicidade que nós ficaremos com a complexidade.

**Infelizmente, a minha família política, que é a dos intelectuais de esquerda, adora complexidade. E isso ficou pior ainda numa época em que a direita abraçou uma espécie de simplicidade estúpida e bruta**

simples para problemas complexos, eles que fiquem com a simplicidade que nós ficaremos com a complexidade.

Grave erro. O problema da simplicidade estúpida não é ser simples; é a estupidez. O problema da simplicidade desonesta está na desonestidade, não na simplicidade.

Da mesma forma, o contrário da simplicidade estúpida não é a complexidade sofrida mas a simplicidade inteligente. Ela existe, e a campanha que Zohran Mamdani fez para se tornar prefeito de Nova York está aí para o provar.

A campanha que Zohran Mamdani fez representa um marco na história da propaganda política progressista e as suas lições vão ser estudadas, problematizadas, densificadas e complexificadas por intelectuais de esquerda ao redor do mundo.

Quero ser o primeiro a implorar-lhes que não façam nada disso e que se concentrem numa lição simples de uma campanha simples. Acontece que eu gosto das políticas e das propostas de Mamdani, mas a principal lição não é eu concordar com ele: é ele ter conseguido dizer o que disse de forma simples e ter feito muita gente que já tinha desistido de ser de esquerda concordar com ele.

Uma cidade como Nova York tem certamente milhões de problemas complexos, e claro que, como bom intelectual de esquerda, Mamdani deve adorar discutir todas as nuances deles. No entanto, a sua campanha foi toda baseada em discutir soluções práticas e simples que se podem implementar. A linguagem foi simples. O sorriso era simples. E a lição é simples: a simplicidade inteligente pode combater com eficácia a simplicidade estúpida.

Caros correligionários intelectuais de esquerda: da próxima vez que forem responder com um “é mais complexo do que isso”, mordam a língua e não dêem um tiro no pé. Inclusive ao acabar de ler esta coluna.

# Ajuda militar do Ocidente à Ucrânia despenca com Trump na Casa Branca

Apoio com armas cai 43% desde que o americano acertou venda de equipamento para europeus darem a Kiev; EUA não desembolsaram nenhum centavo este ano

Igor Gielow

SÃO PAULO Após assumirem e elevarem o gasto militar com a Ucrânia com a volta de Donald Trump ao poder em janeiro, os membros europeus da Otan demonstram dificuldade em manter o apoio a Kiev. Os Estados Unidos, por sua vez, não desembolsaram um centavo novo neste ano.

A ajuda europeia despencou depois que a aliança militar firmou um acordo com Trump no qual a Otan repassari armas compradas dos americanos ao país invadido pela Rússia, aliviando a carga até então majoritária de Washington.

Segundo dados do Instituto Kiel, da Alemanha, desde que o republicano assinou em 14 de julho com a Otan o programa Lista de Requisitos Priorizados para a Ucrânia (Purl, na sigla inglesa), o envio de ajuda militar caiu 43% na média mensal ante o registrado de janeiro a junho deste ano.

Se não fosse um envio anunciado pelo Canadá, 1 dos 32 membros da Otan e 1 dos 8 países que aderiram ao Purl, a queda seria de 57% entre os membros europeus da Otan, diz a instituição. Em julho e agosto, esse grupo todo enviou € 1,9 bilhão (R\$ 11,8 bilhões no câmbio desta terça-feira, 4).

A queda é um fenômeno preocupante para Kiev, segundo o diretor de pesquisa do instituto, Christoph Trebesch. Em comunicado, ele lembra que o Purl é o único meio de envio rápido de armas que só os EUA têm em estoque, dado que compras como a anunciada de até 150 caças Gripen da Suécia são processos de anos.

O esquema armado por Trump é uma forma de cumprir sua promessa de reduzir o gasto americano com a guerra e transferi-lo para os europeus, de quem já ar-

## Ajuda à Ucrânia

Até 31.ago.2025

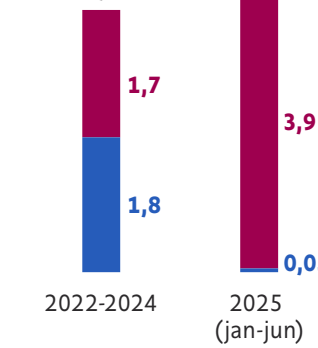
### Médias mensais

Em € bi

■ EUA

■ Europa e outros

Total → 3,5



### Fonte da ajuda

Total, em € bi

■ EUA

■ Europa

114,6

177

Europa

Fonte: Instituto Kiel (Alemanha), com 41 doadores listados

Material doado

Top 5

■ Tanques

Polônia

354

Holanda

104

Dinamarca

94

EUA

76

República Tcheca

62

Veículos de infantaria

EUA

305

Holanda

294

Alemanha

171

República Tcheca

131

Dinamarca

100

Baterias antiaéreas

EUA

18

Alemanha

17

República Tcheca

16

Reino Unido

13

Espanha

8

Fonte: Instituto Kiel (Alemanha), com 41 doadores listados

57%

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus

rancou o comprometimento em ampliar a meta de gasto militar de 2% para 5% do PIB (Produto Interno Bruto) em dez anos, algo bastante incerto na prática.

Devido à ajuda dada no governo de Joe Biden, o maior doador militar de Volodimir Zelenski são os EUA, com € 64,6 bilhões

(R\$ 398,7 bilhões) até 31 de agosto. Mas o fato é que nenhum centavo foi aprovado neste ano, e os únicos pagamentos foram residuais de compromissos anteriores.

O segundo maior apoiador militar dos ucranianos é a Alemanha, com € 17 bilhões (R\$ 109,6 bilhões). Nesta terça, o jornal

jurídica que dribla a necessidade de aprovação do Congresso ou de uma declaração de guerra para qualquer ação mais incisiva contra o regime venezuelano.

Trump autorizou recentemente a CIA, a agência americana de inteligência, a operar em solo venezuelano, o que envolve uma gama de ações possíveis, desde operações de informação e instigação de oposição a Maduro até atos de sabotagem ao regime e a prisão do ditador.

Há, porém, a avaliação de que, se medidas do tipo funcionassem de fato, já teriam sido tomadas pelo governo americano, motivo pelo qual assessores mais agressivos e o próprio Trump cogitam ações militares.

## 57%

seria a queda na ajuda militar da Otan a Kiev, se fosse excluído o apoio do Canadá e se mantivessem só os repasses europeus



## Celac vai discutir situação do Caribe, diz Lula

O presidente Lula (PT) afirmou nesta terça (4) que discutirá o tema Venezuela e o aumento da presença militar dos EUA na América Latina na reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a União Europeia, nos dias 9 e 10, na Colômbia. "Não quero que a gente chegue a uma invasão terrestre."

econômico alemão Handelsblatt disse que haverá um complemento de € 3 bilhões no orçamento de 2026 do país para fornecer baterias antiaéreas Patriot.

Em porcentagem do PIB, os países nórdicos e bálticos, na linha de frente de um eventual conflito com Moscou, são os mais generosos em seu apoio. Contando aí ajuda militar e civil, a Dinamarca lidera com 3,4% de seu PIB dedicado a Kiev, com 0,5% de repasse via União Europeia.

O fracasso até aqui do Purl sugere também falta de fôlego financeiro dos europeus, que assumiram o papel dos EUA no primeiro semestre e até elevaram a média do gasto militar mensal, de US\$ 3,5 bilhões (R\$ 21,7 bilhões) de 2022 a 2024, para quase US\$ 4 bilhões (R\$ 24,8 bilhões).

Esse aumento teve caráter político de demonstrar a Trump comprometimento com a ideia de defesa continental, sacramentada na cúpula da Otan de julho, mas parece ter limites, o que ainda será testado e desafia a retórica de Bruxelas, Berlim, Paris e Londres.

O apoio financeiro e humanitário, por sua vez, segue constante, muito graças aos fundos da UE. Ao todo, contando isso e o apoio militar, países europeus já deram € 177 bilhões (R\$ 1,1 trilhão), ante € 114,6 bilhões (R\$ 709,6 bilhões) dos EUA —quase duas vezes o PIB estimado da Ucrânia em 2024.

O think tank também faz medições pontuais de equipamento doado. Usando dados abertos, aferiu que a Polônia é a maior fornecedora de tanques ao vizinho, com 354 unidades, a maioria do modelo T-72 soviético, boa parte deles já destruída segundo a base holandesa Oryx.

Washington é o maior fornecedor de sistemas antiaéreos, 18, 3 dois quais os vitais Patriot. A Alemanha vem a seguir, com 17, mas 5 delas Patriot.

A Ucrânia quer mísseis de maior alcance para atacar alvos na Rússia, hoje só atingidos por drones menos potentes e preciso. Trump ensaiou fornecer os modelos de cruzeiro Tomahawk, só para ouvir Vladimir Putin fazer ameaças nucleares aludindo a uma escalada, e desistiu.

As opções na mesa envolvem bombardeios contra instalações militares, com o intuito de reduzir o apoio militar a Maduro e fazer com que o autocrata fuja ou fique mais vulnerável à captura. Críticos dessa abordagem, de acordo com o New York Times, afirmam que a estratégia pode ter o efeito oposto de aprofundar o apoio ao ditador.

Além disso, cogita-se o envio de um grupo de ações especiais para capturar ou matar Maduro, e uma terceira opção de invadir e controlar aeroportos e alguns campos de produção de petróleo.

Os riscos dessas ações para as tropas envolvidas, por outro lado, sugerem que operações envolvendo drones e armamentos disparados das forças posicionadas no Caribe devem ser a preferência de Trump, em particular depois que o porta-aviões USS Gerald Ford chegar à região.

Com The New York Times

# Gestão do republicano elaborou planos para derrubar Maduro e controlar campos de petróleo, afirma jornal

BRASÍLIA O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estuda uma série de ações possíveis para a Venezuela, o que inclui a possibilidade de ataques contra alvos militares da ditadura de Nicolás Maduro e a tomada de controle de campos de produção de petróleo, de acordo com uma série de autoridades do governo americano ouvidas pelo jornal The New York Times.

Trump, porém, teme os riscos de uma operação fracassada que coloque em risco tropas americanas, e ainda busca uma justificativa legal para ações que vão além dos ataques a embarcações no mar do Caribe e no Pacífico.

O republicano, segundo as pessoas ouvidas pelo jornal america-

no, não tomou nenhuma decisão ainda, mas assessores próximos pedem inclusive que ele ordene operações para derrubar Maduro.

No domingo (2), o presidente americano disse duvidar de uma guerra com a Venezuela, mas, ao ser questionado sobre a queda do ditador em um futuro próximo, respondeu: "Eu diria que sim. Acho que sim, sim".

Os principais nomes da gestão do republicano que pressionam por uma posição mais agressiva seriam o secretário de Estado, Marco Rubio, e o vice-chefe de gabinete e conselheiro de segurança interna, Stephen Miller.

Outros assessores têm buscado o Departamento de Justiça para que o governo elabore uma tese

# Victor Santos Foco de operação nunca foi prender líderes, mas pegar dados para asfixiar facção

Secretário da Segurança do governo Castro lamenta mortes e volta a falar em 'sucesso' de ação contra Comando Vermelho; delegado não soube informar de quantas horas de gravação polícia dispõe e diz que tudo será liberado

## ENTREVISTA

Fabio Victor e Bruna Fantti

**RIO DE JANEIRO** Um dos responsáveis pela operação nos complexos da Penha e do Alemão que deixou ao menos 121 mortos, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Victor Santos, disse que o objetivo da polícia nunca foi prender os líderes do Comando Vermelho na área, quartel-general da facção.

Em entrevista à *Folha*, Santos afirmou que o foco da operação era o cumprimento de mandados de busca e apreensão e de mandados de prisão para mapear e asfixiar a organização criminosa.

Delegado da Polícia Federal aposentado desde 2023, Santos voltou a negar que tenha havido emboscada ou massacre. Disse que ocorreu negociação para rendições e que alguns suspeitos se entregaram depois de asfixiados por gás.

O secretário não soube informar quantas horas de gravação a polícia dispõe, mas declarou que tudo será entregue ao Ministério Público.

\*

**O governo informou que essa operação foi planejada com antecedência de um ano. E os principais chefes do Comando Vermelho não foram presos. Por quê?** Uma operação tem fases. Na investigação, quem fez o trabalho foi a Delegacia de Repressão a Entorpecentes, um ano de investigação. É quando se identifica as pessoas, as lideranças, as provas em relação a elas, os locais de busca e apreensão.

No planejamento, você tem duas Copacabanas cercadas de barricadas. E o crime organizado coloca contenções de soldados atirando. Com 280 mil pessoas morando ali, isso traz um risco muito grande para a população de bem.

Superou isso, os criminosos têm comunicação. Têm rotas de fuga estabelecidas, muitas delas a gente não consegue pegar num trabalho de inteligência. É só no campo que você consegue enxergar esse cenário. São túneis —imagina uma casa em que você abre a porta, sai numa janela, que sai num corredor, que sai numa viela.

**Foi essa a rota de fuga dos líderes?** Túneis com geladeira, com capacidade do criminoso ficar ali uma semana, mantimentos, isso já no passado a gente já registrou. No Alemão e na Penha, a Serra da Misericórdia é o ponto mais alto

que separa todas as comunidades do complexo. Por isso colocamos os 96 policiais mais experientes nesse local.

Tínhamos dois objetivos: o cumprimento de mandados de busca e apreensão e mandados de prisão. Na busca e apreensão a gente busca informações interessantes para a investigação. Redes de wi-fi, acesso a arquivos de nuvem, mídia. Isso tem um valor muito significativo. A segurança pública no Rio sempre teve um foco que eu acho equivocado: olhar a criminalidade na figura do criminoso. Quem é o inimigo número um? É o Doca. O Doca é preso ou morto, entra o segundo. E entra o terceiro. Esse ciclo vai acontecer a vida inteira? Não.

Hoje o foco é o negócio. Se imaginar 280 mil pessoas, dividir a metade, 140 mil, pagando um plano básico de internet de R\$ 100, temos R\$ 14 milhões só de internet. Quanto de droga o criminoso tem de vender para faturar R\$ 14 milhões? Então o foco nunca foi o criminoso. Eu quero os dados. A gente hoje tem informações de movimentações financeiras, que é o que vai dar efetividade a esse combate.

**Vocês definiram a operação co-**

**mo um sucesso. Mas não prenderam os líderes, houve recorde de mortes. O sucesso se deve a esses dados ou às mortes?** Não se comemora morte. A morte é o previsível, mas não desejado dentro do planejamento. A premissa é preservar vidas. Para a gente foi um sucesso, porque quantos inocentes foram mortos?

**Vocês dizem que só quatro [que não tinham ligação com o tráfico] foram baleados, fora os policiais.** O criminoso e o policial é o previsível. E o inocente, o que o direito internacional diz do não combatente? Essas pessoas têm que ser preservadas. Olhando por esse aspecto, foi um sucesso. Por isso a ideia de retirar o cumprimento do mandado de prisão para uma região diferente. Sabíamos, historicamente, que em toda operação eles fogem para a mata. Hoje a guerra é pelo território. O território é sinônimo de receita.

**O governo negou ter havido massacre e emboscada. Sob qual argumento?** Muro [do Bope] é um perímetro de segurança. Para evitar que eles avançassem. Temos imagens de criminosos encurralados em que foi usado gás, arma não letal, para retirá-los. E



Renan Areias/Folhapress

**Victor Cesar Carvalho dos Santos, 55**

Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro atuou por mais de 20 anos como delegado de Polícia Federal e participou da coordenação de grandes eventos, como a visita do papa Francisco durante a Jornada Mundial da Juventude, no Rio, em 2013

foram preservadas as vidas.

**Mães disseram que seus filhos queriam se render, em videochamadas diziam, “venham pra cá com a imprensa, a gente tem medo de ser morto”. Houve tentativa de negociação com os suspeitos encurralados?** Esse caso em que jogaram gás foi emblemático, e tem tudo filmado pelo drone. O gás é pra desalojar o criminoso. Se fosse pra matar, matava todo mundo. O objetivo não foi esse.

**Esse escalonamento de violência de ambas as partes requer um controle externo maior. A falha das câmeras pode prejudicar esse controle?** Não vejo falha nas câmeras. Até porque quem tem a missão constitucional de controlar é o Ministério Público. Que esteve desde do planejamento acesso às mesmas imagens. Tem alguns problemas, claro. Tem bateria que diz que funciona 12 horas e funciona 10. Agora não é só a câmera corporal, tínhamos imagens de drone, um helicóptero que estava focado.

**Quantas horas de gravação vocês têm? As imagens passadas à imprensa representam quanto desse total?** Não faço ideia do tamanho de arquivo. Você imagina 2.500 policiais. A quantidade é muito grande.

**Chama a atenção que, das imagens que vieram a público, só tem policiais sendo baleados...** Existem várias imagens, só que isso está à disposição do titular da ação penal, que é o Ministério Público.

**Mas então o sr. não sabe o número de horas de gravação?** As câmeras oferecem pelo menos 12 horas. De drone tem um número maior. Só que às 22h daquele dia ainda tinha policiais tomando tiro na mata e tentando retirar feridos, criminosos que foram neutralizados.

**O sr. chamou de fake news reportagem da Folha segundo a qual, em registro de ocorrência, três policiais militares falaram que ouviram de chefes do Comando Vermelho que a operação foi vazada. Essa informação vai ser investigada?** Vazamento é um investigado ter uma decisão judicial daquele processo na mesa dele. O resto é monitoramento. Pela natureza da operação, a necessidade que todos estejam de forma ostensiva na rua.

**Mas como ter certeza disso sem investigar?** Para haver uma investigação tem que ter justa causa. Não um policial que ouviu dizer num grupo de WhatsApp.

**Relatório da Defensoria Pública diz que, na véspera da operação, moradores procuraram a Ouvidoria para dizer que não levariam os filhos à escola porque já havia orientação de que haveria operação.** Tenho que estar no local às seis horas da manhã. Teve equipe que chegou lá muito antes disso. Você acha que eu tenho que avisar quando? Na hora? É em dias anteriores, dias. E eu mando documentos. Eu entendo que não houve vazamento.

# Lula fala em matança no Rio e afirma que operação com 121 mortos foi desastrosa

Presidente deu declaração em entrevista a veículos internacionais em Belém; ação policial é alvo de embate entre gestões federal e estadual

Mariana Brasil

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falou em matança e chamou a operação policial que matou 121 pessoas no Rio de Janeiro de “desastrosa”, durante entrevista a veículos internacionais nesta terça-feira (4). “O dado concreto é que a operação do ponto de vista da quantidade de mortes as pessoas podem considerar que ela foi um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, eu acho que ela foi desastrosa”, declarou.

“Nós inclusive estamos tentando ver se os legistas da Polícia Federal participam da investigação do processo. Vamos ver se a gente consegue fazer essa investigação porque a decisão do juiz era uma ordem de prisão, não tinha uma ordem de matança, e houve a matança. Acho bom especificar em que condições ela se deu.”

A declaração a veículos internacionais, entre eles, Reuters, AFP, AP e Xinhua, foi feita durante sua passagem por Belém (PA), em decorrência da COP30, a conferência climática da ONU sediada na cidade.

Até o momento, o governo e o próprio presidente, por meio das redes sociais, já haviam se manifestado sobre o caso, falando a respeito da necessidade de haver um trabalho coordenado

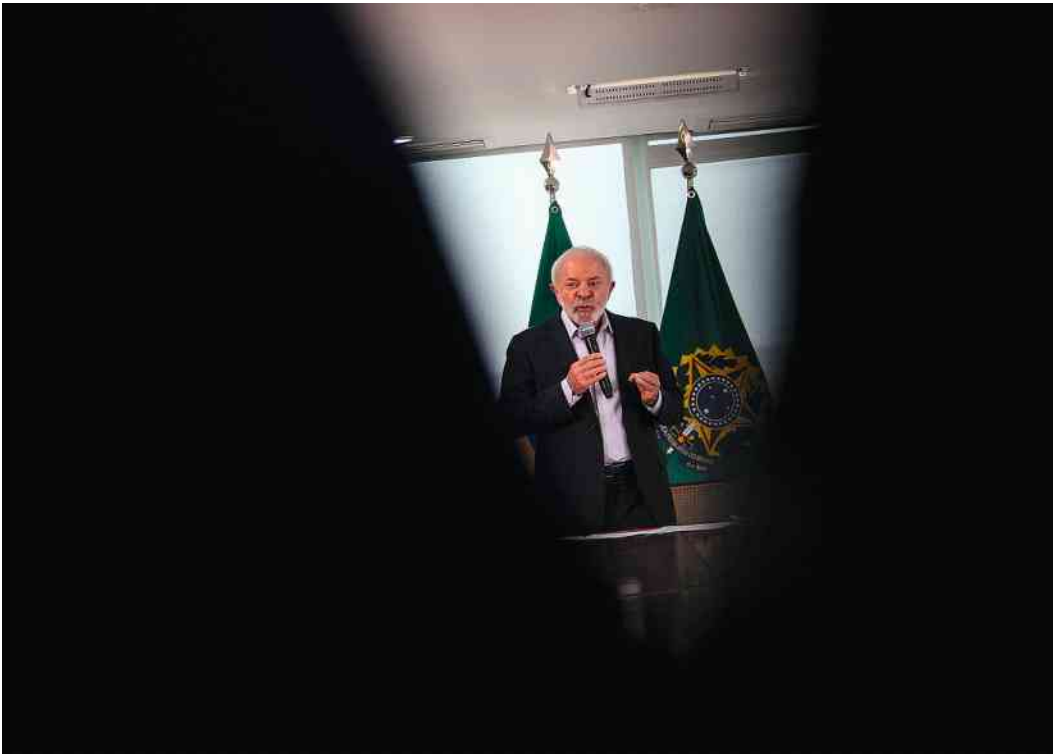
contra o narcotráfico.

Horas após a entrevista coletiva, a conta oficial do presidente no X (antigo Twitter) também publicou uma manifestação sobre o tema, citando o envio ao Congresso do PL Antifacção, que endurece as penas para os crimes relativos a facções criminosas e a PEC da Segurança Pública.

Na semana passada, o governo

federal sancionou um projeto de lei que prevê pena de prisão para quem planeja ataque ou ameaça contra autoridades que combatem o crime organizado. Além disso, a proposta também criminaliza a obstrução de ações contra o crime organizado.

A operação do Rio foi considerada a mais letal da história do estado. Diante do fato, o gover-



O presidente Lula (PT) em evento no Palácio do Planalto Gabriela Biló - 31.out.25/Folhapress



## CV empregou 500 homens em reação à megaoperação

O governo do Rio de Janeiro estima que o Comando Vermelho empregou cerca de 500 homens na reação contra a megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou 121 mortos (sendo quatro policiais e 117 suspeitos).

O número de suspeitos mortos representaria 23,4% do total de homens empregados pela facção. O número consta do relatório assinado pelo governador Cláudio Castro (PL) e entregue ao ministro Alexandre de Moraes, do STF.

no Lula travou embate com o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), que acusou o governo federal de ter faltado com apoio à gestão estadual e negado três pedidos de ajuda às Forças Armadas.

As declarações foram rebatidas por meio de nota e em falas públicas dos ministros de governo. O chefe da pasta da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, negou as acusações de Castro horas depois, durante entrevista coletiva.

Conforme mostrou a Folha, auxiliares do presidente relatam que, desde seu retorno da viagem à Ásia na semana passada, o petista tem dado prioridade ao assunto e cobrado celeridade de sua equipe para o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei chamado de antifacção, que busca atualizar a Lei das Organizações Criminosas e outras normas.

Apesar de a segurança pública ser um tema de competência dos estados, há avaliação entre aliados do presidente de que essa crise poderá afetar a imagem da gestão petista, que vinha em uma espécie de maré positiva nas últimas semanas, com melhoria nos índices de aprovação.

Na ausência de Lula, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, realizou na semana da operação uma reunião de emergência sobre o tema com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), Macaé Evaristo (Direitos Humanos), Sidônio Palmeira (Secom) e Jorge Messias (AGU), além do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Manoel Carlos de Almeida Neto.

Já à noite, após a reunião entre os ministros em Brasília, o governo emitiu uma nova nota, voltando a negar as acusações de Castro e informando que os ministros iriam ao estado nesta quarta. O governador fluminense participou de parte da reunião por telefone.

## Bahia faz ofensiva contra núcleo do Comando Vermelho em Salvador com 37 presos e 1 morto

João Pedro Pitombo

SALVADOR As forças de segurança da Bahia lideraram uma ofensiva contra integrantes da facção criminosa Comando Vermelho nesta terça-feira (4) que resultou na prisão de 37 suspeitos.

A Operação Freedom, liderada pela Polícia Civil, teve como o objetivo de desarticular os núcleos armado e financeiro do Comando Vermelho que atuam no bairro da Liberdade, em Salvador.

Um suspeito foi morto no bairro do Uruguai, em Salvador. A Polícia Civil informou que ele resistiu à prisão e atirou contra os policiais.

Dentre os presos estão Luís Lázaro Santana Alves, apontado como líder da facção criminosa do bairro da Liberdade, e Marielle Silva Santos, esposa dele e suspeita de ser responsável pela lavagem de dinheiro do grupo criminoso. Os dois foram localizados em Eusébio, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Também foi preso um homem que tinha mandado de prisão expedido por tráfico de drogas no Rio de Janeiro, mas estava escondido na Bahia.

A Justiça ainda determinou o bloqueio de 51 contas bancárias ligadas ao grupo investigado. Os investigadores estimam que os valores em cada conta bancária podem chegar a R\$ 1 milhão.

“Apesar de ter como meta principal o combate aos crimes violentos, essa operação também atinge o núcleo financeiro da facção com o sequestro das contas em que havia o trânsito do dia a dia do negócio do tráfico de drogas”, afirmou o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner.

Nove mulheres foram presas na operação, todas investigadas por crimes de lavagem de dinheiro e associação ao tráfico.

Mais de 400 policiais civis e militares participam da operação, cujo objetivo é enfraquecer a estrutura criminosa, apreender ar-

mas e bens, prender lideranças e interromper o fluxo de recursos ilícitos usados para sustentar o domínio territorial e a prática de homicídios.

A operação conta com o apoio da Polícia Civil do Ceará e da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco) da Bahia, que reúne forças de segurança federais e estaduais na Bahia.

Na semana passada, uma operação contra o Comando Vermelho no Rio de Janeiro deixou ao menos 121 mortos e foi a mais letal da história do Brasil. A Operação Contenção indicou a existência de um esquema de intercâmbio e de proteção entre o Comando Vermelho e os líderes de suas bases em estados do Norte e Nordeste que estavam no Rio.

A facção criminosa atua em ao menos 22 estados brasileiros, aponta o Relatório do Mapa de Ocrim (Organizações Criminosas) 2024, elaborado pelo Ministério da Justiça e divulgado em setembro do ano passado. O



## Alvos de ação são suspeitos de homicídio

Os alvos da operação realizada nesta terça (4) são suspeitos de crimes como homicídios e tráfico de drogas em Salvador. Segundo a Polícia Civil, os resultados da ação contribuem para a elucidação de cerca de 30 assassinatos.

Em Salvador, o cumprimento das ações se concentrou nos bairros da Liberdade, Pernambués, Nandiba, Uruguai e Areia Branca, todas áreas de atuação do Comando Vermelho. A operação também prendeu suspeitos nos municípios de Aratuípe e Ilhéus, no sul da Bahia.

mesmo relatório revelou que ao menos 21 facções criminosas atuam na Bahia.

O Comando Vermelho se estabeleceu no estado a partir de 2020. As investigações apontam que este foi o ano em que o grupo criminoso do Rio de Janeiro absorveu a facção local Comando da Paz.

A aliança abriu novas rotas para a aquisição de drogas e armas no estado e acirrou a violência na disputa por territórios em bairros periféricos de Salvador e do interior, inclusive em municípios de pequeno porte.

A principal adversária é a facção local BDM (Bonde do Maluco), que é aliada do PCC (Primeiro Comando da Capital), de São Paulo.

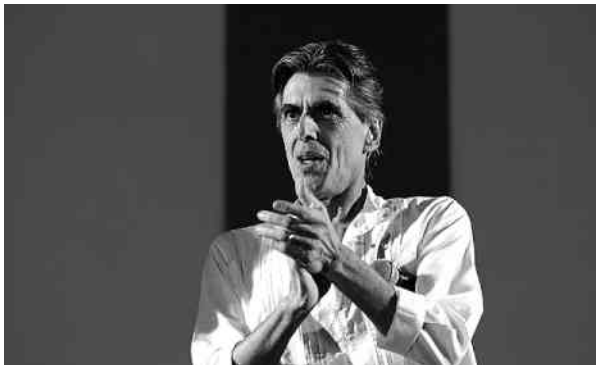
A Bahia é líder em letalidade policial dentre os estados brasileiros em números absolutos. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública mostram que, entre janeiro e setembro, foram 1.252 mortes por ação policial.

O governo Jerônimo Rodrigues (PT) estipulou como meta reduzir em 10% por semestre os indicadores de mortes decorrentes de ações policiais ao longo de três anos.



MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Pedro Ventura/Agência Brasília

LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS (1954 - 2025)

Homem do teatro, ajudou a construir cena de Brasília

Atuou na gestão pública e criou principal festival cênico do Centro-Oeste

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Guilherme Reis acumulava funções no teatro: ator, diretor, iluminador, cenógrafo e produtor. Quando questionado sobre sua profissão, respondia “sou uma pessoa de teatro”. Sua atuação marcou Brasília, tanto em cena quanto nos bastidores. Começou a fazer teatro na capital federal quando ela ainda se estruturava. Desenvolveu tantas habilidades pelo impulso de ver as cortinas se abrirem.

“Tinha um pensamento sobre o teatro muito bonito. Ele considerava um ofício transformador, achava que a arte é revolucionária”, diz a mulher, Carmem Moretzsohn, 65. Luis Guilherme Almeida Reis nasceu em Goiânia, em 24 de novembro de 1954. Era um dos cinco filhos do carioca André com a goiana Zilar, que foram para Brasília no ano da inauguração, 1960.

Cada irmão tinha um apelido, ele era Guila. Criado em uma das casas geminadas da Asa Sul, o menino adorava passear descalço pelas ruas. Andava de bicicleta, brincava de guerra de mamona e jogava futebol.

A cultura estava presente em casa. A mãe havia cedido o quintal para a realização de sessões de cinema. O pai foi dono da primeira loja de discos da cidade.

Mas foi no colégio experimentou o fazer artístico. Começou pela fotografia, mas, aos 17 anos, ao passar pela sala de teatro, foi espiar pela cortina. Daquele momento, seguiu o encanto dos palcos.

Até ingressou em curso de outra área na Universidade de Brasília, mas largou. Por mais de cinco décadas, atuou em espetáculos. Em uma temporada em São Paulo, foi dirigido por Antônio Abujamra. Também assinou direções, como “A Revolução dos Bichos”.

“Trabalhamos em muitos espetáculos juntos. Era acelerado e cheio de ideias, uma pessoa alegre, excelente parceiro de trabalho e supersolidário”, diz a atriz Iara Pietricovsky, 71. Guilherme esteve na organização das duas edições do Festival Latinoamericano de Arte e Cultura (Flaac) e trabalhou na Fundação Brasileira de Teatro. À época, fez campanha de revitalização do Teatro Dulcina de Moraes que teve apoio de Fernanda Montenegro e Marília Pêra. Em 1995, criou seu maior projeto, o festival Cena Contemporânea, que se consolidou como um dos cinco maiores do país. Foram 26 edições, sob sua batuta.

Entre 2015 e 2018, assumiu a Secretaria de Cultura do DF. Como marcas de sua gestão ficaram a Lei Orgânica da Cultura e reformas de espaços. No primeiro ano, presidiu o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. Nos últimos anos, mantinha o Espaço Cena, no qual dirigiu sete espetáculos. Gostava de tecnologia, tênis e F1.

Há quase 20 anos, tratava doença pulmonar crônica. Morreu em 24 de setembro, aos 70, após dias internado na UTI. Deixa a mulher, Carmem, e dois filhos, Gabriel, 47, e Marina, 27. Também ficam nora, Melina, e neta, Zilah, além de três irmãos e sobrinhos.

**O QUE FAZER EM CASO DE MORTE**  
**Serviço Funerário Municipal de São Paulo** Central 156  
Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario  
**Anúncio pago na Folha** Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069.  
Seg. a sex.: 10h às 19h.

Senadores elegem governista na CPI do crime organizado, em alívio para o Planalto

Presidência ficou com o senador Fabiano Contarato (PT-ES), que venceu Hamilton Mourão (Republicanos-RS) por apenas um voto

Raquel Lopes

BRÁSILIA A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado sobre o crime organizado foi instalada nesta terça (4) e será presidida por um governista, o senador Fabiano Contarato (PT-ES).

A escolha trouxe alívio ao governo federal, que temia que a CPI, sob controle da oposição, pudesse gerar ainda mais desgaste político para o governo Lula.

O placar foi de 6 a 5 na disputa contra o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que passou a ser o vice da comissão.

A CPI terá 11 titulares e 7 suplentes. Os titulares, pelo lado da oposição, são Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES), Marcos do Val (Podemos-ES), Marcio Bittar (PL-AC) e Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Já o governo escalou como titulares os senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Fabiano Contarato (PT-ES), Otto Alencar (PSD-BA), Jorge Kajuru (PSB-GO), Angelo Coronel (PSD-BA) e Alessandro Vieira (MDB-SE).

“Não permitirei que o debate sobre segurança pública seja sequestrado por discursos fáceis e populistas. O combate ao crime organizado exige seriedade e inteligência, não pirotecnia”, disse o presidente da CPI após a escolha.

Na ocasião, ele criticou as 121 mortes na megaoperação do RJ. “Por mais que as operações sejam necessárias, jamais podemos comemorar a morte de qualquer pessoa.” Os senadores aproveitaram para fazer um minuto de silêncio em homenagem aos quatro policiais mortos na ação.

Também nesta terça, o colegiado aprovou convites para ouvir governadores, entre eles Cláudio Castro (RJ) e Tarcísio de Freitas

(SP), além dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e José Mucio (Defesa), do governo Lula. Ao todo, 38 pessoas foram convidadas, incluindo jornalistas e especialistas em segurança pública como o promotor Lincoln Gakiya e o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Renato Sérgio de Lima.

Para não repetir o revés sofrido em agosto, quando a oposição emplacou os dois principais cargos da CPI mista do INSS, o governo Lula contou votos e colocou os nomes dos senadores petistas Fabiano Contarato (ES) e Jaques Wagner (BA) como opções para a presidência. A oposição defendia representante da própria bancada. O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) entrou na disputa para a presidência.

O senador Alessandro Vieira, que foi escolhido relator da CPI e é autor do requerimento de criação da comissão, propôs a divisão do trabalho em tópicos temáticos: domínio territorial;

lavagem de dinheiro; sistema prisional; corrupção ativa e passiva em todos os setores; rotas para transporte de mercadorias ilícitas; crimes praticados por facções (tráfico de armas, contrabando, sonegação, furto, estelionato, crimes digitais); necessidade de integração dos órgãos, com destaque para as rotas usadas por facções; além de medidas de prevenção e repressão ao crime e, por último, orçamento.

Vieira defendeu em entrevista à **Folha** que “vaidades politiquieras” fiquem de lado. “As [as leis] são importantes, mas não vão mudar o cenário só pela existência delas. Porque nós temos problemas que são de gestão, de execução, de orçamento. E isso vai se resolver dentro de uma construção política, que acho que a CPI pode ajudar a viabilizar.” Ele também defende é que o tema seja discutido na CPI também por quem vive em áreas dominadas por facções. “Se necessário, vamos ouvi-las em sessão fechada.”



O senador Fabiano Contarato (PT-ES) Edilson Rodrigues/Agência Senado

Câmara quer votação casada de PL Antifacção e elevação a terrorismo

Victoria Azevedo e Carolina Linhares

BRÁSILIA A cúpula da Câmara dos Deputados trabalha com a expectativa de levar à votação no plenário da Casa, até a próxima semana, dois projetos voltados ao combate do crime organizado após a megaoperação contra o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, ter deixado 121 mortos.

A ideia é que sejam votados o projeto de lei Antifacção, enviado pelo governo Lula (PT) na semana passada, e outro que equipara organizações criminosas a terroristas, defendido por parla-

mentares e políticos de direita.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), trabalha com o cenário de votar as duas propostas na mesma semana, numa sinalização simultânea a governistas e oposicionistas.

O projeto Antifacção tem como uma das novidades instituir o tipo penal de “organização criminosa qualificada”, com pena que pode chegar a 30 anos de prisão.

Motta já afirmou que dará prioridade à matéria, que é alvo de críticas da bancada da bala. Além desse projeto, o governo considera prioritária a aprovação da PEC da Segurança. Na semana passa-

da, Motta definiu cronograma da tramitação da PEC, com divulgação do relatório em 4 de dezembro e votação ainda neste ano.

O outro projeto, de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), amplia o alcance da Lei Antiterrorismo, passando a incluir organizações criminosas e milícias privadas. Ele seria analisado nesta terça na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Casa, mas a votação foi adiada após pressão de integrantes e parlamentares governistas, contrários ao texto. Eles alegam que a proposta pode trazer riscos à soberania brasileira, abrindo espaço para intervenções estrangeiras no país.

Em conversas, Motta sinalizou que poderá levar o texto direto para a votação em plenário.

# Maria e José são os nomes mais comuns no território brasileiro, informa o IBGE

Nos sobrenomes, Silva lidera, presente em 34 milhões de pessoas (16,8% da população), seguido por Santos, com 21,4 milhões (10,5%)

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) anunciou nesta terça (4) que Maria é o nome mais popular do país, alcançando quase 12,3 milhões de pessoas em 2022, o equivalente a 6,1% do total contabilizado no Censo Demográfico. José vem na sequência, com quase 5,2 milhões de habitantes (ou 2,5%). Os dois já lideravam a lista no Censo anterior, relativo a 2010. O ranking está disponível em um site do IBGE chamado Nomes no Brasil —pode ser acessado no link <https://censo2022.ibge.gov.br/nomes/rankings>. A plataforma permite conferir os nomes e os sobrenomes mais comuns, incluindo recortes de sexo, período de nascimento e localidades (unidades da Federação e municípios).

Segundo o IBGE, os registros de nascimento de Marias vêm se recuperando. Após alcançar pico nos anos 1960, quando quase 2,5 milhões de crianças nascidas no país receberam esse nome, o número foi caindo década a década, até atingir 564,3 mil nos anos 1990. Os registros voltaram a subir nos anos 2000, alcançando 1,3 milhão de 2010 a 2019. De 2020 a 2022 (um período menor), foram 571,1 mil registros.

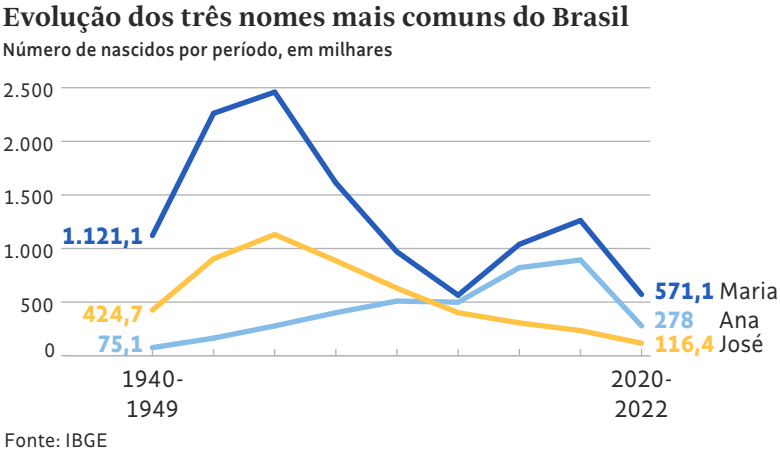
O estado do Ceará tem a maior concentração de Marias: 12,6% da população responde por esse nome. Na cidade cearense de Morrinhos (a 215 km de Fortaleza), 22,3% dos moradores vão atender se alguém chamar por Maria. É o maior percentual entre os municípios.

Em uma situação hipotética, se todas as pessoas chamadas Marias (12,3 milhões) vivessem em uma única cidade, formariam a mais populosa do país. Como comparação, o número de Marias é quase 7,3% superior ao total de habitantes de São Paulo. A capital paulista tinha 11,5 milhões de moradores em 2022, o maior contingente do Brasil.

“Assim como José é o nome masculino mais comum, Maria é o nome feminino mais comum do Brasil. Essa popularidade, entretanto, não está limitada apenas ao país”, diz o site do IBGE.

“Contando com suas variações, como Mary e Marie, Maria é o nome mais comum no mundo. Só na Espanha, por exemplo, cerca de 24% das mulheres têm Maria no nome”, acrescenta o órgão.

O IBGE também divulgou pela primeira vez um recorte sobre os sobrenomes da população. Silva é o mais comum, com 34 milhões. Significa que 16,8% da população recenseada compartilhava esse sobrenome em 2022.



A cidade de Belém de Maria, em Pernambuco, tem a maior concentração. Uma parcela de 63,9% dos moradores carregava o sobrenome Silva. Entre os estados, Alagoas ocupa o topo (35,8%). Santos é o segundo colocado no ranking, com 21,4 milhões de pessoas (10,5% da população). O IBGE aponta que, na cidade sergipana de Divina Pastora, 65,4% dos moradores são Santos. O estado tem 43,4% de sua população com esse sobrenome. O instituto afirma que contabilizou quase 130 mil nomes próprios no Brasil, além de mais de 200 mil sobrenomes.

Há outras curiosidades nos dados. O Brasil tinha 2.443 pessoas cujo primeiro nome era Neymar em 2022. Desse contingente, 1.468 nasceram no período de 2010 a 2019, o equivalente a cerca de 60%. A explosão coincide com a evolução da carreira do craque do Santos. Neymar fez sua estreia no time profissional do clube paulista em 2009.

Os dados também indicam que o Brasil tinha 404,1 mil Enzos em 2022. O nome se tornou mais conhecido a partir dos anos 2000 e ganhou força de 2010 a 2019, quando nasceram 248,3 mil. A idade mediana dos Enzos era de apenas 6 anos em 2022.

O IBGE disse que é possível ver o declínio de alguns nomes, que se refletem em idades medianas mais altas, como Osvaldo e Te-

## 404,1 mil

Enzos existem no Brasil, segundo os dados de 2022 do Censo do IBGE, que listou entre aqueles com apenas 20 pessoas os nomes de Abao, Abeir, Aquilo, Acrinaldo, Ashton, Chein, Natanagildo, Vitohugo, Vitctoria, Vitalicia, Wiki, Zulu e Zuraia.

rezinha (62 e 66 anos). O órgão também destacou a ascensão de nomes que possuem idades medianas bem mais baixas. Gael e Helena (1 e 8 anos, respectivamente) são exemplos.

O Brasil tinha mais de 4.000 nomes usados por apenas 20 pessoas cada em 2022. São os registros menos populares da lista.

O IBGE não detalhou aqueles com menos de 20 pessoas no país. Essa decisão busca garantir o princípio do sigilo estatístico, evitando a identificação de um habitante, segundo o órgão. Entre aqueles com apenas 20 pessoas, há registros como Abao, Abeir, Aquilo, Acrinaldo, Ashton, Chein, Natanagildo, Vitohugo, Vitctoria, Vitalicia, Wiki, Zulu e Zuraia.

O instituto organizou evento de lançamento do site no centro do Rio de Janeiro. A cerimônia foi agendada para as 10h desta terça, mas já era possível acessar os dados no endereço antes do horário. Esse tipo de situação é incomum nas divulgações do IBGE.

O Censo foi a campo a partir de 1º de agosto de 2022, após dois anos de atraso em razão das restrições da pandemia e da escassez de orçamento no governo Jair Bolsonaro (PL). A pesquisa contabilizou 241 pessoas com o sobrenome Bolsonaro, que estava longe de ser um dos mais comuns. Correspondia a apenas 0,0001% do total encontrado pelo IBGE.

O recenseamento também contabilizou 2.452 habitantes com o sobrenome Lula. Ele tampouco estava entre os mais mais frequentes —era equivalente a 0,001% do total. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disputou as eleições de 2022, vencendo Bolsonaro. Segundo informações publicadas em perfis do petista, o mandatário incluiu o apelido Lula em seu registro no cartório em 1982. O objetivo teria sido facilitar a identificação em urnas e cédulas de votação.

Segundo o Censo, Lula era o primeiro nome de 220 habitantes em 2022. Bolsonaro não aparece na lista de nomes, apenas na relação de sobrenomes.

## A escola especial e o tutelar das vidas

Inclusão escolar enfrenta resistência e ataques ideológicos no Brasil

Jairo Marques

Jornalista pós-graduado em jornalismo social pela PUC-SP. É cadeirante desde a infância

Sinto arrepios quando vejo gente achando absolutamente razoável tutelar a vida e o destino de pessoas com deficiência alegando, de maneira enfática, que elas não podem tomar nenhuma decisão por si mesmas, medida que nutre uma dependência eterna para tudo e que perpetua o assistencialismo da pior qualidade.

A máquina de fazer pessoas vivendo em círculos viciosos de restrições de possibilidades e de atuação em sociedade envolve uma gama de vendedores de milagres terapêuticos fantasiados de profissionais sérios e sábios por defender vagos conceitos de neurodivergência, instituições privadas que temem por cessarem avalanches de emendas parlamentares caridosas e também famílias.

Reivindicar que crianças com alguns tipos de deficiência precisam de apoios variados para terem melhor qualidade de vida e defender que existam espaços complementares à escola que possam recebê-las e as façam evoluir é uma coisa e tem seus aspectos incontestáveis de relevância.

Impor que apenas espaços exclusivos, que concentram meninos e meninas com diferenças físicas, sensoriais e intelectuais, são capazes de dar um bom destino aos tenros vivos, defender que apenas ali eles estarão protegidos e vão progredir é algo amargo de se entender. Reconheço a força de argumentos como: “você escreve isso porque não conhece a realidade”, “então vem cuidar do meu filho aqui”, “você quer que minha criança morra sem aprender nada”, “as escolas convencionais não estão preparadas”.

Mas são frases assim que tiraram o debate do campo do direito das pluralidades humanas, o que inclui estar junto, ter cidadania e poder se manifestar no mundo à sua maneira, e criam um poder tutelar absoluto, posto nas mãos não só de pais e mães, mas de supostos entendidos, de médicos e até de políticos.

É evidente que os problemas da escola inclusiva, que passam pela capacidade dos professores, soterram esperanças de bom acolhimento e perspectiva de avanços, que faltam recursos e práticas ideais, mas me parece brutal querer tirar de multidões de crianças, principalmente, o que pode ser a única oportunidade de se sentir como parte do todo.

Os esforços de criar ambientes de intenso fomento a uma nova maneira de atuar e agir com as diferenças, que são as escolas inclusivas, têm rotineiramente sido atacados no Brasil, ganhando contornos de confrontos ideológicos. Quem mais perde são os tutelados, uma vez que cumprem sentenças de não saber, não poder, não querer, não ver e não conseguir.

Sempre me pergunto como o conjunto social conseguirá dar suporte às realidades dos que divergem ao típico se não teve o mínimo de conhecimento sobre suas formas de estar no mundo e suas maneiras de manifestação. Uma dor profunda e muito comum de familiares de pessoas com questões intelectuais, por exemplo, é quem cuidará de seus frutos no futuro, quando já não mais puderem.

Não vejo respostas contundentes para isso —a não ser que haja celeiros de gente— se continuarmos suplantando o presente, sem dar visibilidade às causas por meio da construção de laços ou identificações que começam na infância, começam na escola de todos.

# Professora usa neurociência e ‘mala de sonhos’ para alfabetizar no Recife

Fabiana Lira, 47, estimula na rede pública crianças a expressar o que sentem, ainda que de forma silenciosa, e torna aluno protagonista de tudo o que aprende na escola

## QUEM ENSINA O BRASIL

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Fabiana Lira, 47, chega para dar aula na Escola Municipal Paroquial Cristo Rei, no Recife, carregando uma mala de rodinhas colorida. Dela, sai uma bagagem que faz brilhar os olhos das crianças: muitos livros de histórias e um boneco representando o personagem de uma delas.

A “mala de sonhos”, como foi batizada pela professora, é um dos recursos que ela usa para despertar o interesse da turma do segundo ano do ensino fundamental —um período crucial da escolarização, quando se aprende a ler e a escrever.

Fabiana dá aula há 24 anos e, há 15, é professora alfabetizadora da rede pública. Ela também trabalha com formação docente, ajudando a preparar outros colegas para essa missão. “Sempre amei a língua portuguesa. Escolhi essa área dentro da educação porque sinto um encantamento pela aprendizagem das crianças que estão descobrindo a leitura. Vejo uma magia em poder proporcionar essa imersão no mundo do letramento”, conta.

Além da “mala dos sonhos”, outros recursos que ela utiliza para incentivar o amor pelas palavras são blocos tipo Lego, músicas e jogos. Pensando na inclusão, ela ensina o básico de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para os estudantes. “Eu sigo a política de ensino da rede do Recife, mas, dentro dessa política, tento tornar o aprendizado prazeroso com recursos lúdicos. Uso a arte para proporcionar essa ideia de sonho, de imaginação. Meus alunos já sabem que, quando essa mala chega na escola, tem novidades atrativas para eles”, diz.

Fabiana busca tornar as crianças protagonistas da aprendizagem: elas contam histórias para os colegas, escrevem passos da rotina na lousa e participam de rodas de conversa, escrita coletiva e projetos literários. “Vou criando espaços de escuta e expressão, para elas compreenderem que ler e escrever tem sentido para a vida delas, que é algo que vai além do que está nos livros.”

Os conhecimentos que ela adquiriu durante pós-graduação em neuropsicopedagogia ajudam a fundamentar essa prática. “Essa pós me ajudou a entender como o cérebro funciona, por que o aluno aprende ou não, qual é a relação com as emoções e os comportamentos. Com isso, posso preparar aulas que chamem a atenção das minhas crianças, para elas chegarem no aprendizado necessário”, conta.

As crianças são estimuladas a expressar o que sentem, mesmo que de forma silenciosa, em um “pote das emoções”. Ensinar a li-



Fabiana Lira, 47, faz atividade de leitura com estudantes Luara Olívia/Reprodução TV Folha

### Fabiana Lira 47 anos

Professora há 24 anos

Para quantos  
alunos dá aula 27

Formação  
Pedagogia, com  
pós-graduação em  
neuropsicopedagogia

Disciplinas  
professora regente  
de classe do 2º ano do  
ensino fundamental

59%  
das crianças brasi-  
leiras estão alfabeti-  
zadas na idade certa  
(ao final do 2º ano do  
ensino fundamental),  
segundo o ICA (Índice  
Criança Alfabetizada)  
de 2024



### Entenda a série

Série de reportagens em parceria com a organização Todos pela Educação, iniciada no mês que celebra os professores (outubro), conta a trajetória, a rotina e os métodos de ensino de quatro docentes de diferentes lugares do país, mostrando como os grandes desafios da educação são enfrentados diariamente por pessoas reais, dentro da sala de aula, com criatividade, resistência e compromisso.

dar com os sentimentos ajuda a criar repertório emocional que pode ser transformador, levando em conta que o entorno da escola é área com histórico de violência.

“Muitos alunos convivem com essa realidade violenta, e eu trouxe as emoções para a sala de aula para eles entenderem que pode ser diferente, que a gente pode respeitar o próximo, dialogar, ter amabilidade”, diz Fabiana.

Para lidar com um dos grandes desafios do professor alfabetizador —os diferentes ritmos de aprendizado de cada aluno—, ela organiza a sala em diferentes espaços. Assim, crianças no nível pré-silábico recebem um tipo de atividade, enquanto aquelas no silábico-alfabético trabalham com outros exercícios.

Mas Fabiana esbarra na falta de assiduidade. “Ser professor na rede pública não é simples. Alguns alunos faltam demais e isso é desgastante, quebra a rotina. Tenho que estar sempre indo e voltando com o meu planejamento para não deixar nenhuma criança para trás. Isso é muito frustrante.”

Apesar das dificuldades, ela

continua plantando sementes. “Eu sei que eu vou deixar algo ali naquelas vidas. Tenho a convicção de que a educação é um caminho transformador.”

O Brasil vem melhorando no indicador de alfabetização na idade certa: se no início dos anos 2000 apenas 30% das crianças estavam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental, hoje esse percentual está próximo de 60%.

As desigualdades regionais, porém, são enormes: enquanto o Ceará tem a melhor taxa do país, com 85%, na Bahia só 36% das crianças são alfabetizadas na etapa correta. Pernambuco, onde Fabiana Lira dá aula, ficou na média nacional.

Para Priscila Cruz, presidente executiva do Todos pela Educação, é preciso reconhecer os avanços. “A educação se tornou política pública nacional só no final dos anos 1990. Não vamos chegar aos 100% de alfabetização na idade certa amanhã, mas estamos a caminho dos 100%.”

Ela critica, porém, dois pontos relacionados à formação em pedagogia: a falta de conhecimen-

tos de didáticas específicas e o alto índice de cursos na modalidade EAD (ensino a distância).

“O curso de pedagogia tem sido fortemente afetado pela precarização. O professor alfabetizador é aquele que olha no olho da criança. Essa vivência de sala de aula é fundamental.”

Cruz destaca a necessidade de investir na educação infantil e em políticas públicas para a primeira infância —etapa em que se formam 90% das conexões cerebrais. “A criança não começa a aprender quando entra no primeiro ano, mas muito antes. É importante o acesso a saneamento básico, livros e boas creches desde cedo. Isso cria terreno fértil para a alfabetização.”

Márcia Ferri, gerente de políticas públicas em alfabetização do Instituto Natura, destaca a importância de as escolas criarem um “ambiente leitor rico”, com salas de aula que tenham livros de fácil acesso para os estudantes e professores que não leiam as histórias de forma robótica. “Essa abordagem é fundamental para o desenvolvimento das crianças, especialmente aquelas mais vulneráveis, que não encontram esse ambiente em casa.”

Mas Ferri também aponta fatores externos ao professor, como a baixa valorização da carreira docente, a falta de suporte pedagógico, materiais didáticos de baixa qualidade e uma formação pouco conectada com a prática.

“O professor chega numa turma querendo alfabetizar 100% das crianças. Mas ele sozinho não vai conseguir. Muitos relatam sentimento de solidão e acabam adoecendo emocionalmente.”

“A alfabetização na idade certa é uma agenda capaz de transformar toda a educação brasileira, porque vai destravando os resultados de etapas de ensino subsequentes. E esses resultados têm impacto para a vida toda”, afirma Ferri.

Este texto faz parte da série Quem Ensina o Brasil, uma parceria da **Folha** com a organização Todos pela Educação. Colaborou **Luara Olívia**, do Recife

## classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse [folha.com/classificados](https://folha.com/classificados) ou ligue **11 3224-4000** whatsapp **11 9 9646-9069** [classifiedos@grupofolha.com.br](mailto:classifiedos@grupofolha.com.br)

### NEGÓCIOS

#### LEILÕES

**LEILÃO DE ARTE 06/11 ÀS 20:18H**  
Online: [larremate.com/](https://larremate.com/) Sérgio Altit, Leiloeiro J.440, 106 LOTES 96 Quadros, 8 esculturas e 2 objetos. (11) 3721-9676

#### ACOMPANHANTES

**AMANDA**  
Complettinha - Av Jabaquara 2604 MT.S.Judas A/C e PIX seg.sáb. F: (11) 2362-8122.



### MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 215/2025

Objeto: “AQUISIÇÃO DE ARCO CIRÚRGICO, APARELHO DE VIDEOLAPAROSCOPIA E APARELHO DE ANESTESIA”

Processo administrativo: 15.586/2024-D

Data e hora do pregão: 28/11/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão pública: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

Critério de julgamento: Menor preço

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

Tipo de licitação: Ampla concorrência com tratamento favorecido para ME e EPP

Uasg de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites [www.praiagrande.sp.gov.br](http://www.praiagrande.sp.gov.br), [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 30 de outubro de 2025

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA - Secretário Municipal de Saúde Pública

# Dez anos após tragédia de Mariana, atingidos relatam perda de tradições

Ausência de senso de comunidade e afastamento transformaram vida de moradores

Artur Búrigo e Pedro Ladeira

**MARIANA (MG)** Eram 17h de uma quinta-feira quando a *Folha* visitou o reassentamento de Bento Rodrigues, a cerca de 24 km do centro de Mariana, na região central de Minas Gerais. O local reúne parte dos atingidos que moravam no antigo subdistrito atingido há dez anos pela lama da barragem de Fundão, que pertencia à Samarco, empresa controlada pelas mineradoras Vale e BHP.

A tragédia que matou 19 pessoas é considerada como o maior desastre ambiental do país.

Durante cerca de uma hora no local, a reportagem avistou quatro pessoas transitando pelas ruas. Para os moradores ouvidos, a situação não é incomum e representa uma nova realidade dos atingidos: a identificação e o senso de comunidade que existiam no “Bento de origem” não se repetem no reassentamento, uma espécie de subúrbio construído pela Fundação Renova.

A entidade, criada para gerir os recursos de reparação da tragédia, foi desmobilizada a partir do acordo de repactuação assinado no ano passado e suas obrigações passaram a ser da Samarco.

Manoel Marcos Muniz compara a situação do local com a das ruas do país nas primeiras semanas da pandemia de Covid-19. “O pessoal fala que dificilmente você vê um morador transitando na rua. É cada um na sua casa, no seu canto. Faz muita falta na questão do convívio, de pessoas conversando, seja ali na praça, sentar, tomar uma cerveja, ver os meninos brincando”, afirma o atingido, conhecido como Marquinhos.

Apesar de a Samarco afirmar que todas as obras do reassentamento ficaram prontas no fim de julho, ele é um dos atingidos que ainda não tiveram a chave do imóvel entregue.

A mineradora afirmou que seis imóveis adicionais foram definidos pelos moradores após a homologação da repactuação e a previsão é que essas casas sejam concluídas até o fim de 2026.



O novo subdistrito de Bento Rodrigues, construído como reparação aos atingidos, que fica a 9km do local devastado pela barragem e a 24 km do centro de Mariana

Pedro Ladeira 16.out.25/Folhapress

“389 obras estão finalizadas, incluindo 22 bens públicos, como escolas, postos de saúde, cemitérios, praças e sistemas de água e esgoto, além de moradias, comércios, sítios e bens privados, como associações e igrejas”, informou a mineradora, em nota.

Marquinhos atribui o distanciamento entre vizinhos ao período em que eles ficaram sem contato desde a tragédia de 2015 até a entregas das primeiras casas no “novo Bento”, em 2023, e ao fato de alguns terem escolhido receber a indenização em vez de uma nova casa. Mas, acima de tudo, há a falta de identificação com o novo território.

O atingido destaca que os habitantes daquele local moravam em casas construídas por antepassados e tinham a intenção de manter as raízes familiares no local, de características rurais.

“Nós já tínhamos escolhido, eu e a minha esposa, viver o resto da vida em Bento Rodrigues. É nossa origem, nessa terra onde o nosso umbigo está enterrado, é

aqui onde crescemos jogando bola”, diz, antes de apontar para um local onde ficava a praça —hoje irreconhecível diante do acúmulo de rejeitos no local.

No dia 5 de novembro de 2015, data do rompimento da barragem, Marquinhos estava aposentado havia um ano e um dia de seu trabalho como operador de bombas na Samarco.

Hoje, ele afirma que seus momentos de maior conforto acontecem quando ele e um grupo de amigos, os chamados “Loucos por Bento”, se reúnem para as festas tradicionais comemoradas no antigo subdistrito. Entre elas, estão a festa do padroeiro São Bento, em julho, e da Nossa Senhora das Mercês, em setembro.

“A gente quer manter as tradições, a cultura do lugar. Bento Rodrigues não acabou. Precisamos manter as memórias e a tradição que um dia foram do meu pai, dos meus avós e das pessoas que viveram aqui com eles”.

Os reassentamentos dos subdistritos de Bento Rodrigues



## Moradora diz temer sumiço de cultura local

A atingida Luzia Queiroz diz temer pelo desaparecimento da cultura da comunidade de Paracatu de Baixo. “Antes a gente tinha tudo, mesmo sem dinheiro. A cultura desse povo é linda e ela está se perdendo. É com muito custo, é muito doído a gente falar que está tentando resgatar e resistir, mas eu já vou adiantando que não vai voltar ao normal”.

A Samarco afirmou que a vida comunitária “tem se fortalecido de maneira constante” nos dois novos territórios, com calendário regular de festividades e tradições culturais.

e Paracatu de Baixo, na zona rural de Mariana, e em Gesteira, comunidade de Barra Longa que também foi inundada pela lama, foram parte das ações de ressarcimento aos atingidos feitas pela Renova.

A previsão era simular no novo local a localização das casas e vizinhança nos territórios antigos.

Em Paracatu de Baixo, onde o reassentamento fica a 5 km do subdistrito de origem e a 36 km do centro de Mariana, a insatisfação com o novo território são semelhantes aos de Bento.

A atingida Luzia Queiroz, que já recebeu sua residência, afirma que o que foi entregue está distante daquilo que foi prometido aos atingidos. “O reassentamento não tem nada parecido com o Paracatu de origem, porque a princípio as casas seriam geminadas, em uma rua comprida, uma igreja, uma praça em estrutura pequena, quase um arraial, mas não foi isso que vimos”, afirma.

Marquinhos e Luzia defendem a atração de turistas para os locais da tragédia para que as histórias e memórias dos subdistritos de Bento e Paracatu sejam conservadas. Para isso, reforçam a importância de um memorial em cada local, algo previsto pelo acordo de repactuação.

O documento determina que as desapropriações serão feitas com recursos da Samarco e a área será tombada. A perda do terreno desagradou aos moradores, que desejariam continuar com a posse dos antigos territórios.

Caberá ao município também fazer um memorial em cada um dos subdistritos.

De acordo com o prefeito de Mariana, Juliano Duarte (PSB), as homenagens serão feitas com a Unesco e em consulta com os atingidos. Os recursos, de R\$ 27 milhões, já foram depositados pela Samarco nas contas da prefeitura.

“A prefeitura não tinha interesse nenhum de realizar [as desapropriações], porque eu tenho muitas outras demandas como poder público e acho muito injusto ter que desapropriar uma área que é dos atingidos, que eles têm um valor sentimental, foram criados, nascidos naquela região”, diz Duarte à *Folha*.

O processo, previsto no acordo para ser iniciado no fim deste ano, ainda depende do encaminhamento da Samarco às autoridades da área exata, com georreferenciamento, a ser alvo das desapropriações.

# Justiça absolve réus do processo criminal do caso da cervejaria Backer

**BELO HORIZONTE** O Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu pela absolvição dos dez réus no processo em âmbito criminal da cervejaria Backer em primeira instância.

Em decisão desta terça-feira (4), o juiz Alexandre Magno de Resende Oliveira afirmou que a absolvição aconteceu baseada na ausência de provas. Ele afirmou, porém, que o resultado em âmbito criminal “não exclui nem atenua, em absoluto, a responsabilidade civil da empresa Cervejaria Três Lobos Ltda”.

Investigações apontaram que dez pessoas morreram desde as primeiras notícias sobre o caso e outras 19 ficaram com sequelas neurológicas, renais ou motoras, intoxicadas por uma substância chamada dietilenoglicol, como apontou o laudo divulgado em 9 de janeiro de 2020.

O produto é usado na indústria como anticongelante e serve para evitar que os líquidos evaporem.

É tóxico e não deveria ter contato com a bebida. A sentença concluiu que a causa da conta-

minação foi um defeito de fabricação no tanque de resfriamento, que permitiu o vazamento da substância tóxica para a cerveja.

O juiz também justificou sua decisão na falta de individualização das condutas de cada réu. Embora a contaminação e os danos às vítimas sejam fatos comprovados, a sentença concluiu que a acusação não conseguiu provar “quem, individualmente, agiu ou se omitiu ‘de forma criminosa’”.

Foram absolvidos os três sócios da cervejaria, Hayan Fran-

**10**

peessoas morreram desde as primeiras notícias sobre o caso; outras 19 ficaram com sequelas neurológicas, renais ou motoras

co Khalil Lebbos, Munir Franco Khalil Lebbos e Ana Paula Silva Lebbos e outros sete réus: Sandro Luiz Pinto Duarte, Christian Freire Brandt, Adenilson Rezende de Freitas, Álvaro Soares Roberti, Gilberto Lucas de Oliveira, Ramon Ramos de Almeida Silva e Charles Guilherme da Silva.

Eliana Reis, mulher de Osvaldo, que teria ficado internado um ano e meio na UTI e morrido após o consumo da cerveja, diz que a decisão representa um “passe livre” para outros tipos de contaminação em bebidas. **AB**



PATROCÍNIO: ambipar

(JBS)

APOIO:

BNDES

GOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

LIBERTA

VALE



Parque da Cidade de Belém, que tem mais de 500 mil metros quadrados e abrigará a COP30, em Belém Anderson Coelho - 25.ago.25/AFP

# Brasil chega à COP30 e muda tom reivindicatório para obter consensos

Itamaraty quer ter papel de mediador de interesses globais e evitar polarizações

Fábio Pupo

**BRASÍLIA** O Brasil chega nesta semana à COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas) planejando exercer um papel de líder no debate climático, mas querendo evitar ser visto como alguém interessado em um dos lados da discussão. O governo quer tirar de sua agenda discursos polarizadores e planeja demonstrar a imagem de um ator confiável em busca de consensos. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, orientou o corpo diplomático a evitar o tom reivindicatório nas discussões ambientais e a exercer, em vez disso, uma liderança moderada.

O objetivo é desempenhar mais o papel de um juiz em busca de acordos do que o de um jogador com interesses isolados. As diretrizes foram repassadas em reunião final de alinhamento no mês passado, após o diagnóstico de que os acordos ambientais na área climática estão estacionados nos últimos dois anos. A paralisia é observada não por falta de engajamento, mas pela dificuldade de conciliar interesses diversos no cenário internacional —principalmente nos temas ligados a financiamento. O cenário é ainda mais desafiador quando considerados o contexto global conturbado, com a recusa dos Estados Unidos de

participar da COP30, e os conflitos geopolíticos, que enfraquecem o debate climático nas diferentes agendas nacionais. Para tentar destravar as discussões, o governo brasileiro quer assumir um papel de facilitador, colocando textos de negociação sobre a mesa e promovendo soluções consensuais. O objetivo é aproximar países com interesses divergentes e favorecer entendimentos técnicos, evitando discursos públicos que podem desagregar os negociadores. Um dos principais temas da COP30, por exemplo, é estabelecer em termos práticos como o mundo vai chegar a US\$ 1,3 tri-

**Organização crê que 100 países entreguem metas**  
Só 64 dos 197 países da convenção do clima da ONU entregaram suas novas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas) no prazo. O limite para exibir os compromissos, com vigência até 2035, venceu em fevereiro e foi prorrogado até setembro. Há a expectativa de receber metas de pelo menos cem países até a COP.

lhão (cerca de R\$ 6,9 trilhões) em financiamento climático até 2035. Um entendimento nesse sentido tem sido desafiador porque países desenvolvidos resistem à elaboração de novos mecanismos financeiros. Mesmo tendo essas e outras prioridades, o Itamaraty quer evitar um discurso acusatório de demanda por recursos dos países ricos. Mesmo a narrativa de vulnerabilidade e equidade de certas economias deve ser usada com cuidado, para evitar interpretações de busca por dinheiro. Entre os temas prioritários da presidência brasileira está a adaptação climática, valorizada pelo potencial de financiamento internacional e pela promoção de cooperação no chamado Sul Global, o grupo de países emergentes. Além disso, o Brasil quer avançar na agenda da justiça climática com atenção a comunidades vulneráveis e povos afrodescendentes. No plano de articulação internacional, países latino-americanos estão no topo das prioridades. Com o distanciamento da Argentina, países como a Colômbia podem ocupar um papel de maior proximidade. Além disso, Egito e África do Sul são apontados como parceiros estratégicos e importantes para os objetivos traçados. O primeiro é considerado um coordenador experiente para negociações complexas, e o segundo é visto como alinhado a discursos da América do Sul. A COP30 tem 191 países credenciados. A cúpula de líderes, que antecede as discussões entre os técnicos, começa na próxima quinta-feira (6). Como a Folha mostrou, pretendem ir a Belém três chefes de Estado ou de governo estrangeiros: Friedrich Merz (Alemanha), Emmanuel Macron (França) e Keir Starmer (Reino Unido). Outros líderes que devem comparecer são os presidentes do Conselho Europeu, António Costa, e da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. O tamanho do evento contrasta com resultados que eram esperados antes da COP.

## Barco de Lula em Belém tem diária de R\$ 2.647 e contrato sob sigilo

Vinicius Sassine

**BELÉM** O barco usado pelo presidente Lula (PT) em Belém durante as agendas associadas à COP30, a conferência do clima da ONU, tem um custo diário de R\$ 2.647 por pessoa. O contrato que detalha os gastos totais com a embarcação —de grande porte, com três pavimentos e capacidade equivalente à de um hotel— será mantido em sigilo pelo governo até o fim do mandato. As informações foram fornecidas à Folha pela Presidência da República nesta terça (4) em resposta aos questionamentos sobre a contratação da embarcação para hospedagem e locomoção do presidente na COP30. Lula, a primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, e uma comitiva na capital do Pará estão hospedados no barco Iana 3, que já

circula pelos rios e canais da região desde a manhã de segunda (3). A embarcação fica ancorada na Base Naval de Val-de-Cans. Segundo a assessoria da Presidência, o barco ficou disponível ao presidente a partir de um contrato de locação com a Icotur Transporte e Turismo, empresa sediada em Manaus. “A opção pela embarcação Iana 3 foi definida com base em critérios técnicos de segurança, logística e economicidade”, disse a Secretaria de Comunicação da Presidência, em nota. A Icotur apresentou a proposta mais econômica e adequada em relação a opções disponíveis na hotelaria convencional, segundo a Secom, com valor médio diário de R\$ 2.647 por pessoa. As informações sobre o contrato foram classificadas de reservadas e permanecerão em sigilo até a conclusão do mandato

em exercício —ou até o fim do último mandato, no caso de reeleição de Lula—, conforme a resposta da Presidência e a legislação citada na nota. Segundo a lei mencionada, esse tipo de sigilo é aplicado quando as informações podem colocar em risco a segurança do presidente. “Todas as decisões seguem planejamento antecipado, critérios de segurança e transparência”, disse a Secom. Na segunda, a assessoria do presidente disse à Folha que “a embarcação atende às especificações necessárias para receber o presidente e sua equipe, operando como hotel”. Disse ainda que “a Presidência buscou soluções que fossem adequadas, cumprindo a legislação vigente, o que inclui segurança, preço e conforto.” O Diário Oficial da União não tem registro do processo de contratação e do contrato com a em-

**Para presidente, ele seria falso se falasse do teste na Foz do AM depois**  
Lula (PT) disse nesta terça (4) que teria sido líder falso se tivesse esperado o final da COP30 para anunciar a perfuração para exploração de petróleo na Foz do AM, criticada por ambientalistas. “Se eu fosse um líder falso e mentiroso, eu esperaria passar a COP para anunciar”, disse a jornalista estrangeira. “Temos autorização para o teste. Se encontrar o petróleo, começará tudo outra vez para dar licença.”

presa, levando em conta o nome e o CNPJ do empreendimento. Também não há registros no Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União, do governo federal. A Folha questionou a Presidência, a Casa Civil e a CGU sobre as informações básicas da contratação. Até agora, não se sabe o modelo adotado no acordo; o valor global e a vigência do contrato; a quantidade de diárias; os serviços incluídos; e as especificações técnicas da embarcação. O tamanho da comitiva de Lula não foi mencionado na nota da Secom. O barco é escoltado por grandes embarcações da Marinha e por veículos menores. O presidente está em Belém desde sábado (1º), onde cumpre agendas visando a cúpula de chefes de Estado e de governo, que ocorre na quinta (6) e na sexta (7).

# Orcas viram tubarão-branco de cabeça para baixo durante caça para comer seu fígado

Comportamento foi documentado no golfo da Califórnia, no México, mas indícios da ação já haviam sido registrados na África do Sul

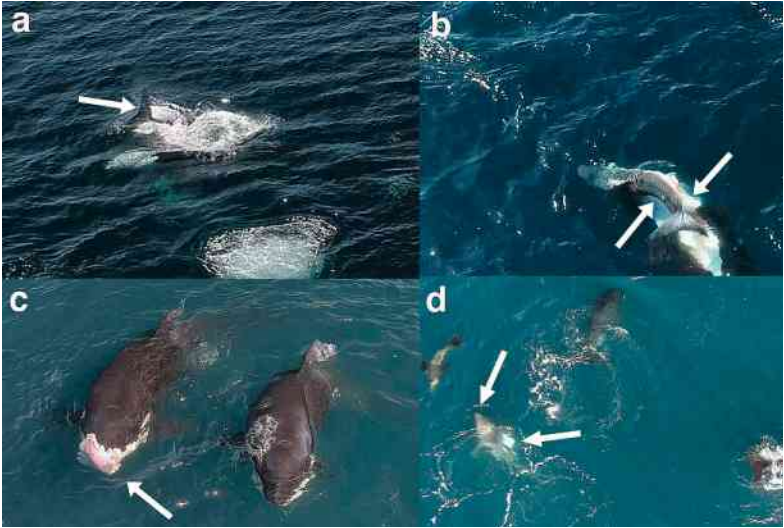
Alexa Robles-Gil

THE NEW YORK TIMES Em meados de agosto de 2020, o drone do biólogo Erick Higuera registrou uma caçada brutal no golfo da Califórnia, no México. Um grupo de orcas atacava um tubarão-branco, virando-o de cabeça para baixo e empurrando-o para baixo da superfície. Tudo por um objetivo: o fígado dele.

Cientistas já haviam encontrado evidências de que um dos principais predadores do oceano estão na mira das orcas. Há alguns anos, carcaças de tubarões-brancos sem fígado apareceram nas praias da África do Sul. Em 2022, imagens de drone feitas no país africano mostraram a técnica dos caçadores.

Até então, o comportamento não havia sido documentado no México. Um estudo publicado nesta segunda-feira (3) na revista *Frontiers in Marine Science*, analisou as imagens de Higuera, que é ligado à organização científica Conexiones Terramar, da caça de 2020 também as de outra semelhante em 2022. Os registros revelam técnicas de caça especializadas entre grupos de orcas e sugerem que as mudanças climáticas e o aquecimento dos mares podem estar fazendo com que tubarões-brancos e orcas se encontrem com mais frequência.

O primeiro ataque documentado de orcas a tubarões-brancos ocorreu na década de 1990, nas Ilhas Farallon, próximas a São Francisco (EUA), uma área onde ambas as espécies predadoras se sobrepõem. Anos depois, o surgimento de carcaças sem fígado na África do Sul causou surpresa, já que as águas eram dominadas por



Orcas atacando tubarões-brancos; A e B mostram os tubarões; na C, orca carrega fígado do tubarão; na D, o tubarão atacado

Jesús Erick Higuera Rivas

tubarões-brancos.

A maioria desses encontros envolveu a caça de tubarões adultos maiores, que possuem fígados maiores ricos em nutrientes. Contudo, nos dois eventos registrados no México, as orcas estavam atrás de tubarões jovens.

Nos episódios mexicanos, as orcas viraram o tubarão de barriga para cima para induzir um estado de transe que deixa o animal temporariamente paralisado. Ao fazer isso, elas reduzem o risco de serem mordidas, uma estratégia potencialmente mais fácil de aplicar em tubarões menores, observou o estudo. Depois, elas consumiram o fígado da vítima e deixaram o resto da carcaça para trás.

A bióloga Alison Towner, da Universidade Rhodes (África do Sul), disse que foi empolgante ver como a interação no México se alinha de perto com o que os cientistas documentaram no país africano. Ela estuda interações

entre orcas e tubarões, mas não participou do novo estudo.

“O mesmo órgão é visado, mas as técnicas são distintas”, afirmou ela, comparando os ataques na África do Sul aos do México. Tais diferenças sugerem que as técnicas de caça podem ser um comportamento aprendido e transmitido dentro dos grupos de orcas, na avaliação de Towner.

Os tubarões-brancos são altamente sensíveis ao risco, segundo a bióloga: “Uma vez que encontram orcas e sobrevivem, eles tendem a evitar completamente essas áreas costeiras.” Isso pode não ser o caso com tubarões mais jovens que desconhecem o perigo.

Pesquisas anteriores descobriram que o recente aquecimento dos oceanos pode ter alterado a distribuição de tubarões-brancos juvenis. No Golfo da Califórnia, isso os torna disponíveis como presas para as orcas que vivem lá durante todo o ano.

## O problema dos dez martinis

Douglas Hofstadter enfrentou resistência ao identificar padrões fractais

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Alguns anos antes de publicar o best-seller “Gödel, Escher, Bach”, o jovem Douglas Hofstadter era estudante de doutorado em física nos Estados Unidos. Em 1974, acompanhou seu orientador em uma visita sabática à Universidade de Regensburg na Alemanha, onde integraram uma equipe de físicos teóricos que estava trabalhando no seguinte problema de mecânica quântica: como se comporta um elétron num cristal próximo a um ímã? Especificamente, quais são os níveis de energia que o elétron pode alcançar?

Na mecânica quântica o comportamento de uma partícula subatômica como o elétron é descrito pela equação de Schrödinger, na qual entra informação sobre o meio em que a partícula está inserida, neste caso, a expressão do potencial associado ao cristal sob a ação magnética do ímã. Assim, do ponto de vista matemático o problema consistia em encontrar as soluções da equação de Schrödinger para tal potencial. Mas essa equação é notoriamente difícil...

Na expressão do potencial há uma variável chamada fluxo magnético, que representa a força a que o elétron está sujeito. Ela depende da intensidade magnética do ímã e da geometria do cristal e costuma ser representada pela letra grega alfa. Quando alfa é um número racional, ou seja, uma fração de números inteiros, é possível (ainda que trabalhoso) encontrar a solução da equação, utilizando ferramentas matemáticas desenvolvidas desde o século 18. Mas do ponto de vista físico o caso em que alfa é irracional é mais interessante, e a equipe não tinha ideia de como atacá-lo.

O conjunto de Cantor é o exemplo mais simples e mais fundamental de objeto fractal. Quem poderia imaginar que um conceito tão abstrato da matemática “pura” tivesse um papel no mundo real?

Mas havia uma espécie de trapaça: computadores digitais são incapazes de trabalhar com números irracionais, logo todos os cálculos de Hofstadter diziam respeito apenas a valores racionais de alfa! Ainda assim, a borboleta continha pistas cruciais para resolver o problema. Hofstadter observou que quando consideramos racionais com denominadores cada vez maiores, aproximando-se de um dado número irracional, os respectivos conjuntos de níveis de energia vão ficando cada vez mais parecidos com algo que ele conhecia das aulas de matemática: o conjunto de Cantor.

Introduzido por Georg Cantor (1845-1918) em 1883, o conjunto de Cantor é o exemplo mais simples e mais fundamental de objeto fractal. Quem poderia imaginar (e aceitar!) que um conceito tão abstrato da matemática “pura” tivesse um papel no mundo real? Os colegas físicos reagiram com ceticismo, e até o orientador de Hofstadter chegou a ameaçar cortar a bolsa dele, dizendo que tudo não passava de “numerologia”. Felizmente, os matemáticos foram mais receptivos.

Agora, provar matematicamente que quando o fluxo magnético é irracional os níveis de energia do elétron no cristal realmente formam um conjunto de Cantor era considerado tão difícil que um especialista ofereceu pagar dez martinis a quem conseguisse.

Você não vai querer perder a continuação, vai?!

DOM. Reinaldo José Lopes TER. Álvaro Machado Dias  
SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral  
QUA. Marcelo Viana  
SEX. Suzana Herculano-Houzel

## Superlua vai aparecer no céu nesta quarta-feira; saiba qual é o melhor momento para observá-la

Ramana Rech

SÃO PAULO Pela segunda e penúltima vez neste ano, será possível observar uma superlua. Nesta quarta-feira (5), o satélite estará quase em seu ponto orbital mais próximo da Terra, o que é chamado de perigeu. Isso significa que estará a 356,9 mil quilômetros daqui, a menor distância do nosso planeta em 2025.

Apesar de ter se tornado popular, o termo superlua não tem base científica —ele foi usado pela primeira vez em 1979 por Richard Nolle, que classificou o evento como uma Lua cheia que ocorre quando o satélite está no perigeu ou numa distância que

equivale a 90% disso. Mas esse critério percentual foi arbitrário, segundo o Observatório Nacional.

Josina Oliveira do Nascimento, gestora da Divisão de Comunicação e Popularização da Ciência (DICOP) do Observatório Nacional, afirma que na noite de quarta o satélite natural paracerá maior para quem o observa da Terra.

“Não precisa de equipamento nenhum, é só olhar para o céu”, diz Josina. Ela ressalta que é possível ter a sensação de que a Lua está maior quando ela está próxima à linha do horizonte. Por isso, um bom momento para observar a superlua é uma hora após o pôr do Sol ou uma hora antes do nascer do Sol, quando o satélite está

perto da linha do horizonte, mas “livre de fenômenos que acontecem mais próximo do horizonte”.

A diferença no tamanho aparente da Lua está ligada ao movimento elíptico do satélite ao redor da Terra. Isso faz com que ele ora se aproxime e ora se afaste do planeta. Segundo a Nasa, superluas ocorrem de 3 a 4 vezes no ano e de forma consecutiva. Neste ano, a primeira foi em 7 de outubro e a última está prevista para 4 de dezembro.

Entre os fenômenos celestes do mês, há a chuva de meteoros Leonidas no dia 17, conforme o calendário do Observatório de Valongo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

# Decisões, milhões e ‘5ª série’ levam rivalidade de Flamengo e Palmeiras ao ponto máximo

Equipes brigam por títulos do Brasileiro e da Libertadores e por dinheiro de direitos de transmissão; presidentes dos dois times trocam ataques

Marcos Guedes

SÃO PAULO Luiz Eduardo Baptista e Leila Pereira estiveram juntos na sede da Conmebol (Confederação Sul-Americana de Futebol) no mês passado, em encontro dos representantes dos clubes semifinalistas da Copa Libertadores. Quem acompanhou a interação entre o presidente do Flamengo e a presidente do Palmeiras, em Luque, no Paraguai, apontou que ela foi repleta de “momentos quinta série”.

Bap, como é conhecido Baptista, chegou a dirigir-se à mesa em que estava Leila, em um almoço. Cumprimentou os demais comensais e, de costas para ela, sem reconhecer sua presença, trocou gentilezas com um membro da confederação. Leila, por sua vez, enquanto Bap falava em uma reunião, mexia no celular, em deliberada demonstração de desinteresse.

Assim tem sido a relação entre os mandatários dos times que vêm dominando o futebol brasileiro. Há entreveros em todos os níveis, em um clima belicoso do qual fazem parte jogadores, treinadores e torcedores, mas nada é tão ilustrativo sobre a questão quanto a troca de ataques entre os presidentes.

O que já era tenso ficou abertamente hostil com o desenho da reta final da temporada. Flamengo e Palmeiras disputam palmo a palmo o título do Campeonato Brasileiro —a oito rodadas do fim do torneio, a formação alviverde está um ponto à frente. E as agradações disputarão no próximo dia 29, em Lima, no Peru, a decisão da Libertadores.

Há também outra frente de batalha, a briga pelo dinheiro dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro. Os dois clubes integram o bloco intitulado Libra (Liga do Futebol Brasileiro) e têm divergências a respeito da divisão do bolo.

Pelo regulamento do bloco para o ciclo 2025-2029, 40% são repartidos igualmente, 30% são distribuídos de acordo com a classificação do certame, e 30% são entregues com base na audiência da TV. É nestes 30% que está a discórdia, já que o Flamengo aponta lacunas nos critérios.

A agremiação rubro-negra chegou a conseguir liminar bloqueando R\$ 77 milhões que seriam destinados pela Libra a seus membros. Foi a senha para as discussões atingirem tons publicamente agressivos.

Leila usou o termo “terraflanisimo” e sugeriu a criação de uma liga sem o rubro-negro carioca: “Acho que o Flamengo deveria jogar sozinho”. Bap respondeu:



A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, dá entrevista; relação dela com Bap, cartola do Flamengo, tem sido hostil Cesar Greco - 13.jun.25/Divulgação Palmeiras

“Se o Flamengo fosse jogar sozinho, o dinheiro que sobraria para os outros seria muito pouco”.

Ele apontou que a relação com a presidente do Palmeiras “é ótima quando você concorda com tudo o que ela quer”. Em uma reunião do Conselho Deliberativo do Flamengo cujo conteúdo vazou, disse que a empresária tem a “agenda clara” de comprar o Vasco da Gama —a empresa dela, a Crefisa, fez um empréstimo de R\$ 80 milhões ao cruzmaltino, com ações do clube como garantia.

“O presidente Bap tem razão quando diz que eu tenho uma agenda muito clara. Afinal, todos sabem que defendo os interesses do Palmeiras sem tentar asfixiar os meus adversários, que eu trabalho arduamente pelo crescimento do futebol brasileiro e que honro todos os contratos assinados pelo clube”, afirmou Leila.

Em seguida, veio nova ironia. Em referência ao fato de que Bap, em seus tempos de executivo da empresa de telecomunicações Sky, minimizou o crescimento da hoje gigante Netflix e disse que a compraria se necessário

fosse, ela brincou: “Eu não estou comprando o Vasco, ele pode ficar tranquilo. Eu não estou comprando o Vasco nem a Netflix”.

Bap, por sua vez, tratou o comportamento da adversária, sobretudo no que se referia à ideia de o Flamengo “jogar sozinho”, como uma “conversa rasa até para crianças da quinta série”. Dias depois, no encontro no Paraguai, Bap e Leila renovaram seu compromisso com a quinta série. Enquanto isso, há futebol.

O clima hostil foi evidente entre os jogadores na vitória por 3 a 2 do Flamengo sobre o Palmeiras, no Maracanã, no Rio, no último dia 19, pelo Brasileiro. Foi um jogo nervoso, com entradas duras e reclamações sobre a arbitragem.

O Palmeiras se sentiu prejudicado, e seu técnico, Abel Ferreira, esbravejou. Em resposta, o treinador rubro-negro, Filipe Luís, observou que a formação alviverde havia vencido, pouco antes, um clássico contra o São Paulo com erros tão claros que resultaram no afastamento do árbitro e do árbitro de vídeo. “Convenhamos, se há alguém que não pode reclamar de arbitragem, é o Palmeiras”, disse Filipe.

Entra nesse caldo a animosidade entre as torcidas, fruto das batalhas recentes e das redes estabelecidas há muito tempo entre as organizadas. A Mancha Verde, principal uniformizada do Palmeiras, é aliada da Força Jovem, do Vasco, arquirrival do Flamengo. A Torcida Jovem do Flamengo tem a Independente, do São Paulo, inimigo do Palmeiras, como parceira.

Flamengo e Palmeiras tiveram nos últimos anos momentos de rivalidade acirrada. Mas nunca as cerdas estiveram tão eriçadas como estão agora as de jogadores, treinadores, torcedores e cartolas.

## Treinadores não ganham jogo

Derrota para o Japão mostrou que nem Carlo Ancelotti é garantia de vitória

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas do Mundo de 1966 (Inglaterra) e 1970 (México). É formado em medicina

No ótimo e intenso jogo pelo Campeonato Inglês entre o West Ham, com Paquetá, e o Newcastle, com Bruno Guimarães, os dois brasileiros brilharam, cada um do seu jeito. As duas equipes não estão entre as mais fortes da Inglaterra, mas são muito boas.

Bruno é um meio-campista moderno, regular, eficiente, com ótima técnica e que atua de uma intermediária a outra. Marca bem, constrói e chega com frequência ao ataque. Paquetá é um meia mais ofensivo, bastante criativo, fantasista, com belos lances e que joga se divertindo com a bola, como na infância.

Na seleção brasileira, Bruno é titular ao lado de Casemiro. Paquetá disputa a posição com Matheus Cunha. Paquetá é mais inventivo, armador, e Matheus é mais intenso, atacante. Paquetá pode ainda jogar mais recuado, formando um trio no meio-campo com Casemiro e Bruno Guimarães. Quando Raphinha voltar, ele poderá jogar mais avançado pelo centro ou ser um atacante pela esquerda, como faz no Barcelona, ou no lugar em que mais atuou, da direita para o meio.

Ancelotti possui muitas variações do meio-campo para a frente. Vinicius Junior, que tem atuado na seleção mais centralizado e adiantado, pode jogar pela ponta-esquerda no lugar de Rodrygo. Além de Vinicius Junior, há mais cinco jogadores convocados em condições de jogar no centro do ataque (Matheus

Cunha, João Pedro, Rodrygo, Richarlison e Vitor Roque).

**Tenho a impressão de que os técnicos brasileiros com carreira mais longa têm dificuldades para se adaptar aos novos modelos estratégicos**

O técnico possui outras dúvidas e a Copa está próxima. No meio-campo, para a reserva de Casemiro e Bruno Guimarães, ele chamou o experiente Fabinho (Al Ittihad), que teria características parecidas com as de Casemiro. Andrey Santos (Chelsea) é outro convocado para o setor.

A grande interrogação está nas laterais. O experiente e bom lateral esquerdo do Flamengo, Alex Sandro, tem grande chance de ser o titular no

Mundial. Os outros convocados para as duas laterais são tecnicamente modestos para o nível da seleção brasileira. Ancelotti, como disse na entrevista, poderá usar o zagueiro Danilo nas duas laterais.

Na estratégia de jogo, a seleção melhorou com Ancelotti, mas não é ainda um time bem compacto, como vimos na derrota para o Japão. A equipe precisa evoluir nessa postura, na saída de bola da defesa e na pressão para recuperar a bola.

A falta de compactação é um sério problema de vários times brasileiros. Na derrota para o Corinthians, os defensores do Grêmio ficavam colados na área, mesmo quando o meio-campo avançava, deixando enormes espaços entre os dois setores para os talentosos Memphis e Garro atuarem livres. No Corinthians ocorria o mesmo, embora com menos gravidade.

Tenho a impressão de que os técnicos brasileiros com carreira mais longa, como Mano Menezes, Dorival Júnior e outros, têm dificuldades para se adaptar aos novos modelos estratégicos, como a intensa pressão para recuperar a bola e a compactação. Não é o caso de Ancelotti.

A derrota para o Japão foi um alerta de que os treinadores, mesmo sendo um grande como Ancelotti, não ganham jogo, ajudam bastante.

\*

Trem Azul

Meus sentimentos aos familiares de Lô Borges. Vivi minha juventude embalada pelas músicas e pelos sonhos de Lô Borges, Milton Nascimento, Fernando Brant e outros craques do Clube da Esquina.



PAULISTÃO FEMININO  Sicredi 2025

# PAULISTÃO FEMININO É NO UOL PLAY 2025

A MAIOR COBERTURA DE JOGOS DO PAULISTÃO FEMININO ESTÁ AQUI

JOGOS EXCLUSIVOS  
● AO VIVO

NARRADORES  
E COMENTARISTAS  
— DO UOL

ASSISTA NO  
UOL PLAY



**ASSINE JÁ**  
EM [UOL.COM.BR/PLAY](https://uol.com.br/play)

A PARTIR DE  
R\$ **19,90** /MÊS





Jamie Melham se torna segunda mulher na história a vencer a Copa Melbourne de corrida de cavalos

A jôquei australiana de 29 anos beija o troféu conquistado após ter cruzado a linha de chegada em primeiro com seu cavalo Half Yours, na edição 165 do campeonato disputada no Hipódromo de Flemington, em Melbourne, na Austrália; ela recebeu um prêmio de 10 milhões de dólares australianos (R\$ 35 milhões na cotação atual) James Ross/AAP Image via Reuters

CUIDE-SE

Gabriela Bonin

Repórter de newsletter

Tem medo de infarto? Entenda quais são os fatores de risco que você pode controlar

Ataque cardíaco não ocorre por acaso e se dá por falta de prevenção, dizem médicos

Você provavelmente conhece alguém que morre de medo de infartar no futuro —ou, talvez, você seja essa pessoa.

Esse medo pode estar relacionado à forma como muita gente vê um infarto: como um evento súbito, aleatório e imprevisível. É uma preocupação compreensível, alimentada por histórias de pessoas aparentemente saudáveis que sofrem um evento cardiovascular sem aviso prévio.

Mas não é bem assim. A maioria dos infartos não é fruto do acaso. Pelo contrário, eles são o resultado de fatores de risco conhecidos, mensuráveis e, o mais importante, modificáveis, que atuam silenciosamente no corpo ao longo de anos.

Viver com medo, além de gerar estresse, não resolve nada. Vamos entender melhor essa história.

O infarto agudo do miocárdio é a morte de células do músculo cardíaco devido à interrupção do fluxo sanguíneo. Isso ocorre quando uma das artérias coronárias, responsáveis por nutrir o coração, é obstruída —na maioria das vezes, por placas de colesterol.

Esse acúmulo de gordura nas artérias tem nome: aterosclerose. “É uma doença que não costuma dar sintomas. A primeira manifestação da aterosclerose

costuma ser o infarto”, explica o cardiologista Silvio Póvoa.

Então, em vez de esperar os sintomas, especialistas defendem a importância de antecipar fatores que aumentam o risco de um infarto acontecer.

Como um infarto se manifesta? O principal sintoma é a dor torácica. Acontece no meio do peito (ou ligeiramente à esquerda), descrita como aperto, pressão ou queimação, que piora com o esforço e melhora com o repouso.

Outros sintomas podem incluir: falta de ar, cansaço, agitação, desconforto, perda de capacidade funcional, apatia, indisposição ou alterações comportamentais (especialmente em idosos).

O que fazer? Nunca ignorar uma dor no peito. A recomendação é sempre procurar atendimento médico, explica Nilton Carneiro, cardiologista da Rede Santa Catarina.

Isso porque a dor torácica pode sinalizar não apenas um infarto, mas também outras condições graves como embolia pulmonar (obstrução da artéria do pulmão) ou pneumotórax (colapso do pulmão). Em todos esses casos, ser atendido por um médico rapidamente pode evitar a morte.

E como evitar que aconteça? Modificando hábitos, monitorando indicadores de saúde e,

quando necessário, buscando ajuda médica. Veja o que os cardiologistas querem que você saiba:

9 EM CADA 10 INFARTOS SÃO POTENCIALMENTE PREVENÍVEIS

Um grande estudo de 2004 chamado Interheart, feito em 52 países com 29 mil pessoas, identificou nove fatores de risco modificáveis responsáveis por mais de 90% dos eventos coronarianos. São eles: colesterol alto, tabagismo, hipertensão, diabetes, obesidade abdominal, fatores psicossociais (como estresse e depressão), baixo consumo de frutas e vegetais, sedentarismo e consumo de álcool.

SER ATLETA NÃO GARANTE IMUNIDADE

Embora o exercício regular seja um dos pilares da saúde cardiovascular, ele não anula outros fatores de risco. Atletas ainda podem ter uma predisposição genética para colesterol alto, desenvolver hipertensão ou diabetes. Acreditar que ser fisicamente ativo garante imunidade contra doenças cardíacas pode fazer com que muitos atletas negligenciem o monitoramento da saúde, de acordo com Póvoa.

Ele adverte também que o uso de esteroides anabolizantes está



Acesse o QR Code para se inscrever



Notícias sobre saúde e bem-estar

**Melatonina** Uso prolongado de melatonina pode elevar risco de insuficiência cardíaca e de hospitalização e morte em pessoas com insônia crônica, sugere estudo preliminar apresentado no congresso da American Heart Association. A pesquisa acompanhou 130 mil adultos durante cinco anos e não comprova relação de causa e efeito.

**Câncer** Pesquisadores desenvolvem anticorpo que reativa sistema imunológico contra câncer de pâncreas. O estudo da Universidade Northwestern, nos EUA, identificou uma ligação entre proteínas que, se bloqueada, faz com que o corpo volte a combater o tumor.

associado a um risco significativamente maior de morte súbita.

HISTÓRICO FAMILIAR IMPORTA, MAS NÃO É SEU DESTINO

Se um parente de primeiro grau teve um evento cardiovascular antes dos 55 ou 60 anos, isso deve servir como um ponto de atenção. Não para gerar pânico, mas para motivá-lo a ser ainda mais rigoroso na identificação e tratamento dos seus próprios fatores de risco pessoais. Vale a pena buscar uma avaliação médica especializada, com exames que podem direcionar melhor o tratamento, indica Carneiro.

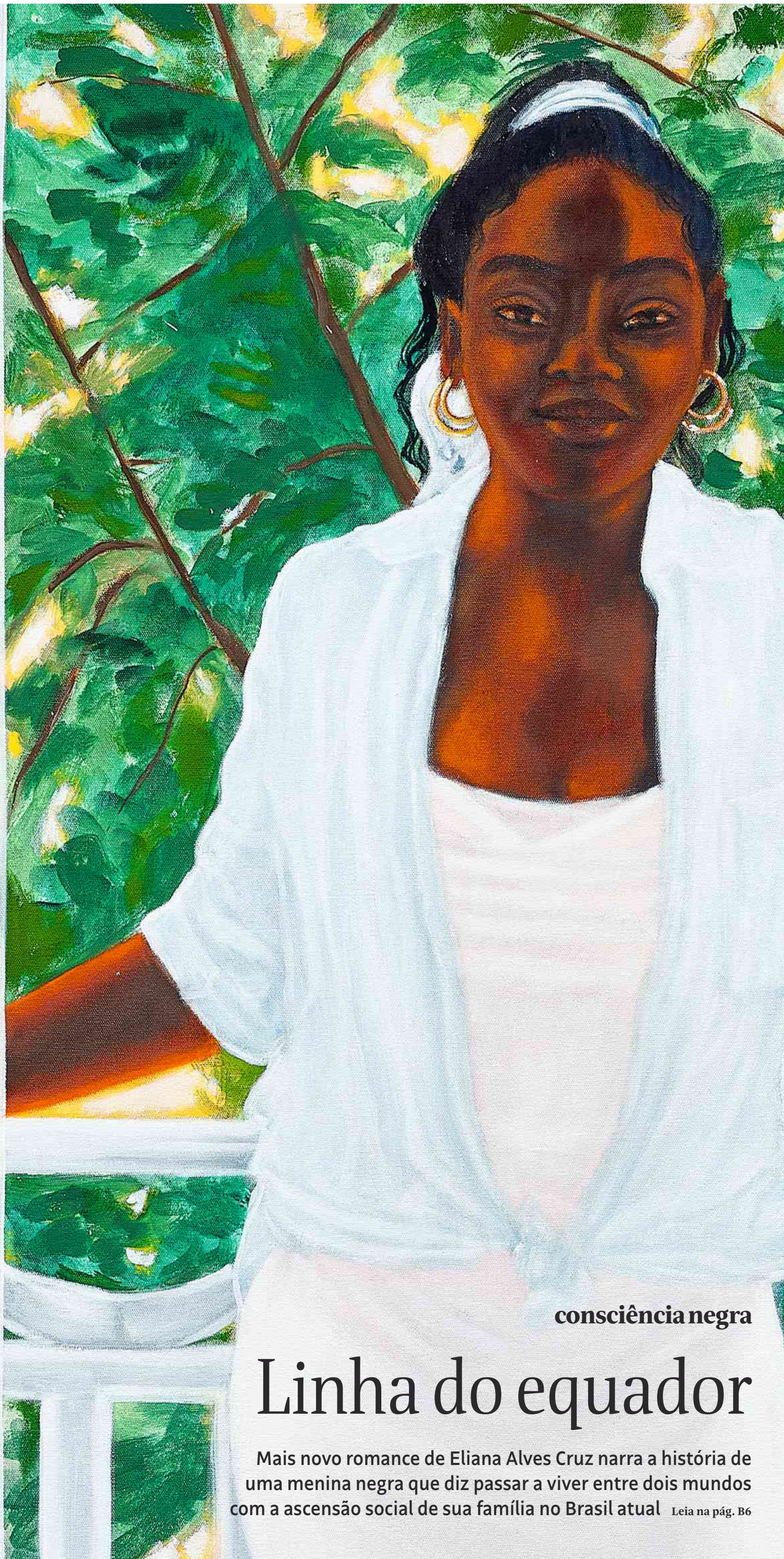
EM ALGUNS CASOS, SÓ BONS HÁBITOS NÃO SERÃO SUFICIENTES

É aí que entra o uso de medicamentos. Questões como diabetes e hipertensão, por exemplo, têm fatores genéticos importantes. Algumas pessoas, mesmo mantendo bons hábitos de vida, não vão conseguir controlar esses componentes e precisarão de remédios —que devem ser indicados de forma individualizada por um médico.

“Tomar remédio não isenta que a pessoa tenha que fazer exercício físico e se alimentar bem. Mas o reconhecimento precoce desses fatores de risco e o tratamento adequado se associam com maior proteção para o paciente”, explica Póvoa.

Em resumo: a maioria dos infartos não é um destino inevitável ou um golpe de azar. A ciência nos mostra que a prevenção é a ferramenta mais poderosa que temos.

# ilustrada



consciência negra

## Linha do equador

Mais novo romance de Eliana Alves Cruz narra a história de uma menina negra que diz passar a viver entre dois mundos com a ascensão social de sua família no Brasil atual

Leia na pág. B6

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

BOM E PRODUTIVO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal ) Alexandre de Moraes afirmou a interlocutores com quem conversou depois da reunião com o governador Cláudio Castro (PL-RJ), na segunda (3), que o encontro foi bom e produtivo.

**BOM 2** Segundo o magistrado afirmou, Castro e integrantes de sua equipe de segurança foram preparados para a reunião e apresentaram todos os dados solicitados por ele de forma completa.

**TENSÃO** Integrantes do governo do Rio dizem que a reunião com Moraes começou tensa, mas terminou bem –em um relato que tem pontos de coincidência com o do magistrado. A interlocutores, o ministro deixou claro que a conversa foi amistosa. Procurado, ele não respondeu à coluna.

**FECHADA** A reunião, a pedido de Moraes, foi restrita. Além dele e do governador, estavam na sala do Centro Integrado de Comando e Controle apenas os três secretários da área de segurança do Rio de Janeiro: Victor Santos (Segurança Pública), Felipe Curi (Polícia Civil) e Marcelo de Menezes Nogueira (Polícia Militar).

**FICHA** Eles se muniram de diversos dados e imagens para apresentar respostas imediatas a tudo o que Moraes perguntasse. Em uma petição também encaminhada ao ministro, o governador afirmou que a megaoperação respeitou as regras do STF com “emprego proporcional da força”.

**‘MALDITA’** A tensão inicial da reunião foi consequência de declarações de Castro. Ao fazer um balanço da Operação Contenção, a mais letal da história do Rio, com 121 mortos, ele chamou a ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] das Favelas de “maldita” por, segundo diz, dificultar o acesso de policiais às comunidades. A ADPF impõe uma série de regras à atuação da polícia para evitar ilegalidades e abusos e diminuir a letalidade das operações.

**ATENTADO** O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da sigla na Câmara, protocolou uma representação no STF (Supremo Tribunal Federal) com pedido de abertura de inquérito contra o governador Cláudio Castro (PL) por crimes de atentado à soberania nacional e espionagem.

**EUA** O documento afirma que o governador entregou relatórios confidenciais de segurança pública ao governo dos EUA. Castro também teria mantido diálogo sobre o tema com integrantes da DEA, agência norte-americana de combate ao tráfico de drogas.



COMBATE

O ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Vinicius Carvalho **1**, falou sobre os desafios no combate à corrupção em evento realizado na semana passada, em São Paulo. O encontro foi promovido pelo Geld (Grupo de Estudos de Lavagem de Dinheiro da Faculdade de Direito da USP), coordenado pelo advogado Pierpaolo Cruz Bottini **2**. A presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz **3**, esteve presente. Os advogados Bárbara Rosenberg **4** e Marcelo Behar **5** também prestigiaram o encontro

Fotos Divulgação



NARRATIVAS

A historiadora e jornalista Sylvia Colombo, colunista da Folha, deu uma aula sobre a vida literária e jornalística do escritor colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014) nesta segunda (3), na Livraria Argumento, no Leblon, no Rio de Janeiro. O diretor de cinema Walter Salles marcou presença

Luisa Portugal/Divulgação

**VI NO ZAP** Um levantamento do Observatório Lupa mostra que há quase sete vezes mais grupos de direita do que de esquerda entre os principais difusores de conteúdos que têm alto compartilhamento no WhatsApp. Realizado com a ferramenta da Palver, o estudo foi feito a partir de 244 mil mensagens postadas em português no aplicativo entre 1º de julho de 2024 e 1º de julho deste ano.

**ZAP 2** A Lupa isolou uma mostra aleatória de 720 conteúdos compartilhados em 213 grupos públicos diferentes. Desse total, 41 grupos eram autodeclarados de direita. Já os grupos considerados de esquerda foram apenas seis. De política em geral, eles somaram 22. Para os pesquisadores da Lupa, essa predominância indica que os grupos à direita têm maior capacidade de mobilização.

**A ATRIZ E O REI** Sophie Charlotte será a voz da música que embalará o romance da sua personagem em “Três Graças” (Globo), Gerluce, com o policial Paulinho (Romulo Estrela). E ela dividirá o microfone com Roberto Carlos.

**TE PROPONHO** A atriz e o cantor gravaram a música pouco antes da estreia da novela de Aguinaldo Silva. A faixa escolhida foi “Proposta”, parceria de Roberto com Erasmo Carlos de 1977. A gravação feita por Sophie e o rei será ouvida pela primeira vez no capítulo de quinta (6), quando vai ao ar a cena do primeiro beijo entre Gerluce e Paulinho.

**QUEDA** A rede municipal de ensino de São Paulo registrou em 2024 o menor índice de abandono escolar da última década, com 0,6% dos alunos deixando as aulas, segundo o Censo Escolar. O percentual é inferior aos 1,9% de 2014 e aos 0,95% de 2019. O número equivale a cerca de 2.400 estudantes entre os mais de 437 mil matriculados no ensino fundamental e médio da cidade.

**TABLADO** A atriz Carolina Manica estreia nesta sexta-feira (7) o monólogo “Na Sala dos Espelhos”, no Sesc Ipiranga, em São Paulo. Na peça, Manica interpreta uma mãe que tenta criar uma filha feminista em meio à pressão dos padrões de beleza e à “tirania da imagem”. “No palco, falo sobre o olhar, a beleza, as cobranças e as prisões internas. Fora dele, sou mãe de uma menina que começa a descobrir seu próprio reflexo”, diz a atriz.

**PÁGINA** A escritora Luana Tolen-tino lança no próximo dia 29 de novembro, em São Paulo, o livro “Mamãe Aprendeu a Ler”, sua estreia na literatura infantil. O evento acontece na Livraria Megafauna no Copan, com uma conversa mediada pela apresentadora Aretha Oliveira. A obra é inspirada na história da própria autora e de sua mãe, Dona Nelita, que não pôde frequentar a escola na infância.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



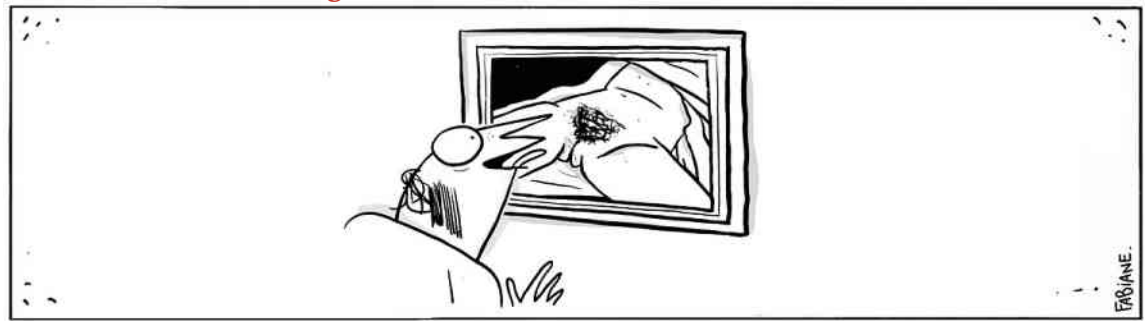
Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

DIFÍCIL

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 |   |   | 8 |   |   |   |   |   |
|   | 2 |   |   | 1 |   |   |   | 6 |
|   |   |   |   |   | 6 | 7 |   |   |
|   | 3 | 9 |   | 4 |   |   |   |   |
|   | 5 |   |   |   |   |   | 6 |   |
|   |   |   | 2 |   | 1 |   |   |   |
|   | 8 |   | 6 |   |   |   |   | 5 |
|   |   |   |   |   |   | 9 | 3 |   |
|   | 7 | 2 |   | 9 |   |   |   | 8 |

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 8 | 9 | 5 | 6 | 1 | 7 | 2 | 3 |
| 7 | 5 | 6 | 3 | 8 | 2 | 9 | 1 | 4 |
| 2 | 3 | 1 | 4 | 7 | 9 | 5 | 8 | 6 |
| 5 | 6 | 5 | 1 | 9 | 7 | 2 | 4 | 8 |
| 8 | 9 | 4 | 2 | 5 | 6 | 1 | 3 | 7 |
| 1 | 2 | 7 | 8 | 4 | 3 | 5 | 6 | 9 |
| 5 | 7 | 2 | 9 | 3 | 4 | 8 | 6 | 1 |
| 9 | 4 | 8 | 6 | 1 | 5 | 3 | 7 | 2 |
| 6 | 1 | 3 | 7 | 2 | 4 | 8 | 9 | 5 |

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Nu 2. Provido de pelos da orla das pálpebras 3. Que se movimenta 4. A modelo e apresentadora de TV Hickmann / Episódio muito comovente 5. Sigmund Freud (1856-1939), médico austríaco / Infringir, transgredir 6. A principal substância que compõe o vidro / O titânio, entre os químicos 7. Diz-se de nota musical fina / Polícia das estradas 8. Tiroteio entre inimigos 9. Calcula-se em metros quadrados, alqueires, centímetros etc. / Porta, em inglês 10. Precede Leñas na famosa estação de esqui da Argentina / Uma concorrente da Coca-Cola 11. (Psic.) Uma divisão da personalidade humana, segundo Freud / Aquilo que faz rir 12. Catequese cristã 13. Agravamento de doença.

VERTICAIS1. (Jur.) Situação de um estabelecimento comercial em razão da falência de seu proprietário 2. Ajustado às características de um computador, permitindo o uso harmonioso dos seus periféricos 3. Deusa / (Ao apagar das) No final / Um carro da VW 4. L / Um tipo de broca usada em furadeira / Uma unidade do hospital 5. Relativo à associação que cuida dos interesses de trabalhadores e também de empregadores / Pequeno furo da pele, ponto de saída do suor 6. Dona / O ex-craque de futebol da Guia 7. Que é o modelo de perfeição / (Pop.) Gratificação por prestação ilegal de favores 8. A primeira nota da escala musical / Conjunto de bonecas típicas russas, que se sobrepõem umas às outras, encaixando-se 9. Relativo à tabela de preços de determinados serviços.

|    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
|    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 2  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 3  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 4  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 5  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 6  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 7  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 8  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 9  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 10 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 11 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 12 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| 13 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |

Propina, 8. Dó, Matrosca, 9. Tarifário. 4. Ele, Vidia, CTI, 5. Sindical, Foro, 6. Patroa, Ademir, 7. Ideal. VERTICAIS: 1. Massa Falida, 2. Configurado, 3. Diva, Luzes, Up, 10. Las, Pepsi, 11. Id, Cômico, 12. Doutrina, 13. Piora. 5. SF, Violar, 6. Silica, 7. Aguda, 8. Fuzilaria, 9. Area, Door, 10. Las, Pepsi, 11. Id, Cômico, 12. Doutrina, 13. Piora.



Pintura de Dirk Valkenburg, do século 18, que ilustra a capa do livro 'Quão Caro Foi o Açúcar?', de Cynthia McLeod Divulgação

# Cynthia McLeod expõe o custo amargo das colônias com plantações de açúcar

Romance clássico do Suriname, 'Quão Caro Foi o Açúcar?' revisita o passado colonial e escancara o preço humano da riqueza erguida sobre a escravidão durante o século 18

## LIVROS Quão Caro Foi o Açúcar?

★★★★★  
Autora: Cynthia McLeod.  
Trad.: Telma Viana Kotzebue.  
Ed.: Pinard. R\$ 99,90 (392 págs.)

Cristian Sales

O Brasil e o Suriname compartilham uma história marcada pelo colonialismo, pela escravidão e pelas migrações forçadas, cenário revisitado por Cynthia McLeod em "Quão Caro Foi o Açúcar?".

Na obra, McLeod se dedica à tarefa de recuperar as memórias

da escravidão, narrando como o luxo e o conforto das famílias brancas foram erguidos à custa do sofrimento das pessoas escravizadas no Suriname colonial.

Publicado originalmente em 1987 e agora lançado em português pela editora Pinard, o romance a consagrou como a principal voz literária do Suriname.

Ambientado no século 18, o livro revisita o período das plantações de cana sob domínio holandês, entrelaçando história e ficção ao resgatar possibilidades de existência que se tentou apagar ao reduzir as vidas negras à sujeição.

Entre o doce do açúcar e o amargo da herança colonial, se articulam memórias de dor e resistência — o preço do sofrimento inscrito nas dobras da história. A narrativa conduz o leitor entre o factual e o literário, reescrevendo o arquivo histórico e deslocando vozes do silenciamento.

Com uma voz narrativa atenta, o enredo gira em torno de duas jovens da classe dominante, Sarith, judia, ambiciosa e abusiva, e Elza, sua meia-irmã, sensível e crítica aos abusos. Em paralelo, capítulos sobre pessoas escravizadas — como Maisa, Mini-Mini

**Ambientado no século 18, o livro 'Quão Caro Foi o Açúcar?' revisita o período das plantações de cana sob domínio holandês, entrelaçando história e ficção ao resgatar possibilidades de existência que se tentou apagar ao reduzir as vidas negras à sujeição**

e Alex — subvertem a perspectiva de narrar apenas a sujeição, evidenciando autoconsciência e formas sutis de resistência.

Por meio de personagens entrecortadas por diálogos reveladores e notas da tradução que ampliam a densidade da trama, o romance aborda relações de poder entre holandeses, judeus e pessoas escravizadas, atravessadas por amores proibidos, violências e dilemas morais.

Conferindo humanidade às vidas negras, McLeod ressalta o afeto e a inventividade diante das opressões. Sua escrita expõe as dinâmicas entre colonialismo, raça e gênero, que oprimiam especialmente as mulheres escravizadas.

Convém observar que "Quão Caro Foi o Açúcar?" ainda preserva o uso das palavras "escravo" e "escrava", recordando de forma explícita a condição a que foram submetidas as pessoas negras nas "plantations" do Suriname.

Por outro lado, o livro também revela a consciência dessas pessoas sobre o horror e o custo da riqueza colonial — "tudo obtido com a escravidão... quão caro tudo isso era, o preço pago pelo café e pelo açúcar", resultando em "túmulos de centenas de escravos sem nome".

Mesmo diante da desumanização, McLeod recorre à fabulação como gesto capaz de dar dimensão estética e política à literatura produzida por mulheres caribenhas e latino-americanas, "desarticulando" o historicismo e conduzindo o passado presente à reimaginação crítica.

Em "Quão Caro Foi o Açúcar?", o leitor é confrontado com o açúcar como commodity da tortura, um símbolo de prosperidade sustentada pelo sangue de pessoas negras, e com a hipocrisia moral da elite colonial. Sua tradução é indispensável ao ampliar o alcance da literatura surinamesa e o diálogo com outros países e autoras da América do Sul.

Organizado em capítulos curtos, o romance captura os silêncios dos arquivos, preenchendo essas lacunas com a resistência negra dos "marrons", "Alukus" e "Bonis". Reafirma que, mesmo sob a opressão, os escravizados construíram projetos de liberdade e alerta que uma nação sem memória repete os erros do passado.

É um desejo de liberdade que desestabilizava o sistema — "os mais de 800 militares, com todas as suas armas, não conseguiam enfrentar os cerca de 300 Alukus".

Ler esse livro é revisitar vestígios do passado para reconhecer que o doce sabor do açúcar foi amargo para milhões de vidas negras, com marca das mutilações, sonhos amputados, violação de corpos, mas, ao mesmo tempo, luta por dignidade.

A obra reafirma a literatura como espaço da memória "afrodiaspórica", fazendo ecoar as vozes daqueles que não puderam praticar o "Winti Dansi", amar seus amores, "maternar" filhos e viver livres. Como adverte Christina Sharpe, "a escravização transatlântica foi e é o desastre", e seu resquício amargo ainda persiste.

"Quão Caro Foi o Açúcar?" convoca o tempo da reescrita na compreensão das feridas históricas que nos constituem na diáspora.



Detalhe da capa do livro 'Viver Dói', da cartunista Fabiane Langona, com tirinhas publicadas na Folha Divulgação

# Fabiane Langona vê cinismo do século 21 em volume que reúne melhor de sua produção recente

Cartunista lança 'Viver Dói', com mais de 300 tiras publicadas na Folha desde 2017, nas quais explora a euforia e o desespero da vida feminina

Lucas Monteiro

SÃO PAULO “A história da humanidade é cínica, principalmente porque é contada pelos vencedores.” Com essa reflexão, a artista Fabiane Langona expressa o cerne de seu novo livro, “Viver Dói”. Esta é a terceira publicação da cartunista, reunindo as 300 melhores tiras publicadas por ela no jornal desde 2017. Seus cartuns variam entre o deboche e o escracho, a euforia e o desespero, refletindo sobre existir em sociedade. A autora debate temas de comportamento, consumo, direitos reprodutivos, autoestima, menstruação, o universo dos relacionamentos, entre outros. “Desde muito criança eu colecionava as tiras da Folha. A minha linguagem sempre foi a dos quadrinhos, porque cresci lendo revistas e praticamente me alfabetizei com essa linguagem”, diz ela, há 19 anos publicando no jornal. Ela afirma que, atualmente, o acesso à informação é facilitado até mesmo para pesquisar referências de outros artistas — aspecto que tinha dificuldade na época em que começou. “Eu acho que essa geração já está muito mais desenvolvida, muito mais por dentro de diversas pautas do que antes, do que a vivência

que eu tive, que eu tinha que ir atrás de livros assim para encontrar mulheres cartunistas, para eu não me sentir tão solitária.” Langona reflete sobre as mudanças no cenário da narrativa gráfica. Vista por muitos como algo infantilizado, a cartunista ressalta que quadrinhos, tirinhas e mais projetos gráficos têm sido menos estigmatizados agora. “As coisas mudaram muito. Na questão de pautas de gênero e pautas de igualdade racial, há diversas questões. Acho que as coisas ainda estão se expandindo. Claro que essas produções chegam com muito mais facilidade para um público que já é consumidor de quadrinhos. Mas acredito que isso está mudando e me dá uma certa esperança no amanhã”, ela afirma. Para ela, os desenhos são uma forma de questionar, opinar, criticar e apontar temas importantes para a sociedade. “Violência e sobrecarga doméstica, abandono parental, abuso psicológico — não estamos rindo, mas expondo isso.” Langona trata a questão como um espaço para refletir sobre o que está enxergando. “Eu não estou esperando que o leitor concorde comigo, concorde com isso, mas o meu ponto como cartunista é levantar alguma discussão, algum debate.”

“Os comentários são verbalmente muito agressivos, sabe? Com ameaças. Eu acho que nada pode ser mais violento do que certas situações que a gente passa no cotidiano. Quem sente sabe.” No novo livro, Langona reflete também sobre os discursos de machismo e misoginia que ouviu nos últimos anos, como a pressão elevada sobre o corpo feminino e a cobrança pelo peso ideal. “Questão de idade, da autonomia do corpo. Enfim, isso são questões sociais, comportamentais. Mas também são questões políticas que devem ser trazidas ao debate.” “Criticavam ‘ai, ela faz quadrinhos de mulherzinha’. Porque eu falava de estupro e violência? Isso me marcou muito na época. Hoje não dou a mínima para esses comentários”, afirma, acrescentando que esses temas permeiam a sociedade como um todo. “Quando a artista faz alguma coisa assim, dizem ‘nossa, não parece desenho de mulher’. É muito, muito grotesco. Esperam que seja fofo.”

**Viver Dói**  
**AUTORA** Fabiane Langona. **EDITORA** Bebel Books. **PREÇO** R\$ 155 (120 págs). **QUANDO** Bate-papo com Fabiane Langona e Marília Salles e sessão de autógrafos nesta quinta (6), às 19h, no Espaço Feminismos Plurais - av. Chibará, 666, São Paulo. Grátis, com reserva de ingressos no site sympla.com.br

## OUTRO CANAL

**Gabriel Vaquer**

gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



**MACHADO DE ASSIS NA TV**

O ator Ícaro Silva recebe orientação do diretor Matheus Malafaia em cena do 'Falas Negras', especial que vai ao ar no Dia da Consciência Negra (20), na TV Globo Léo Rosário

## TV Globo demite Sidney Garambone após 25 anos

A Globo demitiu na segunda-feira (3) o jornalista Sidney Garambone, um dos seus chefes de esportes mais conhecidos do público. Ele estava na empresa havia 25 anos e, atualmente, era editor de qualidade e projetos especiais da área esportiva da emissora. A informação foi confirmada pelo jornalista à coluna na manhã desta terça-feira (4).

**VIDA QUE SEGUE** “Terminou um ciclo vitorioso”, disse ele, sem dar mais detalhes sobre a decisão da Globo. Garambone iniciou sua carreira no telejornalismo esportivo na Globo ao assumir o cargo de chefe de reportagem da divisão esportiva da emissora, quando o setor ainda era ligado ao jornalismo. Ele foi diretor do Globo Esporte, do Esporte Espetacular e de programas comandados por Galvão Bueno.

**NOVIDADES** A CazéTV segue reforçando seu elenco para a cobertura de grandes eventos esportivos. De olho na Copa do Mundo de 2026, o projeto esportivo do streamer Casimiro Miguel contratou Victória Leite, ex-Globo e ESPN, e Amanda Viana, ex-Sporty-net e Amazon. Elas estreiam na nova casa nos próximos dias.

**4** pontos marcou o Jornal da Band nesta segunda-feira (3) em São Paulo. Venceu o concorrente SBT e marcou o terceiro lugar nesse horário da grade de exibição

**INVESTINDO** A Globo vai aproveitar a realização do Grande Prêmio do Brasil, neste fim de semana, para “marcar território” sobre seu retorno às transmissões da Fórmula 1 em 2026. Uma equipe robusta, com 12 profissionais, foi escalada para a produção de conteúdo no Autódromo de Interlagos. Os direitos da prova pertencem à Band até o fim do ano.

**FICA OU VAI?** Danilo Gentili será chamado nesta semana para começar uma negociação de renovação de contrato com o SBT. Com acordo até dezembro, o apresentador do The Noite ainda está com sua situação indefinida para o ano que vem. Existe interesse em seguir, mas há um desgaste na relação entre as partes devido à falta de investimentos. A atração tem boa audiência na TV e no YouTube, mas baixa aceitação publicitária.

**VERMELHA** Revelação do folhetim “Amor Perfeito” (2023), em que interpretou Marcelino, o ator mirim Levi Asaf estará de volta à Globo depois de três anos. Ele está confirmado no elenco de “Nobreza do Amor”, novela das seis com estreia prevista para o ano que vem.

**SUCESO** Lucas Leto, o Sardinha da novela “Vale Tudo”, agradeceu à Globo. Tanto que o ator foi escalado para apresentar a transmissão do festival Afropunk na emissora, junto com Kenya Sade. O evento acontece a partir deste sábado (8), em Salvador.

**TUDO CERTO** Expulsa do reality A Fazenda 17, Martina Sanzi fez um acordo com a Record e não vai perder o cachê que recebeu para participar do programa.

**ilustrada** | **consciência negra**



# ‘Meridiana’ narra um choque tectônico de classes por meio de família negra que enriquece

Novo romance de Eliana Alves Cruz toca nas mudanças após as cotas raciais, centrando sua trama em menina que ‘vive entre dois mundos’

Anna Virginia Balloussier

**SÃO PAULO** Esse barulho aí é de algo queimando. Pode ser da chapinha que alisa o cabelo crespo de meninas negras. Do cheiro de carne assada numa briga entre irmãos que termina com o pente de ferro quente arremessado contra um deles. Das tantas vezes em que a matriarca, com saúde mental fragilizada, quase põe fogo no apartamento por distração. “Meridiana”, novo romance de Eliana Alves Cruz, tem como pano de fundo um racismo incendiário, que deixa marcas em três gerações de uma família que ascende da pobreza na favela até filhos que “jamais vivenciariam as precariedades do passado de seus pais e avós”, mas que nem por isso deixariam de ser “dos poucos alunos a não receber convites para festas de aniversário” na escola. As queimaduras, diz a autora, são “marcas que ficam como lembrança do que passou e talvez de quem você foi e não quer mais ser”. E aqui ela acha que cabe lembrar “AmarElo”, a música do rapper Emicida. “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.” Esse verso fala muito para a gente. Escrevendo, eu podia sentir cheiro. A maioria das mulheres negras passaram por aquilo.” A escritora se refere ao ritual de alisar as madeixas que suas personagens femininas cumprem. Meridiana, a que serve de título para o romance, desabafa. Se “para muita gente a recordação olfativa dos domingos é o cheiro de macarronada, feijoada, cozido, churrasco”, para ela o dia fedia a cabelo queimado. Cruz se familiarizou desde cedo com esse expediente, que compara a “métodos de tortura”. Aos 16 anos, sofreu uma tragédia capilar, culpa de um produto aplicado no couro cabeludo. “Meu cabelo caiu absolutamente todo, as lágrimas caindo junto. Eu disse à minha mãe ‘você nunca mais vai passar nada no meu cabelo’.” Foi à Bahia e voltou toda trançada. Meridiana é a caçula de uma família que trocou a favela por um condomínio de nome pomposo, Bougainville, com varan-

da, playground e garagem. Ela é boa de perguntas incômodas aos pais, como se “estudar, fazer balé e ter um bom emprego” resolveria o problema de ter vizinhos que os olham de cima para baixo. O nome dessa personagem não é gratuito. Meridiana é a linha imaginária que divide o planeta em hemisférios. Não está nem lá nem cá. Simboliza também o ponto mais alto do Sol no céu, o instante de maior clareza. A autora expande neste livro pontos de tensão presentes em “Solitária”, romance no qual falou sobre relações de poder entre patrões e empregada doméstica. Agora, há a família negra que sobe de classe social e se equilibra entre dois mundos, passa de quem serve a quem é servido. Eles tentam não cair em padrões da elite, ao mesmo tempo em que uma funcionária pede demissão por se recusar a trabalhar “pra gente preta igual a ela”. De novo esse lugar meridiano. O país soma duas décadas de cotas raciais nas universidades e “já tem uma avalanche de pessoas na classe média que fizeram essa mobilidade”, afirma Cruz. Novas narrativas, e os inevitáveis choques tectônicos entre classes, surgem a partir daí. “Tem coisas a serem ditas, personagens a serem descobertas”, diz ela, que rejeita a ideia de que escrever sobre racismo e desigualdade seja modismo. “Quando publiquei ‘Solitária’, algumas pessoas falaram ‘ah, o tema é tão batido, já teve obra tal, o filme da Anna Muylaert [‘Que Horas Ela Volta?’]. Mas eu escrevo o que quero, não porque ‘agora estamos escrevendo sobre tal coisa.’” Ela escreve, mas já ciente de que alguém vai tentar tascar nela o rótulo de “literatura identitária”. Sai para lá. “Todo mundo é atravessado por esse inferno.” A romancista conta que escutou um podcast de sua editora, a Companhia das Letras, contendo dicas de escritores para conhecer a diáspora judaica. “Fui olhar os livros, todas as pessoas falando de suas famílias, lembranças, ancestralidade. Tão bacana.” Aprendeu muito ali. E pergun-

tou por que o inverso não pode acontecer. Por que falar sobre os seus é tachado de identitarismo? Ela diz gostar de ver “nossas vivências celebradas na literatura”. Não é tão fã de debates como o evocado na Folha pela professora e tradutora Aurora Fornoni Bernardini, para quem a literatura contemporânea teria ficado mais pobre ao privilegiar o conteúdo e deixar de lado a forma. Seu primeiro exemplo foi “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior. Com a ressalva de que não acha que dê para “desqualificar quem está há muitos anos lendo e analisando”, Cruz diz sentir “certa má vontade” —e não apenas de Bernardini— para entender a literatura como algo em constante mutação, e não um totem congelado no tempo e espaço. Mas também não quer se prolongar muito aqui. “Acho perda de tempo, uma discussão chatíssima”, afirma. Sobretudo quando temos um Brasil que perdeu quase 7 milhões de leitores em cinco anos. “Se você tem uma pessoa que está trazendo gente para a literatura, é pouco inteligente essa briga. Ficar desqualificando uns aos outros, acho que não é por aí.” Outras brigas ela acha que vale comprar. Cruz conta que a filha sofreu um “caso clássico de racismo” na escola e foi acolhida por um coletivo antirracista lá dentro. “Isso significa que algo caminha. As pessoas já não estão mais tão perdidas nessa geografia, têm com quem se abraçar.” Em “Meridiana”, essa libertação também passa pelos vínculos entre as mulheres. Cruz constrói uma amizade de vida inteira entre duas de suas personagens. “A sociedade nos induz a sermos rivais, as primeiras algozes umas das outras. Precisamos desarmar essa bomba-relógio, que só nos joga na depressão. Já me ressentí ao olhar para o lado e ver que só tinha amigos homens. Fui resgatar amigas. A irmandade está ali para o momento que você mais precisa.”

**Meridiana**  
**AUTORA** Eliana Alves Cruz. **EDITORIA** Companhia das Letras. **PREÇO** R\$ 69,90 (184 págs.); R\$ 34,90 (ebook)

ilustrada

# Como usar a lei para calar o dissenso

Avançamos a passos largos para transformar em crime a opinião que reprovamos

Wilson Gomes

Professor titular da UFBA, doutor em filosofia e autor de 'Transformações da Política na Era Digital' e 'A Tirania da Virtude'

Sou de uma geração em que a esquerda e os progressistas gabavam-se de que, apesar de serem uma força subalterna ante a hegemonia da direita e dos conservadores, ao menos eram muito mais esclarecidos, mais tolerantes e muito menos autoritários do que sua contraparte.

Hoje entendo que o apelo à tolerância a estilos de vida e valores, o apego à autonomia individual e às liberdades (inclusive de expressão), bem como a defesa intransigente da legitimidade do dissenso, eram pura questão de sobrevivência. Quando se é minoria política diante de uma hegemonia hostil, valores liberais e princípios democráticos tornam-se a principal linha de defesa.

O jogo, contudo, mudou —e, com ele, o apreço dos progressistas por esses mesmos princípios. Já não se sabe, entre progressistas e conservadores, quem mais se dedica a proibir, vetar, censurar, intimidar e mandar calar —ou a reduzir, com mais afinco, os limites do que ainda deve ser tolerado.

A tolerância política é a disposição de estender direitos civis e políticos —sobretudo o direito à livre expressão e participação— a grupos e ideias que rejeitamos, desaprovamos ou consideramos ameaçadores. Tolerância, notem, aplica-se ao que nos desagrada; não faz sentido falar em tolerância para aquilo que reputamos correto ou aceitável.

Ocorre que os limites da tolerância hoje recuam em grande velocidade, contando, inclusive, com o luxuoso auxílio dos que fazem as leis e dos agentes do sis-



Ariel Severino

**A tolerância política é a disposição de estender direitos civis e políticos a grupos e ideias que rejeitamos, desaprovamos ou consideramos até ameaçadores. Tolerância, vale notar, se aplica a tudo o que nos desagrada; não faz sentido falar em tolerância para aquilo que reputamos ser correto ou mesmo aceitável**

tema de Justiça. Afinal, a intolerância pode ser legalizada e a lei passa a ser usada para determinar o que não deve ser tolerado. Daí a fúria legiferante para retirar do alcance da divergência pública legítima o máximo possível de questões, convertendo em crime ideias que o nosso lado detesta —sempre em nome da proteção de grupos vulneráveis.

Assim, enquanto um lado cria um tipo penal para a misoginia, o outro aprova uma lei tipificando o crime de cristofobia; um lado se esforça há tempos para criminalizar a “desinformação”, enquanto o outro quer ver na cadeia quem faz apologia do crime em shows. E seguimos, ampliando o catálogo do intolerável, até que, quem sabe, alcancemos o

objetivo final: pôr na ilegalidade —e nas galés— os que deploramos. Ou “que ameaçam a nossa existência”, como dizemos.

Os atores do sistema judicial têm colaborado na tarefa. Em que universo, alguns anos atrás, por exemplo, um procurador da República poderia apresentar uma denúncia de cometimento de crime por ter alguém publicado que “mulheres trans não são mulheres porque obviamente nasceram do sexo masculino”?

Na opinião dele, “tal teor evidencia a discriminação por parte da acusada, uma vez que utilizou a compreensão biológica como subterfúgio para proferir seu preconceito”. E continua: “Ao compartilhar na rede mundial de internet esse viés,

reforça uma linha de pensamento transfóbica que sugere a visualização da comunidade LGBTQIA+ e seus membros como algo pejorativo e inferior”.

Vejam: o procurador não afirma que a tese de que “mulher é um construto social” deva ser socialmente tolerada porque quem a sustenta tem todo o direito de fazê-lo. Não se trata de defender a tolerância a uma opinião minoritária; é o contrário.

O que ele disse na denúncia —e um juiz federal aceitou— é que a lei não deve tolerar que alguém afirme ser possível definir, nos termos biológicos clássicos, o que é feminino e o que é masculino. Não porque a ideia seja estúpida ou fruto de ignorância —afinal, ainda não é crime ser burro ou ignorante—, mas porque seria uma ideia imoral e, pelo visto, ilegal.

As categorias da descrição são muito expressivas: a tese biológica é um “viés”, um “subterfúgio” e deve ser punida pela Justiça porque “sugere” uma “visualização” preconceituosa de uma minoria. Não se pode tolerar teses que “pareçam” ofender minorias, enfim.

Nem de longe se trata de decidir quem está certo ou errado no juízo sobre o que define o feminino, como a militância costuma apresentar. Trata-se, isto sim, de saber o que, em uma democracia, devemos —ou aceitamos— tolerar que seja dito por grupos e tipos humanos de que não gostamos.

Quando um procurador sustenta que deve ser posta na esfera do intolerável a mais banal e difundida das teses sobre o que é ser mulher, o limite da tolerância política acaba de ser reduzido ao mínimo possível. Como consequência, aceita a tese, 95% da opinião comum sobre o tema tornam-se, de uma vez, imorais e criminosas. Na certeza, claro, de que, criminalizando a opinião padrão das velhinhas, a sociedade ficará muito melhor.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

## MULTITELA

### Novo filme da saga do Quarteto Fantástico chega ao sob demanda

#### Quarteto Fantástico – Primeiros Passos

Disney+, 12 anos

Com uma estética retrofuturista, o filme dá ênfase às relações familiares, explorando o amor, as tensões e os sacrifícios do clã Richards enquanto tem de defender a Terra. É estrelado por Pedro Pascal, Vanessa Kirby, Joseph Quinn e Ebon Moss-Bachrach, a Primeira Família, e apresenta a Surfista Prateada, vivida por Julia Garner.

#### Drop, Ameaça Anônima

Prime Video, 16 anos

O suspense é protagonizado por Meghann Fahy, que vive uma jovem mãe viúva que, em seu primeiro encontro em anos, é aterrorizada por mensagens anônimas em seu celular dizendo que vão

### Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com



#### The Earthshot Prize

Multishow, 20h30, livre  
As questões ambientais são a pauta do prêmio criado pelo príncipe William, que traz ao Brasil shows dos artistas Kylie Minogue, Shawn Mendes, Seu Jorge e outros. A cerimônia terá transmissão ao vivo, direto do Museu do Amanhã, no centro do Rio de Janeiro

matar seu filho e sua irmã se ela não fizer tudo o que ele mandar. O filme explora a tensão psicológica e o dilema moral da personagem.

#### A Melhor Mãe do Mundo

Netflix, 14 anos

Gal é uma catadora de recicláveis em São Paulo que decide fugir do relacionamento abusivo com o marido, Leandro. Para proteger seus dois filhos pequenos, ela os coloca em uma carroça e os leva numa jornada pela cidade, fazendo com que, para as crianças, a fuga pareça uma grande aventura. Dirigido por Anna Muylaert.

#### As Mulheres da Sacada

Mubi, 18 anos

Três mulheres confinadas em um apartamento em Marselha durante uma onda de calor observam um vizinho da sacada. A comédia feminista combina terror, humor ácido e crítica social. Foi a estreia na direção de Noé-

mie Merlant, conhecida por “Retrato de uma Jovem em Chamas”.

#### Brasileira - O Musical Negro que Apresentou o Brasil ao Mundo

Curta!, 21h30, livre

Dirigido por Joel Zito Araújo, o filme resgata a história da Companhia Brasileira, um grupo de música, teatro e dança formado por artistas negros apenas que, entre 1949 e 1974, percorreu mais de 90 países levando expressões da cultura afro-brasileira, como samba e maracatu, para palcos internacionais.

#### Marianas

GNT, 01h15, 10 anos

A série documental retrata um grupo de mulheres que se destacou no desastre de Mariana, ocorrido em Minas Gerais há dez anos, quando sua coragem e solidariedade foram decisivas para salvar vidas, e mostra como elas reconstruíram suas trajetórias.

## POLÍTICA CULTURAL

### Câmara aprova projeto que regulamenta o streaming e cria taxa para as plataformas

SÃO PAULO A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira o PL 8889/17, de regulamentação do streaming.

A Casa deu aval ao texto-base, mas falta a análise de 14 emendas no plenário, ou seja, o texto pode sofrer mudanças consideráveis. A votação dessas emendas ficou para quarta-feira.

A lei define que as plataformas de vídeo que atuam no Brasil, pagas ou abertas, deverão pagar a Condecine, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. O texto do relator Doutor Luizinho (PP-RJ) estabelece que plataformas como Netflix, Prime Video e Disney+ paguem uma alíquota de 4% calculada sobre a receita bruta anual das empresas. Eduardo Moura

# Crescer em frente às câmeras distorce construção de identidade infantil

Em 'A Casa Da Minha Mãe', Shari Franke expõe abusos sofridos em bastidores de canal familiar comandado por sua mãe, que em 2023 foi condenada a 15 anos de prisão



Família Franke em foto para o canal '8 Passangers'; Shari está de vermelho, à esq.; sua mãe, Ruby, veste amarelo 8 Passangers no Facebook

Giulia Peruzzo

SÃO PAULO “Não lembro o exato momento em que as câmeras começaram a gravar. Só sei que um dia éramos uma família normal e, no dia seguinte, havia uma câmera ruim constantemente virada na nossa direção, documentando cada movimento nosso para o consumo de estranhos na internet.” Esse depoimento é de Shari Franke em seu livro “A Casa Da Minha Mãe”. Nele, ela conta os infortúnios de ter crescido em um ambiente em que tudo era controlado.

Ruby Franke, mãe de Shari e de mais cinco filhos, criou em 2015 um canal no YouTube para documentar a vida de sua família e dar dicas de criação das crianças, o “8 passengers”. Em 2023, Ruby foi condenada a 15 anos de prisão por abuso infantil.

Poderia ser um roteiro de filme de terror, mas é uma história real que mostra que nem sempre o que está em frente às câmeras retrata a realidade. Com a ascensão dos vlogs no YouTube, que são os blogs em vídeo, é comum encontrar canais que mostram o dia a dia de famílias inteiras.

No livro, a primogênita da família Franke conta como a mãe roteirizava tudo o que seria gravado, e que todos deveriam estar com uma “máscara constantemente sorridente”. Mesmo os momentos mais constrangedores para uma pré-adolescente, como quando teve a sobranalha deformada pela mãe em um vídeo, era registrado e postado para milhares de seguidores.

A necessidade de expor cada detalhe da vida se tornou uma característica da nossa sociedade, diz a historiadora e socióloga Laura Hauser. “O digital, principalmente a ascensão das redes sociais, tem mudado muito rápido o comportamento das pessoas em questões que são muito fundamentais, como a parentalidade.” Para Hauser, que pesquisa comunicação e semiótica, o comportamento exibicionista é exercer a parentalidade como uma performance. Dessa forma, o “ser um bom pai” se confunde com postar constantemente sobre isso.

A história da família Franke tem algo em comum com outras histórias semelhantes: a figura exibida é normalmente a mãe.

Ao longo do livro, Shari descreve a mãe como um figura manipuladora, mas retrata o pai como um ser submisso, quase como outra vítima.

“Isso é uma repetição do que a nossa sociedade, de uma maneira geral, imagina que o cuidado para a criança deve ser dado pela mãe. Mas e a proteção que esse pai não ofereceu?”, questiona a psicanalista Camila Menezes, apontando que a negligência também é uma violência.

Situações assim podem deixar marcas e sequelas irreparáveis nas crianças, ressalta a psicanalista. Ela aponta que o impacto pode não aparecer de imediato, mas sim na construção de identidade desse sujeito ao longo do tempo. “É uma sensação de abandono, porque aquele adulto que deveria me proteger e cuidar de mim, me expôs.”

A falta de noção do que é público e o que é privado, diz a psicanalista, pode afetar a percepção de comportamentos predatórios, fazendo com que a pessoa não estabeleça limites e permita ser invadida de diversas formas.

“Inclusive o valor desse sujeito vai estar atrelado ao que ele

produz, à quantidade de curtidas que ele recebe, às visualizações, à quantidade de parcerias que a gente consegue fechar. Então tudo fica direcionado a uma prática mercantil, e ele nem sabe mais se é um sujeito ou um produto”, afirma Menezes. A história de Shari, no entanto, vai além. Nos bastidores, aconteciam episódios de manipulação, chantagem, violência física, privação de comida e condições precárias de sono.

O caso da família Franke não significa que todos os pais que expõem seus filhos nas redes sociais são criminosos, mas toda exposição tem um impacto prejudicial para os filhos. Outra lição que a história sombria dos Franke traz é a de que o que vemos na internet não é necessariamente o que se passa nos bastidores.

E o conteúdo, diz a socióloga, não é qualquer um. A economia da atenção — conceito criado pelo economista alemão Herbert Simon, vencedor do Nobel de 1978, para descrever a competição por atenção em um mundo saturado de informação — sobrevive do sensacionalismo. E é nesse conteúdo que as crianças estão moldando suas identidades.

Não só como forma de entretenimento, mas também o telespectador que critica está reforçando os impactos, diz Menezes, porque a criança pode se sentir culpada de ter causado mal aos pais. “O ideal seria que a gente, como público, também se regulasse, olhasse para isso e falasse ‘eu não vou participar disso’.”

“Não existiria economia de atenção se não houvesse a nossa atenção”, lembra Hauser. Mas ela também observa que há uma questão maior: a responsabilidade das big techs, as grandes companhias de tecnologia que controlam as redes sociais, já que hoje existe um sistema coercivo que nos prende a essas plataformas.

A advogada Nuria López explica que, para proteger as crianças e adolescentes, o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo. “A gente já tinha o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e agora vivemos a aprovação do ECA Digital, que traz novas obrigações para as empresas que fornecem serviços ou produtos direcionados ou acessíveis para esse público.”

A lei do ECA Digital foi sancionada pelo presidente Lula em setembro deste ano e traz mecanismos para garantir a proteção das crianças e dos adolescentes nas redes sociais e na internet. Ela obriga que os perfis juvenis tenham configurações protetivas, restringindo contatos com desconhecidos, personalização de feeds e geolocalização.

Quando são os pais os responsáveis pelo abuso, a legislação e a sociedade devem se manter atentos, diz a advogada. “Nesse sentido, o digital é mais um meio de exploração que infelizmente, já acontecia no ambiente físico.

Como diz Shari Franke, na reta final de seu livro: “De certa forma, representamos a primeira prova verdadeira e contundente de como as coisas podem dar errado em um mundo dominado pelas redes sociais em que as crianças são felizes e o conteúdo é rei.”

“

**De certa forma, representamos a primeira prova verdadeira e contundente de como as coisas podem dar errado em um mundo dominado pelas redes sociais em que as crianças são felizes e o conteúdo é rei**

**Shari Franke**  
filha mais velha de Ruby, criadora do canal de vídeos para internet '8 Passengers'

**A Casa da Minha Mãe: A Luta de Uma Filha Em Busca da Liberdade**

Autora: Shari Franke  
Editora Planeta; 240 págs.,  
R\$ 66.90 (ebook R\$ 49.90)

equilíbrio

VIDA DE ALCOÓLATRA

Um senhor chegou embriagado ao PS (e eu não quis ajudá-lo)

Entendi o quão difícil é lidar com bêbado, mas aconteceu e preciso me perdoar

Alice S.

Alcoólatra em recuperação, escreve o blog Vida de Alcoólatra

A sala estava completamente lotada, repleta de pessoas visivelmente abatidas. Algumas balançavam as pernas, outras massageavam os ombros ou tocavam as feridas que as haviam levado até ali, ao pronto-socorro. Eu esperava minha vez, com uma dor intensa no ouvido e na cabeça. O silêncio só era rompido pela voz da enfermeira, chamando, um a um, os nomes dos pacientes que seriam atendidos. Já estava cansada e só queria sentar, mas não havia cadeiras suficientes para todos. Os mais velhos e as gestantes ocupavam a maioria e as demais já estavam tomadas quando cheguei. Era um sábado, e tudo o que eu queria era estar em casa, descansando ou fazendo qualquer outra coisa. O problema é que meu ouvido latejava e minha cabeça não me deixava em paz. Restou, portanto, enfrentar o PS. De repente, ouvimos um homem falando alto, soltando pequenas gargalhadas, e a porta se abriu. Entrou um senhor de, acredito, uns 60 anos. A cabeça sangrava, e o corpo estava coberto de hematomas. Mesmo depois de entrar no recinto, ele não parou de falar nem de rir. Eu estava bem ao seu lado e pude sentir o cheiro forte de álcool que ele exalava. “Que situação”, pensei. Mas não pude deixar de lembrar das vezes que estive naquele estado, embriagada.

A questão é que, mesmo com todo o meu passado, eu estava sem paciência para o senhor, sentia empatia pelos outros. Um pouco contraditória essa minha postura. Na verdade, entendi o quão difícil é lidar com alguém bêbado. Fiquei me sentindo culpada, mas aconteceu. Eu simplesmente não queria ajudar aquele homem que ria demais e ainda pediu para ir à lancho-nete beber.

Será que eu deveria levantar a voz e defendê-lo diante dos demais? Dizer que ele merecia ser tratado como qualquer um de nós? Talvez. Uma vez, já contei aqui, acordei em um hospital, numa semi-UTI, e a médica começou a me dar um sermão. Disse que eu estava ocupando o leito de alguém que certamente o merecia mais. Aquilo foi um golpe enorme. Eu nem sabia o que tinha feito para acabar naquele lugar... naquele leito “imerecido”. Talvez eu também tenha chegado causando no hospital.

A enfermeira me chamou e não vi mais aquele senhor. Mas a cena me deixou bem incomodada. Por que não consegui me pôr na pele das outras pessoas que trataram e cuidaram de mim? Me odiei por alguns instantes. É que a pessoa que eu sou hoje é tão distante daquela, dependente do álcool. Foi muito importante eu saber que não posso beber nem um gole, que nunca vou conseguir moderar, “beba com moderação” não existe no meu vocabulário. E não foi à base de sermão que aprendi, e sim com outras pessoas que sofrem com o alcoolismo e que se tratam.

Ao longo da minha recuperação, e até nos dias de hoje, já experimentei sentimentos muito ruins. Medo, culpa, pânico, raiva... Preciso me perdoar a cada vez. Em gestos pequenos como não ajudar o senhor, assim como em questões que acontecem comigo e que não tem muito o que fazer.

Voltar atrás, refazer erros do passado. Tudo isso é impossível. Mas é bom lembrar como eu era para reforçar a convicção de que nunca mais quero agir igual. Ser alcoólatra é viver refém do álcool. Não quero: a liberdade é incrível.

QUA. Vida de Alcólatra / Não tem cabimento



# Folha testa protetores solares em pele negra e avalia ‘efeito máscara’, textura e oleosidade

17 produtos foram provados por profissionais do jornal; pessoas pretas e pardas também devem se proteger da radiação solar

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO O principal cuidado com a pele do rosto deve ser a proteção solar, diz a dermatologista Katleen da Cruz Conceição. “Há pensamento muito popular de que pessoas negras não precisam usar protetor solar, mas isso é mentira.” A Folha convidou sete jornalistas negros da Redação para testarem protetores solares sem cor e avaliarem se o produto cria o “efeito máscara” na pele, que deixa o rosto esbranquiçado, azulado ou acinzentado. O grupo também avaliou embalagem, cheiro, textura e absorção do protetor e controle de oleosidade.

**Avène Mat Perfect Tri-Defense Ultra Fluido Acabamento Invisível FPS50**

A partir de R\$ 59,90  
Não apresenta a textura ultra fluida prometida. “A absorção é lenta, deixa toque residual na pele”, diz a repórter Marina Costa, 26, que tem pele seca. Ela diz que, apesar de não deixar o rosto esbranquiçado, o protetor escorre pela face em contato com a água.

Já a secretária-assistente de Redação e editora de Diversidade, Flavia Lima, 50, que tem a pele mista, diz que o produto interfere na maquiagem, deixando o rosto acinzentado e oleoso. O cheiro foi mais intenso do que o desejado e, a embalagem, adequada.

**Avon Renew Solar Tripla Proteção FPS 50**

A partir de R\$ 39,90  
Tem textura cremosa e densa que não atrapalha ao espalhar. Alguns notaram o efeito máscara apenas na hora da aplicação, outros re-

lataram que o produto formou farelos brancos ao longo do dia.

Embora o cheiro não tenha incomodado, houve casos de reação alérgica à fragrância. “Além do nariz irritado, fiquei com os olhos lacrimejando e irritados durante horas”, diz a repórter Catarina Ferreira, 29, que tem pele mista.

**Australian Gold Antiox Complex Ultra Fluido FPS 70**

A partir de R\$ 49,90  
A textura foi descrita como leve e aquosa. Para o repórter Francisco Lima Neto, 39, que tem pele oleosa, o produto espalhou fácil e foi absorvido. “Não deixou o rosto branco.” Já para a repórter Priscila Camazano, 39, que tem pele seca, demorou a ser absorvido, e o rosto ficou esbranquiçado na aplicação. “Não controlou muito a oleosidade, o rosto ficou brilhoso.” Não houve incômodo com cheiro, e a embalagem foi adequada.

**Bioré Acqua Rich FPS 50**

A partir de R\$ 76,90  
Com textura fluida, espalha bem no rosto e tem efeito invisível. “Não deixa a pele negra retinta esbranquiçada ou acinzentada”, disse o repórter Gustavo Luiz, 29, que tem pele mista. Experiência compartilhada por alguns é a sensação de umidade no rosto e a demora para secar. A capacidade de controlar a oleosidade foi diferente para cada um. Gustavo disse que o produto não é bom nisso. Para Flavia, controlou a oleosidade por cerca de 5 horas. A embalagem ajudou a dosar o produto.

**Darrow Actine One FPS 50**

A partir de R\$ 59,90  
O protetor tem textura cremosa

e espessa, mas espalha bem no rosto. “O produto absorveu bem na pele, mas não em um minuto, como promete”, diz Priscila.

Flavia diz que o cheiro incomodou na aplicação. Para a maioria, o produto não incomodou e tem controle de oleosidade baixo ou razoável. Francisco relatou ter percebido o rosto branco na aplicação e brilhante no dia. A embalagem foi considerada prática.

**Eucerin Sun Hydro Fluid FPS 60**

A partir de R\$ 69,90  
Com textura fluida, espalha bem na pele. No caso de Priscila e Flavia, não deixou o rosto branco. Já em Catarina, a face ficou esbranquiçada —o aspecto sumiu após minutos. “Na hora de aplicar, senti cheiro de álcool. Depois passou.” Outros não tiveram incômodo com o cheiro nem irritação no olho. Na testa, no nariz e no queixo o efeito durou para Catarina, mas no restante do rosto a pele ficou seca. A embalagem é prática.

**Garnier Uniform & Matte Vitamina C FPS 50**

A partir de R\$ 24,90  
Tem textura cremosa e é mais difícil de espalhar. A maioria ficou com o rosto esbranquiçado. Priscila percebeu o efeito máscara apenas na aplicação. Houve relatos de irritação nos olhos após horas de uso. A embalagem foi considerada prática. “Sai quantidade boa, mas a sensação é que o produto não rende. O preço o torna interessante, mas é incompatível com pele retinta”, disse Gustavo.

[Continua na página B11](#)



Protetores testados por profissionais da Folha  
Julia Maria Porfírio/Folhapress

Continuação da página B10

**Isdin Fotoprotector Fusion Water FPS 60**

A partir de R\$ 65,39  
Textura líquida e leve, espalha bem no rosto e deixa toque seco após absorção. “O cheiro não é agradável, mas é discreto e some rápido”, disse o repórter Andrei Silva Ribeiro, 27, que tem pele mista. “O protetor não interfere na maquiagem, o que chama a atenção, já que o produto tem alta proteção”, destacou Flavia. A embalagem, com bico pequeno, foi adequada e evita desperdício.

**La Roche Posay Anthelios UVMune Airlicium Antioleosidade FPS 60**

A partir de R\$ 109,99  
A textura é mais cremosa do que a dos outros, sem comprometer a facilidade de espalhar na face. A absorção deixou a desejar. “Não absorveu muito, deixou a pele com aparência de oleosa”, disse Priscila. Enquanto alguns ficaram com o rosto branco só na aplicação, em Gustavo o efeito foi contínuo. “O protetor ficou azulado na pele. Não recomendaria para pessoa retinta que está prestes a ir a lugar importante”, disse.

**L'Oréal Paris Solar Expertise The Invisible FPS 60**

A partir de R\$ 59,49  
O protetor tem textura mais aquosa, segundo relatos, e a maioria obteve bom resultado após secagem. “Ficou natural no rosto. Iluminou a pele e a deixou com aspecto de hidratação”, disse Gustavo. O controle de oleosidade foi considerado mediano, durando seis horas. “Depois disso, nariz e testa apresentaram

oleosidade e brilho”, disse Francisco. A embalagem foi considerada adequada, mas todos destacaram a necessidade de cuidado para não desperdiçar o produto, que é líquido.

**Mantecorp Episol Sec Acqua FPS 60**

A partir de R\$ 77,90  
Com textura fluida, chega a escorrer quando é aplicado e espalha bem na pele. Para a maioria, deixou o rosto branco só na hora da aplicação e apresentou um controle de oleosidade ao longo do dia. “Depois que o produto é absorvido, a pele fica com toque seco, como prometido”, disse a repórter Marina. Já o cheiro é forte. “Lembra o aroma de protetor solar. Incomoda na aplicação, mas some rápido.” A embalagem foi considerada adequada para a textura fluida, “mas a tampa tem difícil manuseio, o que facilita desperdício e sujeira”, disse Andrei.

**Natura Chronos Antissinais FPS 50**

A partir de R\$ 77,90  
A textura foi descrita como mais cremosa e consistente, de fácil aplicação. Para alguns, deixou o rosto branco. “O protetor deixa a pele esbranquiçada e solta farelos brancos ao longo do dia, até em áreas em que eu não costumo encostar tanto”, relatou Marina. Quanto à oleosidade, Priscila disse que o produto a controlou de imediato e durou o dia todo. Já Catarina, Francisco e Andrei afirmaram que o produto deixou brilho de oleosidade que foi aumentando no dia. Alguns relataram que o formato do aplicador facilita o acúmulo de produto na tampa, o que pode causar desperdício.

**Needs Hidratação Equilibrada FPS 70**

A partir de R\$ 56,90  
O produto tem textura leve e fluida, fácil de espalhar. O rosto da maioria ficou esbranquiçado logo após a aplicação, mas normalizou depois de absorvido. Outros relataram que o efeito máscara permaneceu de forma discreta no dia. “Na reaplicação pesa um pouco, mas não compromete a experiência”, disse Marina. “Depois de horas, senti os olhos lacrimejando e ardência, mas na hora da aplicação não senti nada”, observou Catarina. Ela notou o rosto mais oleoso do que o costume ao longo do dia. A embalagem foi considerada prática.

**Negra Rosa Translúcido FPS 50**

A partir de R\$ 44,90  
Tem textura em gel mais gelatinosa, espessa e sedosa. “Pode ser meio estranha na aplicação”, diz Catarina. A maioria relatou rápida absorção, enquanto no rosto de Priscila o produto não absorveu bem e gerou sensação de pele “oleosa e grudenta”. Translúcido, não deixou o rosto esbranquiçado. Segundo Francisco, a sensação é a de ter película na pele. “Só me incomodou o resíduo que fica na mão após a aplicação. É preciso lavar bem.” A maioria não se incomodou com o cheiro e percebeu bom controle da oleosidade mesmo após exercícios físicos. “O bico poderia conter ainda mais o produto”, disse Flavia.

**Nivea Sun Face Invisible Fluido FPS 70**

A partir de R\$ 49,90  
Tem textura mais líquida, espalhou bem e proporciona rápida absorção. Metade dos entrevistados relatou que o produto deixou o rosto branco só na hora da aplicação, enquanto a outra não percebeu o “efeito máscara”. A maioria percebeu a pele oleosa ao longo do dia. “Meu rosto ficou lotado de cravos até nas partes mais secas. O aspecto da pele ficou terrível, com vermelhidão e sensibilidade, o que me leva a crer que algum componente da fórmula irritou a pele”, disse Marina.

**Sallve Toque Seco FPS 50**

A partir de R\$ 53,80  
Com textura leve, o protetor espalhou bem no rosto e logo foi absorvido. Alguns relataram controle de oleosidade satisfatório, mas que tem facilidade à transpiração notou brilho excessivo no dia. “A pele ficou com aspecto hidratado e sem oleosidade só por algumas horas”, disse Catarina. Experiência compartilhada por participantes foi a irritação nos olhos. Alguns sentiram na aplicação, e outros, ao longo do dia. A embalagem é atraente. “É mais difícil perder. E o dosador evita desperdício”, disse Andrei.

**Vult Antioleosidade FPS 70**

A partir de R\$ 37,99  
O produto tem textura líquida, fácil aplicação e boa absorção. Enquanto alguns perceberam o rosto branco só na aplicação, outros não tiveram isso. O cheiro foi suave, quase inexistente, para a maioria. Não houve irritação e o produto controlou a oleosidade da pele por 10 h, segundo relatos. A embalagem facilitou a aplicação.

# Tudo pode ser. Se quiser. Será?

Que chances tem um adolescente que nasceu na favela?

**Joanna Moura**

É publicitária, escritora e produtora de conteúdo. Autora de “E Se Eu Parasse de Comprar? O Ano Que Fiquei Fora da Moda”

Em 1990, Xuxa lançou a música que viraria o mantra de toda uma geração:

Tudo pode ser  
Se quiser, será  
Sonhos sempre vêm pra quem sonhar  
Tudo pode ser  
Só basta acreditar  
Tudo que tiver que ser, será  
Até hoje, só de evocar a lembrança da canção, me pego entoando seus versos, de olhos fechados, acreditando piamente nas palavras da Rainha dos Baixinhos: tudo pode ser. Será?

Do sonho de cristal para a realidade do noticiário. Na semana passada, uma megaoperação policial nos complexos da Penha e do Alemão resultou na morte de mais de uma centena de pessoas. Foi o maior massacre da história do Rio de Janeiro. Entre os mortos, a maioria era do sexo masculino, com idades entre 14 e 55 anos.

Na esteira do ocorrido, a opinião pública se dividiu. De um lado do espectro, muita gente denunciou os assassinatos, ecoando o choro e a revolta das mães que estamparam as capas dos jornais enquanto velavam os corpos de seus filhos em praça pública.

Do outro, pseudoespecialistas em segurança pública correram para aplaudir o feito do governador, engrossando o coro de que a operação havia sido um sucesso. “Se estava lá é porque era bandido. E se era bandido, é porque escolheu ser bandido.”

Escolheu ser bandido. Escolheu. Será?

**Enquanto o governo abandona a população à própria sorte, a teoria da prosperidade diz que é preciso ter ambição. Sentados em suas mansões de luxo, coaches proclamam que se é o que se tem**

Num vídeo publicado no perfil Protocolo Eu te Vejo, no Instagram, a juíza Vanessa Cavalieri, da Vara da Infância e Adolescência do Rio de Janeiro, falou sobre as razões que levam jovens a entrarem para o tráfico de drogas. Entre os principais motivos elencados por Cavalieri está a péssima qualidade do ensino público. Escolas que formam analfabetos funcionais, jovens que saem da escola sem saber nem sequer compreender um texto.

Mas onde o Estado falha, o capitalismo, não. Enquanto a educação não educa, a sociedade ensina a desejar o que não se tem. Enquanto o governo abandona a população à própria sorte, a teoria da prosperidade diz que é preciso ter ambição. Sentados em suas mansões de luxo, coaches proclamam que se é o que se tem. A roupa que você usa, o tênis que calça, o carro que dirige dizem ao mundo o valor que você tem. Em seus discursos, pregam que a única vida que vale a pena ser vivida é aquela da abundância —de dinheiro, é claro. E, por óbvio, chegar lá só depende de você. Da sua força de vontade. Da sua disciplina. Afinal, tudo pode ser. Será?

Volto às estatísticas e me pergunto: entre o desejo de prosperidade e o vácuo do Estado, que chance tem um adolescente que nasceu na favela de alcançar essa prosperidade que pregam?

Entre o sonho e a realidade aparecem outras alternativas para “chegar lá”. Para uns, elas vêm na forma da promessa de enriquecimento rápido das bets; para outros, pelo ingresso no crime. Ambos os caminhos com consequências desastrosas.

Pablo Marçal, o pseudoguru da neoprosperidade, disse certa vez, em uma palestra, que “o lugar onde você mora pode estar te impedindo de prosperar”. O raciocínio que o levou a proferir a frase, de tão esdrúxulo, nem vale a pena ser mencionado aqui. E embora isso me exija um esforço tremendo, me vejo obrigada a concordar com o coach: dependendo de onde se nasce, não basta só acreditar. A bala muitas vezes chega antes do sonho.

equilíbrio

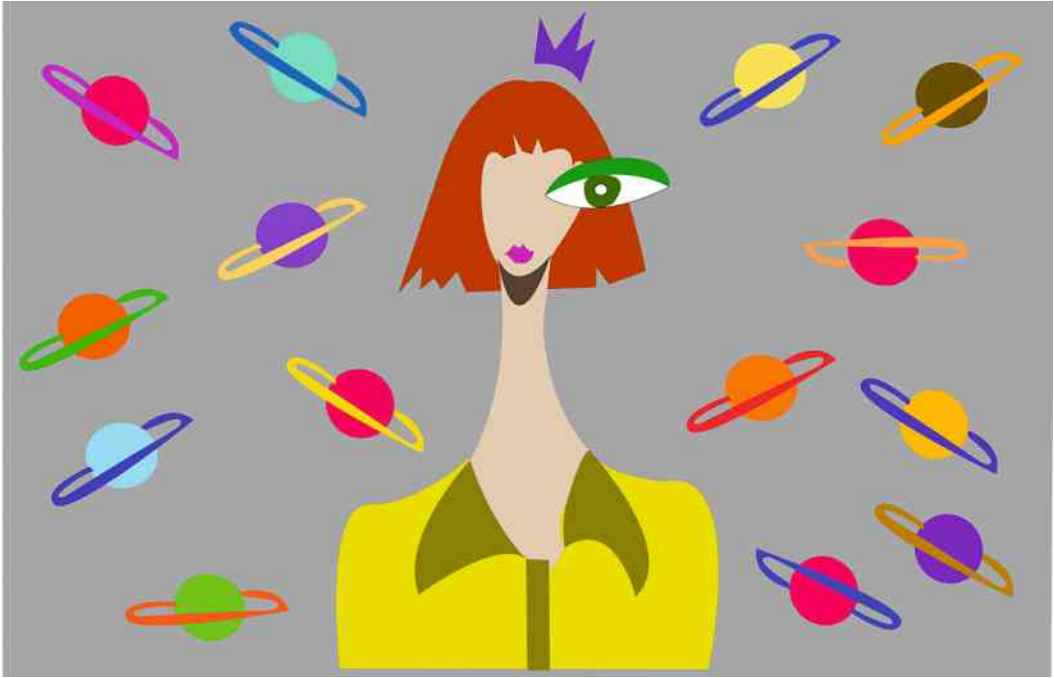
# Geração sem tesão

Muitas mulheres apontam a menopausa como principal culpada pela falta de desejo sexual

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Na minha coluna “Por que os jovens não querem mais transar? O ‘apagão sexual’ da Geração Z”, analisei pesquisas que mostram que os jovens da geração Z (nascidos entre 1995 e 2010) estão fazendo menos sexo do que seus pais e avós da geração X (nascidos entre 1965 e 1981) quando tinham a mesma idade. De acordo com a psicóloga Jean W. Twenge, da San Diego State University, os membros da geração X tiveram cerca de 10 parceiros sexuais ao longo da vida, enquanto os membros da geração Z estão tendo 5 parceiros. De acordo com especialistas, a falta de sexo estaria associada ao tempo que os jovens ficam online e com o fácil acesso a sites de pornografia, entre outras razões (individualismo, isolamento social, conflitos familiares, vontade de ganhar dinheiro e de ser famoso etc.). No “mundo real”, o sexo exige intimidade, esforço e desempenho, coisas que os jovens não precisariam ter no “mundo virtual”. Vale a pena destacar que os brasileiros passam, em média, mais de nove horas por dia online. No entanto parece que não são somente os jovens que não querem transar. Na minha pesquisa atual, com mulheres de mais de



Claudia Liz

50 anos, também tenho encontrado um “apagão sexual”, como revelou uma psicóloga de 53 anos. “Estou sempre tão exausta e estressada que prefiro dormir a fazer sexo. A menopausa acabou com o meu tesão. Estou fazendo todos os tratamentos possíveis para que o tesão volte, mas está difícil”. Ela acha “natural” perder o tesão na menopausa. “Misturou tudo: menopausa,

casamento de muitos anos, pandemia, perdas, lutos, doenças, crises sociais, guerras, polarização política. Já transei muito, agora é natural querer um pouco mais de paz e tranquilidade. Aliás, quem consegue ter tesão em um mundo tão caótico?”. Uma professora, de 63 anos, afirmou que se “aposentou sexualmente” depois da menopausa. “Minha mãe nunca falou nada

**Professora de 63 anos disse que se ‘aposentou sexualmente’ após a menopausa. ‘Sou de uma geração em que o sexo foi libertação. Hoje, para muitas, é uma prisão’**

sobre menopausa. Sou de uma geração que passou pela menopausa sem dar nome a ela. Tive todos os sintomas, mas achava que era velhice: engordei, tenho uma insônia enlouquecedora, secura vaginal, ansiedade excessiva, depressão, falta absoluta de tesão. Só não tive os famosos fogachos. Minha filha está com 43 anos e diz que a sua falta de tesão é culpa da pré-menopausa. Com a idade dela eu tinha acabado de me divorciar e estava transando loucamente. Não sabia o que era menopausa, mas ela sabe tudo sobre pré-menopausa. Minha filha e minha neta são muito mais carretas do que eu fui na juventude.” Nas minhas pesquisas anteriores, a falta de desejo sexual era apontada como uma consequência natural do envelhecimento ou como resultado de um relacionamento longo, rotineiro e insatisfatório. Hoje, como mostrou a professora, parece que a menopausa se tornou a principal “culpada” pela falta de desejo feminino. “Mirian, adorei a sua coluna sobre o tesão na alma. Eu acredito, como disse Rita Lee, aos 73 anos, que velha não quer trepar, velha quer ter tesão na alma. Sou de uma geração em que o sexo foi uma verdadeira libertação. Hoje, para muitas mulheres, o sexo é uma prisão. Lógico que conheço mulheres da minha idade que ainda querem transar, não posso generalizar, mas eu valorizo muito mais o companheirismo, a amizade, as risadas, os meus projetos de vida. Estou no time da Rita Lee, não quero mais trepar, quero ter tesão na alma”.

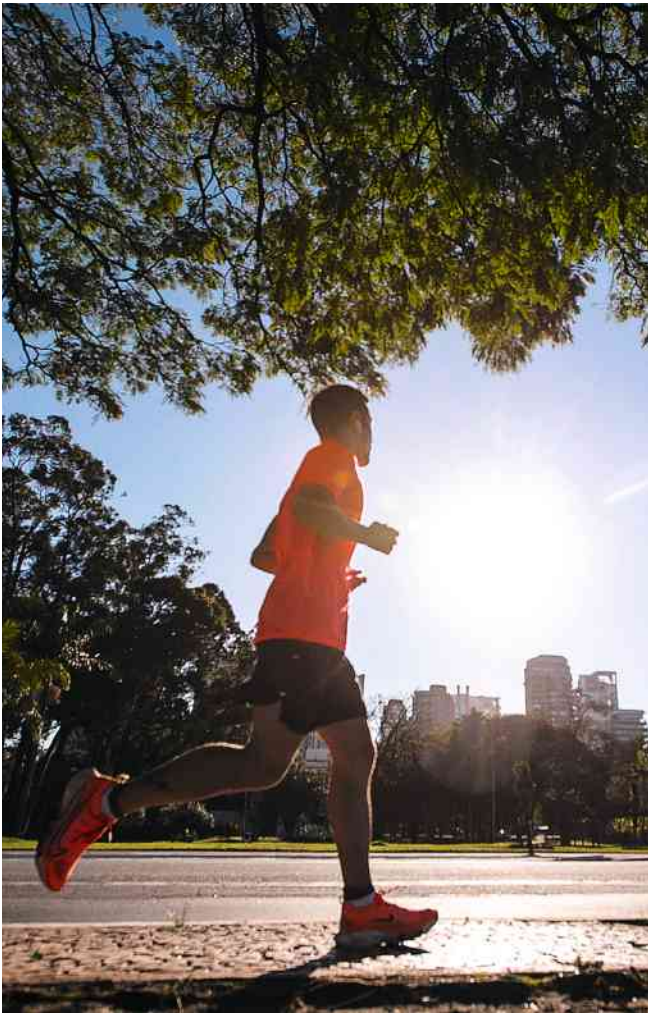
# Competitivividade faz ida à padaria virar treino

Apps de atividade física transformaram cada passo em pontos, e nem sempre saúde é o que move as pessoas

Mariana Rosetti e Paola Churchill

SÃO PAULO Quando uma usuária do aplicativo GymRats, que permite a criação de grupos de desafios competitivos, postou “cardio no zoológico”, referindo-se à caminhada em passeio com o sobrinho, o grupo reagiu com ironia: “muay thai no zoológico”, marcou um deles após o treino. “20 minutos fugindo do leão”, postou outro após correr na esteira. “A zoação foi tanta que a moça saiu do grupo”, diz a publicitária Luisa Santos, 27, que acompanhou a discussão. Usuários do aplicativo ouvidos pela reportagem relatam que, não raro, coisas simples do cotidiano são publicadas com o intuito de pontuar. São dois os desafios mais comuns: por dias ativos, em que o dia vale 1 ponto, ou por número de check-ins — se a pessoa treinar quatro vezes ao dia, são 4 pontos. O resultado: qualquer caminhada até a padaria pode pontuar. Para Páblus Braga, médico do esporte do Hospital Nove de Julho, atividade física é qualquer movimento que gere gasto de energia. Já exercício físico é atividade planejada, organizada, com gasto de energia que prevê uma sobrecarga, ou seja, algo diferente

do que o corpo está acostumado. Warlindo Neto, coordenador da Unidade de Internação do Hospital Alvorada Moema e especialista em Medicina Esportiva, explica que, para que uma caminhada se configure um treino, o passo tem que estar mais apertado, a ponto de você, precisar fazer pausa para ter uma conversa. No passeio é mais difícil de transformar em treino porque vai estar parando. Ou seja: o “cardio no zoológico” é só uma tarde com o sobrinho. Mas a fronteira entre passeio e treino fica mais nebulosa quando há prêmios em jogo. Stephanie Conde das Neves, 30, criadora de conteúdo de humor fitness, entrou num desafio corporativo de 30 dias no GymRats atraída pelo prêmio de R\$ 1.500 para o 1º lugar. Logo no primeiro dia, às 9h, tinha gente com cinco check-ins. “A pessoa andou indo para a academia, fez um check-in, realizou o exercício, outro check-in, fez cardio, mais um check-in, caminhada de volta para casa, último check-in”, conta. O caos foi tanto que a empresa criar regras: apenas um registro por dia e pelo menos 40 minutos de atividade. E o que levava as pessoas a praticarem esportes não era a saúde, mas a performance. Stephanie le-



Homem realiza treino de corrida no lado de fora do Parque do Ibirapuera, em São Paulo (SP)

Adriano Vizoni/Folhapress

sionou o ombro: “Eu não tinha tempo, mas falei: ‘preciso ir para a academia para fazer o check-in. Eu exagerei nesse desafio”. Isso não surpreende quem estuda o impacto da tecnologia no exercício físico. Matheus Vasconcelos, psicólogo do esporte e diretor da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp), diz que um dos maiores impactos das redes sociais é em como as pessoas se enxergam. Segundo ele, há quem faça por autocuidado e aqueles que pratiquem por conta da pressão social. Além do dano emocional, há riscos físicos. Para Braga, o perigo é achar que qualquer movimento basta. Tarefas da rotina diária já foram absorvidas pelo corpo e “não têm organização visando melhora física”. Neto diz que ganhar massa muscular com tarefas diárias não é simples. “Vai ser importante ter períodos em que você faz atividade muscular resistida”, até três vezes por semana. O aplicativo GymRats foi lançado em março de 2019, nos EUA, chegou ao Brasil em 2020 e acumula 500 mil downloads na Play Store. Além dele, apps como Strava, Fitbod e Nike Training Club fazem do treino espaço de competição e reconhecimento público.